

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Vinicius Drey

CRUZ, ESQUADRO, COMPASSO E QUADRO-NEGRO:
UMA HISTÓRIA DO INSTITUTO ANGLICANO BARÃO
DO RIO BRANCO – ERECHIM/RS (1929-1953)

Passo Fundo

2013

Vinicius Drey

CRUZ, ESQUADRO, COMPASSO E QUADRO-NEGRO:
UMA HISTÓRIA DO INSTITUTO ANGLICANO BARÃO
DO RIO BRANCO – ERECHIM/RS (1929-1953)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Telmo Marcon.

Passo Fundo

2013

RESUMO

A presente dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, na linha de pesquisa Políticas Educacionais, insere-se no campo da história das instituições educacionais brasileiras. O tema principal é a análise de elementos da história da maior instituição educacional anglicana da América Latina na atualidade, o Instituto Anglicano Barão do Rio Branco (IABRB), localizado na cidade de Erechim, no norte do Estado do Rio Grande do Sul. O recorte temporal é de sua fundação (1929) até o momento em que passou a ser administrada por uma mantenedora própria (1953). O objetivo principal da pesquisa é analisar o contexto de surgimento da escola anglicana, sua proposta de ensino diferenciado, influenciado pelo pensamento de positivistas e maçons, o que contrastava com a pedagogia tradicional disseminada pelas escolas confessionais católicas. O surgimento de uma escola com propostas inovadoras para o município ocorreu em consonância com interesses cientificistas de lideranças políticas locais e com forte influência da maçonaria regional. A questão norteadora da pesquisa está posta da seguinte forma: como foi possível o surgimento de uma escola com um perfil confessional protestante e com uma ideologia de fundo laico, dentro de um contexto religioso-educacional fortemente marcado pela religião católica? Metodologicamente o trabalho adentra a uma proposta de reconstrução dialética da história regional em que a escola se inseriu. Como fontes de pesquisa são utilizados documentos encontrados na própria escola e na paróquia anglicana de Erechim, o jornal “Estandarte Cristão”, de circulação interna da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, e “Atas dos Concílios” do clero anglicano. A dissertação está estruturada em três capítulos, sendo o primeiro uma reconstrução do contexto local, onde os missionários anglicanos iniciaram suas atividades, que propositalmente se localizavam ao longo do tronco norte da ferrovia que interligava o Rio Grande do Sul a São Paulo. O segundo capítulo faz uma revisão teórica, histórica e bibliográfica do anglicanismo, da maçonaria e do positivismo, porque são linhas de pensamento que condicionaram a criação da escola em Erechim e a proposta institucional e pedagógica, diferenciada e inovadora, para a região do Alto Uruguai na primeira metade do século XX. No terceiro e último capítulo, o trabalho revela a ligação entre a maçonaria e a implantação de uma escola fundamentada em princípios laicos, com respaldo e incentivo de parte da elite local, que viam na fundação do IABRB a prerrogativa para se tornar uma alternativa às escolas confessionais católicas que ainda privilegiavam uma pedagogia tradicional-conservadora e negavam os avanços do pensamento científico. Analisa-se, também, o discurso do clero anglicano, em relação a alguns temas liberais e progressistas, para o contexto da época, assim como também se desvendou parte da simbologia maçônica presente em vários elementos da vida cotidiana da escola. A contribuição da pesquisa está em analisar uma instituição educacional que desempenha um papel importante na região norte do Rio Grande do Sul e, a partir da reconstrução histórica desse educandário, estabelecer as relações entre uma instituição religiosa (anglicana), a maçonaria e o positivismo. Essas três diferentes tradições tem em comum a fundação de uma escola apoiada na ideia de laicidade e cientificidade. Nesse sentido, a pesquisa contribui para pensar as políticas educacionais nas primeiras décadas do século XX num contexto particular, mas que se articula com organizações internacionais como é o caso da maçonaria.

PALAVRAS CHAVE: História da Educação. Anglicanismo. Maçonaria. Escola Laica. Instituto Anglicano Barão do Rio Branco. Políticas de educação.

ABSTRACT

This dissertation was presented to the University of Passo Fundo Post Graduate Program in Education, in the research field of educational policies, is inserted in the historical field of the Brazilian educational institutions. The main topic is the analysis of elements of the history of largest Anglican Educational institution in Latin America today, the Anglican Institute Barão do Rio Branco (IABRB), located in Erechim, in the northern part of Rio Grande do Sul. The studied period of time is from its founding (1929) until the moment it came to be administered by its own maintaining institution (1953). The main objective of this research is to analyze the context of the appearance of the Anglican school, its proposal for differentiated education, influenced by positivist thinking and Free Masons, which contrasted with the traditional pedagogy disseminated by the Roman Catholic confessional schools. The creation of a school with innovative proposals for the municipality, was aligned with interests of science oriented local political leaders with a strong regional influence of Freemasonry. The guiding question of the research is how was it possible to create a school with a Protestant denominational profile and lay background and ideology, within a religious-educational context profoundly marked by the Roman Catholic religion? In its methodology, this work embraces a proposed dialectical reconstruction of regional history in which the school is located. As research resources were utilized documents found at the Anglican school and parish at Erechim, the journal “Estandarte Cristão” which circulates internally in The Episcopal Anglican Church of Brazil, and the “Synods Reports” from the Anglican Clergy and Laity. The dissertation is structured in three chapters, the first being a reconstruction of the local context, where and when the Anglican missionaries began their activities, whom were purposely located along the north trunk railway, connecting the Rio Grande do Sul to São Paulo. The second chapter is a theoretical, historical and bibliographical review of Anglicanism, Freemasonry and Positivism, because they were in some way responsible for and influenced the creation of the school in Erechim, with an institutional and pedagogical distinctive and innovative proposal for the Upper Uruguay River region in the first half of the twentieth century. In the third and final chapter, this work reveals the connection between Freemasonry and the implementation of a school based on secular principles, with support and encouragement from the local elite, who saw the founding of IABRB the prerogative to become an alternative to denominational Roman Catholic schools, that then favored a traditional and conservative pedagogy, and also denied the advances of scientific thought. This work also analyzes the discourse of the Anglican clergy, regarding some liberal and progressive matters, for the context of the era, and unveiled part of Masonic symbolism present in various elements of school’s everyday life. The main contribution of this research lies on the analysis of an educational institution that plays such an important role in the northern region of Rio Grande do Sul, and on the historical reconstruction of this educational institution in order to establish the relationship between a (Anglican) religious institution, Freemasonry and Positivism. What these three different traditions have in common is the foundation of a school rooted on the ideas of secularism and scientific thought. In this sense, the research contributes to think about educational policies in the early decades of the twentieth century in a particular context articulated with international organizations such as the Freemasons.

KEYWORDS: History of Education. Anglicanism. Freemasonry. Lay Schools. Anglican Institute Barão do Rio Branco. Educational policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Prédio atual do IABRB de Erechim em 2013. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição.....	7
Figura 2 - Mapa do estado do Rio Grande do Sul com a marcação da localização do município de Erechim. Fonte: Wikipédia. Disponível em: < http://wikipedia.org >.....	19
Figura 3 - Vista aérea do ponto central do município de Erechim. Fonte: Correio Erechinense. Disponível em: < http://www.correioerechinense.com >.....	21
Figura 4 - Infográfico da Praça da Bandeira. Fonte: Diário da Manhã. Disponível em: < http://www.diariodamanha.com >.....	21
Figura 5 - Vista aérea do centro de Erechim – 1- Castelinho, antiga sede da Comissão de Terras; 2- Prefeitura Municipal; 3- Catedral Católica São José; 4- Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Instituto Anglicano Barão do Rio Branco. Fonte: Clic Erechim. Disponível em < http://www.clicerechim.com.br >.....	22
Figura 6 - Prédio da Comissão de Terras – “o Castelinho” - Fonte: CHIAPARINI, Enori José, et al. <i>Erechim: Retratos do Passado, Memórias do Presente</i> . Erechim: Graffoluz (2012, p. 52).....	23
Figura 7 - Igreja Episcopal Anglicana na década de 1920. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição, sem data.....	37
Figura 8 - Primeiro templo anglicano de Erechim, construído em 1923, onde também ocorreram as primeiras aulas da escola, atual IABRB. Na foto aparecem, em frente ao templo, o Rev. Alberto Blank, Múcio Mendes de Castro e Aldo A. Castro. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição, sem data.....	73
Figura 9 - Foto de Erechim. Fonte: CHIAPARINI, Enori José, et al. (2012, p. 83).....	74
Figura 10 - Reverendo Alberto Blank com as alunas da escola primária, sem data. Fonte: CHIAPARINI, Enori José, et al. (2012, p. 218.).....	83
Figura 11 - Alberto Blank com os alunos da escola. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição, sem data.....	84
Figura 12 – Alunos da Escola Barão praticando atividades físicas no patio ao lado da Igreja Anglicana, sem data. Fonte: CHIAPARINI, Enori José, et al. (2012, p. 218).....	86
Figura 13 – Alunos na aula de Educação Física. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição, sem data.....	87
Figura 14 - Reverendo Alberto Blank. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição, sem data.....	89
Figura 15 - Livro Caixa da Paróquia de Cristo, 1945, p. 25. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição.....	94
Figura 16 – Brasão da Escola. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição.....	95
Figura 17 - Vista interna da Igreja Anglicana construída por Alberto Blank. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição, sem data.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALL – América Latina Logística
ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Educação
ANPUH – Associação Nacional de História
FAE – Faculdade Anglicana de Erechim
GOB – Grande Oriente do Brasil
GORGS – Grande Oriente do Rio Grande do Sul
GT – Grupo de Trabalho
IABRB – Instituto Anglicano Barão do Rio Branco
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEAB – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
JCA – Jewish Colonization Association
PRR – Partido Republicano Riograndense
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RS – Rio Grande do Sul
SBHE – Sociedade Brasileira de História de Educação
UPF – Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI RIOGRANDENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX, TENDO COMO CENTRO A ATUAL CIDADE DE ERECHIM	19
2. CRUZ, COMPASSO E QUADRO-NEGRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ANGLICANISMO, A MAÇONARIA E O POSITIVISMO	29
2.1 Igreja Anglicana	30
2.1.1 A Igreja Anglicana no Brasil	32
2.1.2 A Igreja Anglicana no Rio Grande Do Sul	34
2.1.3 A Igreja Anglicana e a fundação de Instituições de Ensino.....	37
2. 2. A Maçonaria	40
2.2.1 A Maçonaria no Brasil	46
2.3 O Positivismo	50
2.3.1 O Positivismo no Brasil	52
2. 3. 2. O Positivismo no Rio Grande do Sul	56
3. A INSERÇÃO DO INSTITUTO ANGLICANO BARÃO DO RIO BRANCO NA HISTÓRIA EDUCACIONAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI	63
3.1 A Educação no município de Erechim	76
3.2 A Educação sob a ótica dos anglicanos	78
3.3 Os anglicanos, a maçonaria e Erechim	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	107

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa realizada no âmbito do programa de pós-graduação em educação, em nível de Mestrado, da Universidade de Passo Fundo/RS, na linha de políticas educacionais e tem como pretensão inicial contribuir com a história de uma importante e tradicional Instituição de Ensino do norte do estado do Rio Grande do Sul, o Instituto Anglicano Barão do Rio Branco.

O Instituto Anglicano Barão do Rio Branco (IABRB) foi fundado em meados de 1929, iniciando suas atividades com uma pequena turma de 6 alunos, coordenada por um reverendo anglicano e tem suas atividades ainda hoje vinculadas à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, no que hoje é o município de Erechim, no norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente o IABRB possui, em Erechim, aproximadamente 650 alunos da Educação Infantil ao Ensino Técnico e mais 510 alunos realizando cursos superiores ou pós-graduações *lato sensu* realizados na Faculdade Anglicana de Erechim, denominação recebida, no início do século XXI, como ampliação do próprio IABRB. Além do município de Erechim, o IABRB possui mais três escolas, situadas nos municípios de Tapejara, Barão de Cotegipe e Bagé. Ao todo, a Instituição possui mais de 1800 alunos matriculados. É a maior Instituição Educacional Anglicana da América Latina.



Figura 1 - Prédio atual do IABRB de Erechim em 2013. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição.

Recentemente, percebe-se um crescente número de pesquisas que tentam reconstruir as histórias de instituições no Brasil, sobretudo ligadas às instituições educacionais. Comprova-se esse dado, analisando-se o número cada vez maior de trabalhos acadêmicos dessa natureza apresentados e defendidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* em todo o país.

[...] o que convencionamos chamar de história das instituições educacionais tem ocupado cada vez mais espaço no cenário da pesquisa histórico-educacional, envolvendo uma série de pesquisadores espalhados por todo o Ocidente. No Brasil, ainda que com diversas dificuldades, em virtude da inexistência de repertórios de fontes organizados, alguns historiadores e educadores têm-se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira através da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras. (GATTI JR, 2002, p. 21)

A própria História da Educação vem conseguindo cada vez mais espaço no meio acadêmico e intelectual brasileiro nas últimas décadas. A Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em Educação (ANPED) possui um GT (Grupo de Trabalho) em História da Educação. Da mesma forma, esse espaço vem se ampliando e se destacando dentro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e dentro da Associação Nacional de História (ANPUH).

No século XX, a historiografia de um modo geral passou por inúmeras transformações e uma das consequências desse fenômeno foi a fragmentação da própria história, sobretudo fruto do movimento dos *Annales*¹, que possibilitou o alargamento dos campos e territórios da pesquisa historiográfica. Depois dos *Annales* não existe apenas um único viés historiográfico, como dogmatizavam os positivistas nos séculos XIX e XX. Também não se analisa mais a história apenas de um ponto distante e que dava uma visão macroeconômica do objeto de estudo. O historiador passou a lidar com a política e não só com ela. Com a economia e não só com ela. Ao mesmo tempo, possibilitou-se a mescla de conjunturas sociais, culturais, econômicas, políticas, antropológicas, sociológicas, filosóficas, etc.

¹A chamada **escola dos Annales** é um movimento historiográfico, iniciado em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, que se constitui em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História.

[...] a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. “Tudo tem uma história”, como escreveu certa ocasião o cientista J. B. S. Haldane; ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. [...] A primeira metade do século testemunhou a ascensão da história das ideias. Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a leitura, a fala e até mesmo o silêncio. O que era imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço. (BURKE, 2011, p. 11).

Em decorrência disso, passou-se a questionar a tradicional diferença entre o que é central e o que é periférico na análise histórica. Abandonou-se a visão unilateral dos grandes heróis nacionais, dos estadistas e dos chefes religiosos. Conforme Burke (2011, p. 12), “ao resto da humanidade era destinado um papel secundário no drama da história”.

O paradigma da historiografia tradicional também supervalorizava a análise objetiva dos documentos oficiais, emanados de governos ou de entidades supranacionais. “O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência” e a consciência de que “os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial”, acrescenta Burke (2011, p. 14).

Segundo o paradigma tradicional, a História é objetiva. A tarefa do historiador é apresentar aos leitores os fatos, ou, como apontou Ranke em uma frase muito citada, dizer “como eles realmente aconteceram”. Sua modesta rejeição das intenções filosóficas foi interpretada pela posteridade como um presunçoso manifesto à história sem tendências viciosas. Em uma famosa carta a seu grupo internacional de colaboradores da Cambridge Modern History, publicada a partir de 1902, seu editor, Lord Acton, insistiu com eles que “o nosso Waterloo deve ser tal que satisfaça do mesmo modo a franceses e ingleses, alemães e holandeses” e que os leitores deveriam ser incapazes de dizer onde um colaborador iniciou e outro continuou. (BURKE, 2011, p. 15).

Nas últimas décadas do século XX também passou-se a recortar o espaço geográfico, territorial e físico dentro da reconstituição histórica. As abordagens, da então denominada história regional, têm se multiplicado nas últimas décadas. Reckziegel contribui para o debate acerca do aumento de produções nessa linha:

É interessante notar que o aumento dos estudos sobre história regional e o crescimento das pesquisas de caráter monográfico nessa área estão atrelados a alguns fatores que auxiliam na compreensão do fenômeno. Em primeiro lugar, podemos nos referir ao esgotamento das *macroabordagens*, das grandes sínteses, até então predominantes, as quais, embora necessárias e capazes de apontar parâmetros, mostravam-se claramente insuficientes quando cotejadas com estudos mais particularizados. Em segundo, é lícito mencionar que a instalação e o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em todo o país permitiram, pela primeira vez em algumas regiões, a formação de uma geração de pesquisadores dotada de embasamento científico e comprometida com temas locais. (1999, p. 15)

Barros corrobora com as ideias de Reckziegel na medida que também defende a ideia de que um espaço regional não está associado diretamente a um recorte geográfico.

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (2004, p. 152).

Metodologicamente a presente pesquisa está centrada dentro de uma ótica de reconstrução regional articulada com os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais de um contexto mais amplo. Buscar-se-á uma articulação entre os vários temas e questões que possam dar conta de reconstruir o contexto histórico de criação e consolidação do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco.

[...] percebe-se que a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos. [...] nessa modalidade historiográfica, a ênfase dada às análises sistêmicas cede lugar às análises que privilegiam uma visão mais profunda dos espaços sociais destinados aos processos de ensino-aprendizagem, assinalando uma historiografia herdeira das tradições historiográficas contemporâneas e afastando-se dos axiomas anteriormente existentes. (GATTI JR, 2002, p. 20).

Seguindo essa perspectiva teórica e metodológica de dar conta das relações entre o universal e o particular, entre o geral e o específico, entre o nacional e o regional, entre a parte e o todo, Reckziegel faz a seguinte análise:

Insistindo na relação entre a parte - a região - e o todo - o sistema que a contém -, aponta-se para a complexidade das articulações que conformam a história regional, que, por muito tempo, foi tomada como um sinônimo de *menor*, caracterizada pela mera narração e descrição dos fatos, sem nenhuma preocupação de ordem teórica e metodológica. Entretanto, mesmo considerando essas articulações entre o espaço regional e o espaço mais vasto, há que se chamar a atenção para o risco de se desconhecer a lógica do regional, pulverizando-a em análises globalizantes. Isto é, não se pode perder de vista o fato de que o âmbito regional possui uma história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço de memória, de formação de identidades e de práticas políticas específicas. (1999, p. 20).

Amado faz ainda uma pertinente intervenção em relação a essas imbricações ou contradições entre a historiografia nacional e regional, dando destaque ao esgotamento das macroabordagens:

Em primeiro lugar, o estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade (1990, p. 13).

As intenções que levam um grupo cada vez maior de historiadores a se dedicar a essas peculiares reconstruções históricas são variadas e inquietantes, pois cada Instituição é um organismo vivo em sua própria história e possui particularidades das mais diferentes naturezas. Desde a idealização do projeto de criação da escola até a sua concretização, passando por sua concepção pedagógica e função social, vemos especificidades.

Os motivos que levam as unidades escolares a existirem são os mais diferenciados, seja pela mobilização comunitária, por iniciativa privada lucrativa e/ou confessional ou por iniciativa estatal. Isso sem falar nos interesses, das mais diversas naturezas, que contribuem para a criação desses espaços educacionais. Os públicos que as constituem também revelam aspectos extremamente questionadores e podem ser de suma importância para o trabalho de construção de sua história. Por sua vez, esse público que compõe a escola (alunos, pais, professores e funcionários) também carrega similitudes ou especificidades culturais que os une ou não. E o que dizer dos projetos pedagógicos incorporados por cada Instituição? Pode-se interpretá-los como um anseio comunitário e também como uma interpretação sócio-política que a escola faz da realidade que a cerca. Outro elemento extremamente interessante é a receptividade por parte das Instituições de ensino das políticas públicas de educação. Há múltiplas interpretações que podem dar conta das acomodações ou resistências.

Pesquisar uma instituição escolar é uma das formas de se estudar filosofia e história da educação brasileira pois as instituições escolares estão impregnadas de valores e ideias educacionais. As políticas educacionais deixam marcas nas escolas. [...] Na história das instituições escolares aninha-se, de fato, a filosofia educacional da sociedade que as cria e as mantém. A questão, porém, é bastante complexa, uma vez que, ao mesmo tempo, fragmentos de várias filosofias, às vezes até opostas, encontram-se na motivação para a criação da escola, na organização do próprio espaço físico, na convivência, nem sempre harmoniosa, de mestres e alunos, nas variadas formulações curriculares etc. (BUFFA, 2002, p. 26)

A partir dessa premissa que baliza a pesquisa em si, apresenta-se a temática específica a que o trabalho se propõe: a reconstrução social e histórica da criação e consolidação do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco (IABRB), na cidade de Erechim, norte do estado do Rio Grande do Sul, no período entre 1929 e 1953.

O IABRB é uma instituição consolidada como referencial de educação e ensino em toda a região do Alto Uruguai e está nesse cenário há mais de oito décadas oferecendo à população local e regional variados cursos em diferentes níveis de ensino.

A premissa para o surgimento desse trabalho é sobretudo acadêmica mas também parte de uma inquietação pessoal. Pessoalmente², reconstruir a história (ou as histórias) de criação e de consolidação do IABRB também faz importante sentido para mim, como pesquisador e como membro pertencente dessa história onde atuo como professor e coordenador pedagógico (pelo recorte temporal da pesquisa, a minha passagem na instituição não será analisada). Não nasci na região do Alto Uruguai, mas desde que cheguei a Erechim, também cheguei ao Instituto Anglicano Barão do Rio Branco. Lá se vão 10 anos (2003-2013) trabalhando como professor e mais recentemente como coordenador pedagógico do Ensino Médio da escola básica e professor da Faculdade Anglicana de Erechim. Como analista social, desde o primeiro contato com a escola, percebi muitas especificidades no seu cotidiano. A postura ética e profissional da maioria dos professores e funcionários comprometida com uma educação formativa e com responsabilidade educacional, social e ambiental logo chamaram muito minha atenção.

Desde 1996 a escola possui, no seu sistema avaliativo em todos os níveis de ensino, registrado em todas as documentações enviadas aos órgãos públicos de educação, um quesito que avalia a postura dos alunos frente a várias questões que contribuem para uma formação humana e cidadã. Fomenta-se e, mais tarde, avalia-se o aluno nas seguintes situações:

² Nesse momento opto pelo emprego da primeira pessoa do singular para discorrer sobre as motivações e influências pessoais sobre a escolha do tema, da abordagem e dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

Participa dos trabalhos em grupo, sabe ouvir, permite que os outros ouçam as explicações dos professores e setores, aguarda a vez para falar, coopera e participa de discussões/debates; observa, presta atenção; solicita e agradece ajuda; Respeita colegas, professores/funcionários e escola, identifica e avalia possíveis alternativas de solução; sabe elogiar e agradecer elogios; demonstra respeito às diferenças; As atitudes do(a) aluno(a) devem ser motivadoras e solidárias para o crescimento e bem estar do grupo. Não toma atitudes de dispersão e crescimento negativo. Permite que colegas tomem atitudes para melhoria do grupo. Sabe opinar, ouvir e demonstra interesse pelo outro; expressa compreensão pelo sentimento ou experiência do outro, oferece ajuda, compartilha. Sabe expressar emoções.

Outro senso de responsabilidade social e ambiental é que a escola possui um Centro de Educação Ambiental, desde 2001. É uma área verde, com vinte e cinco hectares, que contém locais de preservação ambiental e onde são realizados inúmeros projetos de educação ecológica e sócio-ambiental para todos os alunos, professores e funcionários da Instituição.

Em destaque acadêmico, que consolida a postura comprometida da equipe de professores, a escola também obtém constantemente premiações em olimpíadas estudantis com seus alunos, merecendo destaque o título de Bicampeão Gaúcho (2010-2011) e Campeão Brasileiro da Olimpíada de Robótica no ano de 2010, além de mais de uma dezena deles que foram destaques em outras olimpíadas estudantis de Química, Física, Biologia e concursos de Redação, além das incontáveis aprovações em concursos vestibulares, nas mais renomadas instituições de ensino superior do país.

Outro importante aspecto que chama a atenção e repercute positivamente na comunidade escolar é o Concurso de Poemas, que se realiza desde 1995 e envolve todos os alunos da escola, da educação infantil ao ensino médio, num grandioso espetáculo artístico aberto à comunidade³. A cada quadriênio é publicado um livro com as poesias vencedoras dos concursos.

Tendo essas observações como premissas, mais tarde, o meu olhar de historiador começou também a estar sensível para várias questões que já foram se apresentando com o desenrolar da inserção na comunidade escolar. Algumas mais simples deram início a esse processo. Primeiro, chamou-me muito a atenção o nome em homenagem ao Barão do Rio

³ Nas pesquisas realizadas para essa dissertação, encontrou-se que já em 1934, logo após a fundação da escola, o professor Vergílio Pereira Neves, já ministrava aulas de poesia e declamação (O BOAVISTENSE, 26 fev. 1934, p. 3)

Branco⁴. Além de sua conhecida vida pública, Barão do Rio Branco também é um dos mais conhecidos membros da maçonaria brasileira. A primeira indagação já nasceu aí. Por que uma escola confessional utilizaria o nome de um maçom? Outra questão motivadora está no símbolo da escola. Um livro aberto, uma tocha, uma lamparina e uma flor de lis. Símbolos próximos à maçonaria.

Toda essa simbologia ainda vem acrescida do lema: Deus e Trabalho. Seria uma referência a uma espécie de salvação pelo trabalho, como num preceito ético protestante da concepção de que o trabalho é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade capitalista⁵? Teria a tradição weberiana (1992) influenciado os criadores do lema anglicano da escola?

Questões não faltaram para impulsionar o projeto. Por que a Instituição, o IABRB, possui um local privilegiado no centro da cidade de Erechim, dividindo espaço com a catedral católica, o poder executivo, legislativo e judiciário do município⁶? Em uma cidade de colonização com muitas etnias, com marcada presença de imigrantes italianos, seguidores do catolicismo romano (a maioria), mas também de alemães, poloneses e israelitas, para destacar aqui apenas os principais, chama a atenção que não está ali uma Instituição de Ensino Católica Romana. Ou, por outro lado da questão, poderíamos nos perguntar, o que faz ali, num local tão estratégico e valorizado do município, uma Instituição Anglicana, de origem anglo-saxã? Não há relatos de colonos ingleses ou americanos na região que justificassem tal importância, para um município que planejou minuciosamente seu traçado. Qual teria sido a(s) luta(s) de forças, políticas ou não, para o estabelecimento, em local nobre, de uma Instituição de ensino, cuja presença seria muito menos impactante que a de uma Católica Romana, no contexto colonizador do interior do Rio Grande do Sul, no início do século XX? Como foi o desenrolar histórico que acabou criando uma das maiores Instituições educacionais do norte do estado do Rio Grande do Sul? Quais os sujeitos envolvidos nesse processo? Quais os interesses, de uma parte da sociedade, em contrapor as duas Instituições,

⁴José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, (1845-1912) foi um advogado, diplomata, geógrafo e historiador brasileiro. É patrono da diplomacia brasileira. Uma de suas grandes contribuições como diplomata brasileiro foi a delimitação e consolidação das fronteiras brasileiras. Sua mais notável participação foi na anexação dos territórios do Acre junto à Bolívia. Em homenagem ao seu trabalho deu-se o nome da capital do estado a ele.

⁵Max Weber (1864-1920) em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” desenvolveu, em síntese, uma teoria argumentativa de que os países capitalistas mais desenvolvidos, até a primeira década do século XX, teriam obtido esse desenvolvimento por aliamos aos pressupostos capitalistas a ética protestante, sobretudo dos puritanos.

⁶Por muito tempo o fórum erechinense esteve localizado na praça central. Na última década, foi construído um novo prédio e houve a mudança de endereço. No antigo fórum está instalada a 15ª Coordenadoria de Educação do governo do estado do Rio Grande do Sul.

inclusive fisicamente (A Igreja Romana - Catedral São José e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil ficam em lados proporcionalmente opostos na praça central)? Haveria propostas distintas, imbricadas a questões partidárias, filosóficas ou doutrinárias por trás da concessão de terras e apoio formal e informal, por parte do poder público, para a construção e consolidação da sede dos anglicanos em Erechim? A chave para compreender essas e outras questões analisadas ao longo do trabalho, seria a atuação da maçonaria? O Instituto Anglicano Barão do Rio Branco se despontou e sobreviveu como uma alternativa de ensino laico e cientificista, num contexto de amplo domínio na oferta de ensino por parte das escolas confessionais católicas? E a doutrina positivista, tão em voga no início do século XX, no Rio Grande do Sul, atuou como protagonista ou coadjuvante, na constituição do objetivo comum de um grupo de personagens da história local, que lutou para a consolidação de um projeto de educação alternativo ao católico romano?

Essas inúmeras questões, também orientaram a pesquisa. Constituíram a bússola dessa contribuição para a discussão acerca dos entremeios da política educacional⁷ riograndense e também brasileira no início do século XX. Panorama esse que tinha como pano de fundo o domínio das Instituições católicas romanas e, em contraponto, surgiam movimentos e Instituições que lutavam em defesa da escola laica e cientificista, porém não ateia. A distensão, os limites e as possíveis conquistas históricas daqueles que defendiam uma escola de ensino laico e cientificista se apresentariam nessa luta, perpassando pelas concepções de ensino, de educação, de currículo, de doutrina filosófica, de política, de homem e de sociedade.

[...] a historiografia regional é também a única capaz de testar a validade de teorias elaboradas a partir de parâmetros outros, via de regra, o país como um todo, ou uma outra região, em geral, a hegemônica. Essas teorias, quando confrontadas com realidades particulares concretas, muitas vezes se mostram inadequadas ou incompletas (AMADO, 1990, p. 13).

A pesquisa pretendeu trazer elementos para a discussão das políticas educacionais e da história da educação, tendo como pano de fundo um estudo de caso. Tentou-se reconstruir os anos iniciais da fundação do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco, e a partir dessa Instituição levantar as discussões pertinentes sobre o contexto histórico de sua criação.

⁷ O âmago principal dessa pesquisa é a história da educação. Entretanto, adjacientemente ao tema, formar-se-ão várias interlocuções com as políticas educacionais em voga no período que tangencia o recorte temporal deste trabalho.

Além de todas essas questões que balizarão a pesquisa, no caso específico do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco vê-se a articulação de diferentes agentes sociais e políticos que contribuíram para a sua formação e fizeram de sua consolidação um caso único, porém não isolado, de experiência educacional no norte do Rio Grande do Sul.

A pesquisa abordará a articulação entre a fundação da escola, de orientação anglicana e a maçonaria. Também estabelecerá relações entre a criação da Instituição e a doutrina positivista, seguindo a premissa de que o Instituto Anglicano Barão do Rio Branco foi uma demonstração prática da luta história estabelecida no Rio Grande do Sul e no Brasil por escolas científicas e laicas (mesmo sendo articulada com o Anglicanismo).

A principal questão norteadora deste trabalho está justamente articulada com essa linha de pensamento. De que forma o IABRB se insere num contexto em transformação na região do Alto Uruguai riograndense, que sofria influência direta das diretrizes do Partido Republicano Riograndense (e, portanto, de influência positivista), no início do século XX, com um projeto de educação articulado, ao mesmo tempo com a Igreja Anglicana e a maçonaria, e que propõe um ensino laico num contexto de igreja (confessional)?

Metodologicamente o trabalho faz uma reconstrução histórica e bibliográfica sobre os temas: anglicanismo, maçonaria, positivismo e a defesa da escola laica no Brasil do início do século XX, a fim de contextualizar a pesquisa empírica que se seguirá. O levantamento de dados empíricos foi feito com base em documentos que estão disponíveis nos arquivos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, em Porto Alegre, nos arquivos da diocese Sul-Occidental em Santa Maria, no próprio Instituto Anglicano Barão do Rio Branco de Erechim e nos arquivos municipais da região norte do Rio Grande do Sul.

Para contribuir com a visão anglicana da criação do Instituto, foram utilizadas basicamente duas fontes: O Estandarte Cristão⁸ e as Atas dos Concílios da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil desde as primeiras décadas do século XX até meados da década de 1950, quando a escola anglicana, criada em 1929, passa a ser administrada pela atual mantenedora, a Legião da Cruz de Erechim. Essa informação justifica o recorte temporal da pesquisa. O objetivo é dar conta do processo inicial da formação da escola e sua articulação com as diferentes forças políticas, sociais, econômicas e culturais que conseguiram estruturar o

⁸ O Estandarte Cristão é um periódico de circulação interna da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil que circula desde 1893 e que relata todo o trabalho realizado pela Igreja, incluindo editais específicos com a temática educacional.

projeto de construção da escola a ponto de ela se solidificar nas décadas seguintes à sua fundação.

Além disso, a proposta do trabalho não é dar conta da totalidade da reconstrução da história da escola, mas propor uma discussão sobre sua criação. Portanto, o trabalho se situará entre 1929, data do início das atividades na escola anglicana e 1953, data que a escola deixa de ser administrada diretamente pela Igreja Anglicana Episcopal do Brasil e passa a ser gerenciada por uma mantenedora própria. *Data venia*, para situar a fundação da escola no final da década de 1920, necessita-se recuar temporalmente alguns anos antes, para que se compreenda a chegada dos primeiros anglicanos ao município (e as suas articulações com o poder público para a construção do templo anglicano, que mais tarde foi a primeira sede da escola, em local privilegiado no centro da cidade). Também estará presente o mesmo critério, o de um retrocesso temporal no recorte da pesquisa, para se analisar a sua colonização e o processo de ocupação dos espaços urbanos no município de Erechim.

O objetivo mais amplo do trabalho é investigar como ocorreu a criação e a consolidação do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco no contexto histórico regional do Alto Uruguai riograndense, da primeira metade do século XX. Para tanto, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro é intitulado: A formação histórica da região do Alto Uruguai riograndense no início do século XX. Nele será feita uma reconstrução histórica do surgimento do povoado que deu origem ao atual município de Erechim. Realizar-se-á uma pesquisa e uma revisão bibliográfica sobre a história local, mas, procurar-se-á também fazer uma interligação com o contexto brasileiro e mundial do período em questão. A intenção é a contextualizar historicamente a presença da Igreja Anglicana no município, bem como seu posterior projeto da criação da escola.

No segundo capítulo será feita a reconstrução teórica e histórica sobre três importantes eixos que perpassam todo o trabalho acadêmico: o anglicanismo; a maçonaria e o positivismo. Nesse capítulo a intenção é a definição de cada uma delas, as propostas e seus objetivos teóricos, religiosos, políticos e educacionais. É feita uma reconstrução histórica crítica dessas três tradições que vão se articular na defesa de uma escola laica.

No terceiro capítulo será feita uma reconstrução documental da história do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco. No capítulo intitulado: A inserção do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco na história educacional da região do Alto Uruguai riograndense, foi feita uma pesquisa em documentos que auxiliaram na construção do significado da criação da escola para o contexto regional, bem como sua inserção no contexto da história da educação

brasileira, articulada com os temas e problemas propostos no primeiro e segundo capítulos. Foi feita uma análise sobre as imbricações entre o posicionamento anglicano frente ao conhecimento científico, ao ensino laico, ao fomento do ensino profissionalizante a partir dos anos 1940 e à maçonaria e sua influência no campo educacional, tendo como objeto de estudo a escola Barão e utilizando como principal fonte o jornal anglicano O Estandarte Cristão.

Por fim, vale ressaltar que o papel de maior importância deste trabalho será o de auxiliar no processo de construção ou ressignificação da identidade da escola, inserida há mais de oito décadas na comunidade regional do norte do estado do Rio Grande do Sul. Todos os sujeitos que fazem ou fizeram parte de uma escola, sentem-se também parte dela. Recriar uma parte da história dessa Instituição de ensino contribuirá para solidificar seus laços de pertencimento ao local, articulado diretamente e indiretamente a um grande contingente de sujeitos que se fizeram e fazem parte de um organismo vivo e em constante transformação. Nesse sentido a própria história da instituição se justifica por sua função social.

1. A FORMAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI RIOGRANDENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX, TENDO COMO CENTRO A CIDADE DE ERECHIM

Erechim, cidade localizada no Alto Uruguai, norte do estado do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 100 mil habitantes⁹, está próxima da divisa com o estado de Santa Catarina, no sul do Brasil.



Figura 2 - Mapa do estado do Rio Grande do Sul com a marcação da localização do município de Erechim. Fonte: Wikipédia. Disponível em: <<http://wikipedia.org>>.

Um forasteiro ou qualquer viajante de passagem pela região do Alto Uruguai logo se impressionará com uma cidade próspera, cada dia mais verticalizada, com um importante parque industrial¹⁰, um comércio consolidado, uma agricultura diversificada e um setor de serviços em pleno desenvolvimento. Erechim é um pólo regional quando os assuntos são saúde e educação, onde se destacam inúmeras Instituições que atraem diariamente ao município pessoas de outras localidades.

Além desse cenário diferenciado, que apresenta um consolidado parque industrial e sobretudo, por não manter uma economia dependente exclusivamente da agricultura de produção em larga escala, onde se destacariam basicamente a produção de soja, trigo e milho,

⁹ O Censo IBGE 2010 indica 96.087 habitantes no município de Erechim.

¹⁰ O distrito industrial de Erechim conta com aproximadamente quarenta e duas indústrias instaladas, mais de cinco mil trabalhadores, que desenvolvem atividades metalmeccânica, de balas e doces, de plásticos, carrocerias de ônibus, equipamentos para escritório e informática, cartões magnéticos, equipamentos hospitalares, móveis e estofados, vestuário e erva-mate. Totaliza uma área total de mais de um milhão de metros quadrados. Segundo dados do IBGE de 2008 o setor secundário é responsável por mais de 37% da arrecadação municipal.

como na maior parte das outras cidades do norte do Rio Grande do Sul, Erechim possui outras peculiaridades.

Uma característica que tem sobrevivido ao tempo e que foi definida logo nos primeiros anos de colonização, é o traçado urbano de suas ruas e avenidas, o que deixa intrigado um itinerante recém chegado em Erechim. Possivelmente esse visitante tráfegará, a fim de visitar Erechim, pelo desenrolar da modernidade industrial, a bordo de algum veículo automotor. Seu trajeto será guiado pelas vias pavimentadas.

Os primeiros metros, feitos a partir da entrada principal da cidade, tráfegando pela Avenida Sete de Setembro, não serão muito diferentes de nenhuma outra avenida de outro município de mesmo porte e poder econômico que a “capital da amizade”¹¹. Porém, algo vai lhe surpreender alguns quilômetros à frente. Trata-se da praça principal, conhecida popularmente como a praça da bandeira e que já fora chamada praça Cristóvão Colombo. É o ponto central da cidade. O diferente? Dela partem dez avenidas, num desenho estratégico urbanístico baseado em projetos semelhantes desenvolvidos em outras quatro grandes cidades conhecidas mundialmente: Paris (capital da França), Buenos Aires (capital da Argentina), Belo Horizonte (capital de Minas Gerais) e Washington (capital dos Estados Unidos da América).

A avenida foi aberta, ligando a estação ferroviária à praça que deveria ser o coração da cidade (hoje Praça da Bandeira). Ao redor dela seriam instalados os Poderes político, administrativo e religioso. Esse mesmo traçado que definia, também, as dez ruas que convergiam para a praça, foi desenhado, por Torres Gonçalves. As ruas eram largas, o que ultrapassava em muito as necessidades da época. Esse traçado era marcado por forte hierarquização da Avenida central, bem mais ampla que as demais, e de quatro avenidas diagonais integradas ao xadrez básico. Esse traçado, hiperdimensionado para a Época, é um dos diferenciais de Erechim em relação a outras cidade do Rio Grande do Sul, surgidas sem planejamento governamental (GARCEZ, 2008, p. 41).

¹¹ A denominação de Capital da Amizade surgiu a partir de um evento público que festejava os cinquenta anos de emancipação político-administrativa do Município, em 1968. Encontravam-se milhares de pessoas à praça central da cidade (Praça da Bandeira) quando o locutor oficial do evento, Rubens Safro (conhecido como Buja) criou a denominação, empolgado com a presença do grande público, que celebrava a coexistência de diversas etnias no município, em decorrência da política oficial de colonização do início do século XX.



Figura 3 - Vista aérea do ponto central do município de Erechim. Fonte: Correio Erechinense. Disponível em: <<http://www.correioerechinense.com>>.

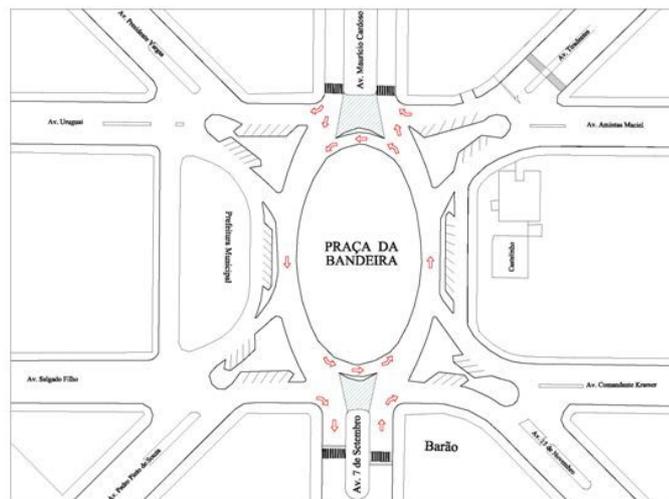


Figura 4 - Infográfico da Praça da Bandeira. Fonte: Diário da Manhã. Disponível em: <<http://www.diariodamanha.com>>.

Além das 10 avenidas que se iniciam a partir da praça, que exhibe uma grandiosa bandeira hasteada da República Federativa do Brasil, há um busto de Getúlio Vargas, sua carta testamenta, uma pira da Pátria e um chafariz de estilo italiano. Cercam a praça, em destaque, quatro importantes prédios históricos: A primeira construção da cidade, popularmente conhecida como Castelinho, foi a sede da Comissão de Terras¹² que se instalou

¹² A data de 1908, marca o início da colonização do atual município de Erechim, por uma determinação do governo estadual. O mesmo, por sugestão do engenheiro Carlos Torres Gonçalves, diretor de Terras e Colonização, determina a criação de uma Comissão de Terras e Colonização, que foi incumbida de dirigir os trabalhos de instalação e efetuar a “divisão em lotes rurais da extensa gleba”. A primeira sede da Comissão de

em Erechim com a função de colonizar a região e vender terras aos recém chegados imigrantes e colonos de outras regiões do estado; a segunda, a Prefeitura Municipal; a Catedral São José, pertencente à Igreja Católica Romana; e a quarta histórica construção é também um imponente prédio, com o formato de um casco de navio que se integra à outro grandioso prédio, ambos de alvenaria. Trata-se da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e o Instituto Anglicano Barão do Rio Branco, que atualmente também sedia a Faculdade Anglicana de Erechim.



Figura 5 - Vista aérea do centro de Erechim – 1- Castelinho, antiga sede da Comissão de Terras; 2- Prefeitura Municipal; 3- Catedral Católica São José; 4- Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Instituto Anglicano Barão do Rio Branco. Fonte: Clic Erechim. Disponível em <<http://www.clicerechim.com.br>>.

A história da formação deste município, o maior da região do Alto Uruguai, é marcada por importantes aspectos que, de maneira sucinta, serão abordados a partir deste momento.

Inicialmente o local que se encontra o núcleo urbano do município de Erechim, não era denominado Erechim. Outra região recebeu primeiramente essa denominação. As primeiras expedições colonizadoras do norte do Rio Grande do Sul fixaram sede no que seria hoje o atual núcleo urbano do município de Getúlio Vargas, que dista aproximadamente trinta e cinco quilômetros do centro da atual cidade de Erechim. A primeira Erechim era, em realidade, o atual município de Getúlio Vargas. A Erechim de hoje, era denominada Paiol Grande e depois Boa Vista. Com o advento da ferrovia, o centro da Colônia do Erechim foi

Terras e Colonização foi instalada onde hoje se localiza o município de Getúlio Vargas (na época denominado de Erechim) e posteriormente foi transferido para o prédio que se localiza no centro da cidade de Erechim (na época denominado apenas de Paiol Grande). (ILLA FONT, 1983, p. 93-96)

deslocado para Paiol Grande¹³, que recebeu, além do deslocamento do eixo econômico e da criação de uma sede para a instalação da colonizadora oficial de terras, o nome de Erechim.

[...] o presidente do Estado, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, cria a Colônia Erechim em 6 de outubro de 1908. Ela abrange uma região já conhecida pela designação de Erechim (do dialeto Caingang = campo pequeno). Uma comissão de Terras e Colonização é incumbida de dirigir os trabalhos de instalação e efetuar a divisão em lotes rurais da extensa gleba. [...] No local a leste do km 56 (da ferrovia) é reservada uma área de 500 hectares, atravessada pelo Arroio dos Índios (Abaúna). Informa o chefe que a sede acha-se acima do nível do mar 730 metros e está pouco mais ou menos a 27°51' de latitude sul e aos 9°04' de longitude oeste, do meridiano do Rio de Janeiro. Sua instalação, no local inicialmente denominado Erechim, tem começo em outubro de 1909 com trabalhos de derrubada de floresta (ILLA FONT, 1983, p. 94).

A colonização dos territórios ao norte do Rio Grande do Sul, fizeram parte de uma política pública de mapeamento e ocupação de terras, num período entre o fim do século XIX e o início do século XX. O Estado incentivou a vinda de imigrantes, sobretudo europeus, que tinham a finalidade de garantir a ocupação e a posse de terras povoadas, basicamente por indígenas, e que apresentavam, essas terras, problemas limítrofes.



Figura 6 - Prédio da Comissão de Terras – “o Castelinho” - Fonte: CHIAPARINI, Enori José, et al. *Erechim: Retratos do Passado, Memórias do Presente*. Erechim: Graffoluz (2012, p. 52).

¹³ Em 1906, o engenheiro Marcelino Ramos, que locava o traçado da estrada de ferro, ao chegar ao centro da mata encontrou os descendentes de bandeirantes, mais ou menos agrupados próximos a um grande paiol coletor de erva cancheada. Em sua caderneta de campo, ao lado das anotações topográficas, escreveu o nome do local: Paiol Grande. (CASSOL, 1979, p. 27)

O contexto internacional desse período inicial da ocupação das terras do atual município de Erechim, que cronologicamente estaria ocorrendo nos primeiros anos do século XX, denota que se viviam tempos de expansão de um imperialismo europeu. Hobsbawm sintetiza o contexto ocidental do início do século passado:

Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações (incluindo-se o vasto e crescente fluxo de emigrantes europeus e seus descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial (2001, p. 16).

Pinheiro também contribui de maneira significativa ao quantificar e analisar o fluxo migratório para o Brasil, no referido período que a pesquisa se propõe a analisar:

De 1890 a 1929 entraram ao todo no Brasil, 3.523.591 imigrantes. [...] Mais de um terço dos imigrantes entrados no Brasil, no período em questão, eram italianos. Em seguida vem os portugueses, com 1.030.666 pessoas, e os espanhóis com 551.385. O grande número de imigrantes entrados no Brasil na década de 1890 pode ser explicado por uma série de fatores que ou foram os responsáveis pela sua atração para o país, ou pela sua repulsão na Europa. No Brasil, sem dúvida, o fator mais importante foi o desenvolvimento da lavoura cafeeira, que desde 1880 vinha atraindo grandes contingentes de imigrantes. [...] A mudança de regime em 1889 também deve ter refletido favoravelmente, uma vez que se esperava conseqüentemente uma onda de modernização, que já teria sido desencadeada em 1888, com a abolição da escravidão (2006, p. 111).

No caso específico do Rio Grande do Sul, o estado foi marcado por várias correntes imigratórias¹⁴. Imigrantes açorianos, alemães, italianos, judeus e poloneses constituíram a maioria¹⁵ dos que chegaram de além-mar para povoar, ocupar, colonizar e explorar os territórios do estado e passaram a constituir boa parte da população que se deslocou para o norte do estado nos primeiros anos do século XX. Os números totais são imprecisos, mas

¹⁴ Deixar-se-á de lado nesse ponto, por questões metodológicas e para não fugir do tema central do trabalho, as migrações dos diversos grupos indígenas que povoaram o atual território do estado do Rio Grande do Sul e que se estabeleceram nessas terras antes da chegada dos brancos de origem europeia.

¹⁵ Na região do Alto Uruguai, também se tem registros da chegada de franceses, austríacos, suecos, espanhóis e russos. E também há confirmações de habitantes brasileiros que se deslocaram da região amazônica, que haviam trabalhado na construção da ferrovia Madeira-Mamoré, para trabalharem na região, encaminhados pela empresa colonizadora (CASSOL, 1979, p. 29)

Kühn (2011, p. 91) estima que perto de 160 mil imigrantes, somados apenas os alemães e os italianos, chegaram ao Rio Grande do Sul entre 1875 e 1914.

Uma parte desse contingente, especialmente a partir da demarcação de terras da Colônia Erechim, em 1904, passou a ocupar o Alto Uruguai. Segundo Garcez (2008, p. 24), duas empresas particulares foram autorizadas a colonizar a região: a empresa Colonizadora Luce Rosa e Cia e a Jewish Colonization Association (JCA).

A empresa colonizadora Luce Rosa Cia Ltda foi fundada em 1915 e tinha sua sede principal na cidade de Porto Alegre. Instalou escritório na localidade de Gaurama e levou para a região mais de mil famílias de colonos. Fundou quatro povoações dentro do município de Erechim: Três Arroios, Nova Itália (Severiano de Almeida), Dourado e Aratiba (CASSOL, 1979, p. 131).

A Jewish Colonization Association foi fundada pelo barão Maurício Hirsch, em 1891, na Inglaterra. Iniciou suas atividades no Rio Grande do Sul em 1902, quando comprou sua primeira propriedade no estado, em Pinhal, município de Santa Maria. A colônia foi denominada Filipson, em homenagem ao vice-presidente da empresa. Em 1909 a associação criou e colonizou a fazenda Quatro Irmãos, com noventa e cinco mil hectares. Foi o principal polo de colonização judaico na região. Em 1913 a colônia contava com mais de trezentas famílias. (GRITTI, 2007, p. 451)

Nesse processo de ocupação das terras no norte do Rio Grande do Sul, também merece destaque o papel decisivo desempenhado pela construção da ferrovia que atravessaria a região. Papel esse que foi de suma importância para o povoamento e desenvolvimento de boa parte do norte do estado.

O estado do Rio Grande do Sul esperou por 20 anos, em relação às primeiras ferrovias construídas no Brasil, para receber seus primeiros trilhos férreos. A estrada de ferro Porto Alegre-São Leopoldo, marca o início da epopeia desse importante meio de transporte em terras riograndenses, em 1874. Entretanto, a ferrovia que cortaria a região e traria os imigrantes a Erechim, fez parte de outro projeto.

Ewbank da Câmara, engenheiro, foi o principal responsável por um projeto pioneiro da malha ferroviária riograndense. No bojo de suas ideias estava a construção de uma ferrovia que teria duas utilidades básicas: a integração econômica do sul do Brasil com o restante do país e a criação de um sistema eficaz de transporte de soldados e armamentos com fins militares de proteção da fronteira sul-brasileira.

As fronteiras meridionais eram consideradas inseguras e vulneráveis, tanto ao contrabando como a possíveis agressões bélicas dos países platinos. O projeto elaborado por Ewbank da Câmara era uma resposta às imposições geopolíticas da época. A rede ferroviária projetada para o Rio Grande do Sul deveria ser um prolongamento da rede ferroviária nacional e que proporcionasse segurança das áreas de fronteiras (HEINSFELD, 2007, p. 274).

Os trilhos que cruzariam os atuais territórios de Erechim, faziam parte desse projeto defendido por Ewbank da Câmara e que foi implementado inicialmente em terras riograndenses interligando Porto Alegre a Uruguaiana. O deslocamento de tropas, armamentos e suprimentos militares, num possível conflito com os vizinhos platinos, fizeram com que esse projeto saísse antes do papel do que os demais. O objetivo era garantir a segurança nas áreas de fronteira, porque economicamente, numa região de baixa densidade demográfica, o viés econômico não foi o mais determinante. Em 1893 foi inaugurado o primeiro trecho, mas a ferrovia só chegou a Uruguaiana em 1907.

Em 1898 a Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil¹⁶ instalou seu escritório principal em Santa Maria, no centro do estado, tornando a cidade o polo férreo regional. A cidade se tornou o principal elo de ligação entre os três grandes projetos de Ewbank. De leste a oeste, Porto Alegre-Uruguaiana. O tronco sul Cacequi-Rio Grande, para a utilização do porto. E o terceiro projeto, que integraria o norte do estado à ferrovia, Santa Maria-Passo Fundo.

Em fins do século XIX, as questões fronteiriças envolvendo Brasil e Argentina se acirravam. Boa parte da bacia do Rio Uruguai, passava a ser posta em disputa e a diplomacia dos dois países passou a travar uma importante disputa em tribunais internacionais.

A partir de 1881, a Argentina passou a reivindicar como seu território brasileiro localizado entre os rios Uruguai, Chapecó, Iguazu e Chopim (em 1888 a reivindicação argentina substituiu o rio Chopim pelo rio Jangada), totalizando uma área de 30.621 quilômetros quadrados, nos atuais estados de Santa Catarina e do Paraná. A reivindicação argentina era baseada nos desentendimentos ocorridos entre os comissários portugueses e espanhóis, por ocasião da demarcação dos limites estabelecidos pelo tratado de Santo Ildefonso (1777), entre as metrópoles Ibéricas (HEINSFELD, 2007, p. 286).

¹⁶ Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil foi uma empresa de origem belga que obteve a concessão para a construção de boa parte do sistema ferroviário do Rio Grande do Sul em fins do século XIX e início do século XX. Foi a responsável pela implementação da ferrovia que chegou até o município de Erechim.

O Barão do Rio Branco, que mais tarde será homenageado pelos anglicanos ao batizar a escola com seu nome, era o então cônsul brasileiro em Liverpool, e foi personagem decisivo para a demarcação de terras favoráveis ao Estado brasileiro e que, de certa forma, consolidou a demarcação de terras do norte do Rio Grande do Sul e o oeste dos estados de Santa Catarina e Paraná. Ainda segundo Heinsfeld (2007, p. 286) “a defesa apresentada por Rio Branco ao árbitro (o presidente norte-americano Grover Cleveland) é um verdadeiro tratado de geopolítica”.

Para consolidar o que os tribunais internacionais ratificaram, o governo brasileiro iniciou o projeto de construção de uma estrada de ferro que preencheria esse delicado território fronteiriço e que ligaria estrategicamente o Rio Grande do Sul com o sudeste do país. O decreto 10.432¹⁷, aprovado em 9 de novembro de 1889 concedia o direito de implementação, da parte riograndense da ferrovia, a João Teixeira Soares, que mais tarde, vendeu sua concessão à *Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil*.

Com a ligação entre Santa Maria, no Rio Grande do Sul e Itaraté em São Paulo, o projeto do tronco norte, da malha férrea riograndense proposto por Ewbank se finalizaria. Dentro do estado, o trajeto a ser construído seria entre Passo Fundo e Marcelino Ramos, passando pelo povoado de Erechim. Em 25 de outubro de 1910 o primeiro trem chegou a Marcelino Ramos, cruzando portanto as terras erechinenses com destino à margem esquerda do Rio Uruguai. Apesar da chegada em 1910, a primeira travessia pelo rio e consequentemente a realização da primeira ligação entre o estado do Rio Grande do Sul e o restante do país, só foi possível em junho de 1913, quando a ponte de ferro ficou pronta. Em 1911 outra ponte, em fase terminal de construção, foi levada pelas águas do Rio Uruguai em uma enchente, atrasando o contato entre os dois lados da ferrovia (HEINSFELD, 2007, p. 290).

Com a ligação a Marcelino Ramos, finalizava-se a rede ferroviária do Rio Grande do Sul e o projeto Ewbank tornava-se realidade. Contudo, o tronco norte, trouxe consigo um impulso de desenvolvimento e ocupação de uma grande região até então timidamente explorada pelo Estado.

¹⁷ Concede privilégios, garantia de juros e terras devolutas, mediante autorização legislativa, para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que partindo das margens do Itararé, na província de São Paulo, vá terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, na província do Rio Grande do Sul, com diversos ramais. (HEINSFELD, 2007, p. 287 *apud* ACTOS DO PODER EXECUTIVO, 1889, p. 683).

Com a chegada dos trilhos no Rio Uruguai, completava-se a rede ferroviária do Rio Grande do Sul, ao menos nos seus grandes troncos. Por sua vez, as preocupações do governo federal com a segurança da região Sul diminuía, pois a São Paulo-Rio Grande era uma ferrovia essencialmente estratégica e que funcionava como um elemento de defesa. Por outro lado, a colonização do norte do território gaúcho teve um enorme incremento com o término da ferrovia. Ao redor de cada uma das estações, vilas e cidades surgiram. Colonos chegavam e começavam a organizar a sua vida. Havia a perspectiva de que a sua produção seria escoada pelo trem. A indústria madeireira também teve seu desenvolvimento ligado à ferrovia. Assim, em *ordem* muitas regiões estavam sendo alcançadas pelo *progresso* (grifos do autor) (HEINSFELD, 2007, p. 292).

A construção da ferrovia foi determinante para a mudança da sede da comissão de terras, de Erechim (atual Getúlio Vargas) para Paiol Grande (atual Erechim). Quando ocorre a emancipação, em 1918, Paiol Grande já se tornara a sede do novo município.

Em um rápido processo de ocupação e colonização, a colônia Erechim, comparado a outras regiões do estado, progredia a passos largos. Em 1911 a população local era estimada em 14.000 habitantes. Passados quatro anos o número era o dobro (CASSOL, 1979, p. 115). Em 1940, a população total da ex-colônia Erechim já ultrapassava os cento e sete mil habitantes, sendo que 92,9% dessa população encontrava-se no campo. Eram vendidos aos recém-chegados, em média, lotes de aproximadamente vinte e cinco hectares que produziam erva mate, milho, feijão, criação de porcos, carne e banha. Mas a principal atividade econômica dos primeiros anos de povoamento foi mesmo o extrativismo da madeira.

É nesse contexto, ainda nos primeiros anos de povoamento e consolidação da localidade de Paiol Grande como um centro de atividades urbanas e de gerenciamento de colonização e exploração de terras que, vindos pela estrada férrea, chegam os primeiros missionários anglicanos, enviados diretamente pelo Bispo Kingsolving, em Erechim, no ano de 1923. Nessa data, a ex-colônia já havia se tornado município. A assinatura da ata de emancipação de Erechim, que se desvinculou do Município de Passo Fundo, ocorreu em 18 de junho de 1918, na sede da Comissão de Terras, na localidade de Paiol Grande. A autonomia administrativa também proporcionou a mudança da nomenclatura do município, para Boa Vista do Erechim.

2. CRUZ, COMPASSO E QUADRO-NEGRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ANGLICANISMO, A MAÇONARIA E O POSITIVISMO

O propósito deste capítulo é fornecer subsídios para uma discussão acerca da criação e consolidação do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco, principalmente entre os anos 1920 e 1930, como uma alternativa de ensino laico e cientificista na região do Alto Uruguai. Para tanto, a pretensão é uma reconstrução histórica do momento vivido pela sociedade regional do período em questão e os três eixos de influências que acabaram contribuindo para o surgimento da maior escola anglicana da América Latina. O primeiro eixo é a Igreja Anglicana; seu surgimento e formação europeia, sua expansão para a América, a Igreja no Brasil, o projeto de interiorização no Rio Grande do Sul e seus projetos educacionais. O segundo é analisada a Maçonaria; sua história, seus mistérios, as imbricações com importantes fatos da história brasileira e seu entrelaçamento com a educação. O positivismo aparece como um terceiro elemento; inicialmente será feita uma conceituação ampla, depois analisada sua receptividade no Brasil, o Positivismo no estado do Rio Grande do Sul e o seu projeto de poder no início do século XX, os interesses políticos na defesa da escola laica no Brasil como alternativa ao catecismo escolar romano, os diferentes sujeitos sociais envolvidos nessa luta, seus interesses e suas contradições.

Após essa aparente descrição isolada dos eixos, a proposta passa a ser imbricá-las a um quarto elemento, que terá a pretensão de torná-los comum, no debate da história educacional brasileira do início do século XX, bem como contribuir para a reconstrução de parte da história das instituições de ensino do estado do Rio Grande do Sul. O elemento aglutinador é a fundação e a consolidação, como importante e estratégica Instituição de ensino, do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco de Erechim, a partir do ano de 1929. Tentar-se-á evidenciar, que esses quatro eixos se interligam e estabelecem relações sociais entre si. A ideia é investigar a possível relação histórica entre duas grandes Instituições, a Igreja Anglicana e a Maçonaria, somadas ao ideário positivista, predominante no Rio Grande do Sul nos anos que antecederam a criação do projeto da escola anglicana, conjuntamente com a defesa, por parte da sociedade erechinense, que viu a necessidade de uma escola laica não ateia e que pudesse oferecer bancos escolares a alunos que até então não eram bem vistos ou quistos em outras instituições de ensino.

2.1 A Igreja Anglicana

Através da memória pessoal, pode-se fazer o exercício da lembrança dos bancos escolares, e certamente estará o tempo em que o estudo da história e do conhecimento histórico passava pela memorização de datas e fatos, previamente selecionados por autores e requisitados pelos professores em verdadeiros testes de conhecimento.

Sem a pretensão neste momento de entrar nesse acalorado debate acerca do ensino de história, propõe-se retomar um desses fatos geralmente cobrados nos bancos e testes escolares: onde surgiu, quando e quem criou a Igreja Anglicana?

Se a memória do leitor falhar, é só consultar qualquer livro didático disponibilizado pelas editoras brasileiras ou a um dos alunos em pleno 2013 e se encontrará a resposta, direta como antes, ou indireta como a comunidade de historiadores passou a debater recentemente: Inglaterra, durante a Reforma Religiosa do século XVI e Henrique VIII como patriarca da nova igreja.

Resposta consolidada? Não. Para muitos teólogos e alguns historiadores, sobretudo os próprios anglicanos, a origem da Igreja Anglicana, remonta a outros tempos. Tempos do Império Romano, quando, em missões de evangelização, o cristianismo penetrou Grã-Bretanha adentro. Sem documentações comprobatórias, a datação inicial dessa cristianização dos anglo-saxões deixa dúvidas. Fato documental é a presença de três bispos ingleses (representando as ilhas britânicas) no Concílio de Arles, realizado na França no ano de 314.

A história do Anglicanismo coincide, em grande parte, com a História da Igreja da Inglaterra e a História da Igreja, na Inglaterra, é o resultado, o somatório, de experiências religiosas de vários matizes, com características cristãs. Isto faz da História da Igreja na Inglaterra uma experiência fascinante: ora se desenvolve dentro dos seus próprios padrões culturais, ora ela caminha sob autoridade externa, ora ela retoma seus direitos de ter os seus próprios critérios, a sua autodeterminação, dentro dos padrões da Cristandade (IBALDO, 2012, p. 11).

A partir desse instante, misturam-se concepções apaixonadas e outras um tanto céticas. Boa parte da comunidade de historiadores comunga do mito fundador de Henrique VIII e da versão de repúdio às ordens vindas de Roma, por parte do rei, que proclama soberania religiosa com interesses casamenteiros. Basta lembrar a multiplicação dessa passagem em livros escolares. Outra parte porém, questiona essa quase unanimidade. Defendem eles, que a criação do Anglicanismo ainda remonta a esse passado de penetração dos primeiros cristãos

nas ilhas britânicas e o conseqüente surgimento de uma dissidência da Igreja Romana nas terras que pariram a Revolução Industrial. Dentro dessa linha, constata-se o texto retirado do site oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil - IEAB.

Durante toda a Idade Média a Igreja Inglesa estava submetida à Igreja Romana. A Inglaterra, como os demais países da Europa, fazia parte e dava sustento ao sistema papal vigente, contudo devido a distância que a separava de Roma, desenvolveu-se desde muito cedo uma Igreja com características estatais e nacionalistas. A Igreja na Inglaterra sempre reclamou a sua independência histórica, e mesmo que durante 850 anos ela tenha sido nominalmente romana, a sua relação com o papado sempre foi conflituosa. Henrique VIII apenas separou a igreja autônoma que lá existia da tutela de Roma. (IEAB, 2013).

A parte desse debate, que não chega a interferir o rumo de nossa proposta, a Igreja Anglicana, que na América é também conhecida como Igreja Episcopal (episcopus = Bispo, maior autoridade dentro da Instituição), atualmente possui em torno de 14 milhões de seguidores pelo mundo. No Brasil é denominada Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e possui nove dioceses (Amazônia, Brasília, Curitiba, Pelotas, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Meridional e Sul-Occidental) e um Distrito Missionário do Oeste.

Outra importante discussão acerca da Igreja Anglicana é sobre a sua proximidade com a Igreja Católica ou a sua associação com o protestantismo. Desde sua reformulação, a partir da reforma de Henrique VIII (1491-1547), os anglicanos se equilibram entre o peso de tradições pré-reforma e a influência de grupos protestantes.

Essa atitude receberá mais tarde a designação de “via média”, expressão através da qual se busca a identidade do anglicanismo num meio-termo entre o catolicismo romano e o protestantismo clássico. As evidências dessa “via média” ganham visibilidade em algumas peculiaridades anglicanas: tal como no catolicismo, há bispos (com sucessão apostólica), padres e diáconos, mas semelhantemente ao protestantismo, não se exige de ninguém o celibato. Tal como no catolicismo, o centro da vida litúrgica é o altar e a comunhão eucarística, mas grande ênfase é dada à pregação. Utiliza-se terminologia tipicamente católica (diocese, paróquia, eucaristia, missa, sacristia, padre, etc.); mas, ao mesmo tempo, permite-se que padres sejam chamados de “pastores”, que a missa seja designada “culto” ou que a eucaristia seja chamada simplesmente “santa ceia” ou “ceia do senhor”, tal como no protestantismo. Assim é o *ethos* anglicano – uma constante tentativa de acomodar diferenças em prol da preservação da comunhão (CALVANI, 2005, p. 39).

Após a consolidação dentro dos limites das Ilhas Britânicas, a expansão religiosa do anglicanismo acompanhou a expansão do Império Britânico, sobretudo após o advento da segunda revolução industrial. Foram estabelecidas colônias por parte do reino e capelarias por

parte da Igreja, nos cinco continentes. Mesmo após as emancipações locais, a presença anglicana permaneceu, pois moldou-se às especificidades culturais de cada povo.

2.1.1 A Igreja Anglicana no Brasil

A ligação entre a Igreja Anglicana inglesa e a América, remonta ao período de colonização deste continente, entre os séculos XVI e XVII. A religião anglicana veio a bordo de navios, juntamente com milhares de imigrantes que buscavam oportunidades no *new world* (novo mundo), e acabou se estabelecendo nas 13 colônias e de lá surgiram estratégicas e pontuais incursões com destino à América latina, especialmente ao Brasil.

No entanto, os primeiros contatos do anglicanismo com o Brasil ocorreram ainda em primórdios do século XIX, quando foram celebradas, em pequenas capelas, liturgias que se subordinavam às doutrinas inglesas. Vale constar que os primeiros relatos apontam o ano de 1810 para tais atividades, justamente no período em que foram firmados contratos entre o governo português, que acabara de se estabelecer no Brasil, e a monarquia inglesa.

Em 1808 o príncipe-regente português, D. João VI, aportou no Rio de Janeiro, trazendo consigo centenas de outros lusitanos, grande parte da corte portuguesa, sua biblioteca real e uma outra imensa quantidade de pertences. D. João VI e seus seguidores estavam em rota de fuga da invasão napoleônica, que pretendia colocar em prática o bloqueio continental. Tal política visava fechar os portos do continente europeu sobretudo aos ingleses, que acabaram por proteger os portugueses e apoiar, quando já não havia mais muitas opções, à fuga para a colônia brasileira.

Aqui estabelecidos, os portugueses trataram logo de decretar a "abertura dos portos às nações amigas", para fim de tentar encorajar o desenvolvimento da colônia, que por mais de 300 anos havia sido completamente subordinada aos interesses exploratórios dos lusitanos. Importante sempre destacar que ao lermos "nações amigas", devemos ler: Inglaterra.

A abertura dos portos foi um ato historicamente previsível, mas ao mesmo tempo impulsionado pelas circunstâncias do momento. Portugal estava ocupado por tropas francesas, e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a Colônia e a Inglaterra e receber os tributos devidos. A Inglaterra foi a principal beneficiária da medida. O Rio de Janeiro se tornou o porto de entrada dos produtos manufaturados ingleses, com destino não só ao Brasil como ao Rio da Prata e à costa do Pacífico. Já em agosto de 1808, existia na cidade um importante núcleo de 150 a 200 comerciantes e agentes comerciais ingleses (FAUSTO, 2003, p. 122).

Tal presença de ingleses, certamente motivara a realização das primeiras cerimônias anglicanas no Brasil. Entretanto uma presença anglicana atuante, com intuito missionário, só viria em fins do século.

Em um seminário teológico na Virgínia (EUA), fundado em 1823, um grupo de jovens cria em fins do século XIX a *American Church Missionary Society*, que tinha o objetivo de organizar missões com incursões definitivas ao Brasil. Com financiamento de particulares a missão começou a tomar corpo e logo alguns jovens seminaristas anglicanos se dispuseram a zarpar dos territórios norte-americanos, tendo como destino o Brasil (KICKHÖFEL, 1995, p. 40).

James Watson Morris¹⁸ e Lucien Lee Kingsolving¹⁹ desembarcaram no Rio de Janeiro no dia 26 de setembro de 1889. Passaram pela cidade de Santos, litoral de São Paulo até se dirigirem para Porto Alegre, onde se estabeleceram em definitivo. Organizaram ali o primeiro núcleo de anglicanos do Brasil, fundando as primeiras missões e constituindo uma pequena comunidade. Criaram capelas, passaram a transmitir o evangelho e catequizar pessoas. O primeiro culto ocorreu em 1º junho de 1890, em Porto Alegre. Em seguida surgiram missões em Santa Rita do Rio dos Sinos (atual município de Nova Santa Rita), Rio Grande e Pelotas.

¹⁸James Watson Morris foi o primeiro seminarista do Seminário da Virgínia (EUA) a aceitar (e obter sucesso) a ideia de criar uma missão anglicana no Brasil. Veio ao Brasil em 1889 onde aprendeu português e juntamente com Kingsolving fundaram a Igreja Episcopal do Brasil. O referido nome também foi sugestão do próprio Morris. Foi o principal responsável pela missão em Santa Maria/RS. Aposenta-se em 1929 e retorna aos Estados Unidos, em Richmond (capital do estado da Virgínia) onde faleceu em 1954. (OLIVEIRA, 1988, p. 2)

¹⁹Lucien Lee Kingsolving nasceu em maio de 1826, no estado da Virgínia, Estados Unidos. Era descendente dos Kingsolving e dos Lee, “entre cujos antepassados dois assinaram a Declaração de Independência dos Estados Unidos”. Foi colega de Morris no Seminário da Virgínia (EUA) e aceitou o convite do colega para se dirigir ao Brasil e fundar aqui uma missão evangelizadora. Foi o primeiro Bispo consagrado pela Igreja brasileira em 1898. Segundo Oliveira (1988) “o governador do Rio Grande, Dr. Borges de Medeiros, apreciava muito suas visitas e lhe dava passe livre nas Estradas de Ferro do Estado”. Em outubro de 1826 partiu para os Estados Unidos em férias e não retornou mais. Foi aposentado em 1928 e faleceu em 1929. (OLIVEIRA, 1988, p. 4)

2.1.2 A Igreja Anglicana no Rio Grande do Sul

Praticamente 10 anos após a chegada dos missionários, Lucien Lee Kingsolving fora ordenado o primeiro bispo em território brasileiro, sendo responsável por 36 comungantes (KICKHÖFEL, 1995, p. 117). Era um indício de que a missão estava colhendo frutos e prosperando. Nos primeiros anos a missão enfrentou muitas dificuldades. A vinculação à Igreja Episcopal Americana, que centralizava as decisões mais importantes (mas também financiava a missão), a dificuldade de penetração em território já amplamente dominado pela Igreja Católica Apostólica Romana e o idioma, que se não bastasse por si só a adaptação do inglês para o português (idioma oficial do país), ainda havia a necessidade da aprendizagem de Italiano, Alemão e algumas línguas indígenas.

Em 1900 Morris e o agora bispo Kingsolving, resolvem abrir novos rumos para a missão. Projetam Santa Maria da Boca do Monte para o estabelecimento de mais um braço do projeto de interiorização da Igreja Episcopal. Atualmente Santa Maria é a sede da Diocese Anglicana Sul-Occidental, a qual o Instituto Anglicano Barão do Rio Branco de Erechim está ligado. É também a primeira paróquia financeiramente emancipada, feito realizado em 1917.

Em seus registros Morris escreve: "A missão poderia se estender indefinidamente, se tivéssemos mais homens e mais recursos. O interior deste estado está admiravelmente pronto para nos receber e o tempo para iniciar está favorável" (KICKHÖFEL *apud* MORRIS, 1995, p. 118).

Kingsolving e Ribble viajaram a Santa Maria para a inauguração que aconteceu no dia 11 de fevereiro de 1900, na rua do Comércio 34. Era uma sala alugada que reunia uma congregação regular de 45 membros e uma escola dominical. No culto inaugural havia 300 pessoas. O jornal da igreja escreveu: "Com a inauguração, a Igreja Episcopal conseguirá muitos adeptos, pois condena o celibato e o confessionário, o que é muito moralizador e mais uma desilusão para a Igreja Católica Romana" (ESTANDARTE CRISTÃO, 1900, p.4).

Na continuidade das palavras de Kickhöfel, são relatadas algumas estratégias para o estabelecimento das missões no interior do estado do Rio Grande do Sul:

[...]Quando os missionários eram enviados para abrir um novo trabalho, a recomendação era esperar até que houvesse condições seguras para realizar ofícios regulares. Não deviam fazer pregações públicas enquanto não pudessem começar com uma forma permanente de reunião e culto. [...] Outra recomendação era visitar o maior número possível de pessoas, explicar porque tinham vindo e reunir os interessados em sua casa para ler a Bíblia, cantar hinos e explicar a nova forma de culto que traziam àquele lugar. [...] Por isso, a política dos primeiros fundadores era estabelecer missões nos centros mais populosos, onde havia maior possibilidade de organizar núcleos fortes que servissem de centros irradiadores no futuro. **O trabalho geralmente começava nos pontos centrais das cidades e nunca na periferia, especialmente nas cidades do interior, onde os templos eram construídos quase na frente das igrejas romanas ou próximo delas** (1995, p. 124, grifo meu).

A chegada dos primeiros missionários anglicanos aos atuais territórios do município de Erechim, constam nos documentos oficiais da Igreja Anglicana, a partir de meados da década de 1920. Os relatos abaixo estão presentes no diário do então Bispo Kingsolving, que realizava relatórios anuais de suas viagens e os publicava nas Atas e outros documentos dos Concílios da Igreja Episcopal Brasileira. Essas publicações eram anuais e de circulação interna da Igreja Anglicana.

O Bispo Kingsolving era responsável por todas as paróquias anglicanas do Brasil, que incluíam os municípios do estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e até mesmo o distante estado do Rio de Janeiro. Boa parte das longas viagens eram feitas com o uso de trem, mas outras eram feitas no lombo de muares.

A primeira referência ao município de Erechim data de 1923 (nesse período o município chamava-se Paiol Grande), e o Bispo Kingsolving vinha de uma longa viagem do Rio de Janeiro com destino a Santa Maria (RS). O ponto anterior a Paiol Grande, na ferrovia São Paulo-Santa Maria²⁰, era o município de Marcelino Ramos, que já possuía uma missão evangelizadora. Na Acta de 1923, Kingsolving realiza sua primeira descrição sobre a visita ao povoado de Boa Vista do Erechim:

²⁰A linha interligando Marcelino Ramos e Santa Maria foi idealizada em 1889 juntamente com todo o trecho entre Itararé/SP, e Santa Maria/RS. Tinha o objetivo de interligar o sudeste, especialmente o Rio de Janeiro e São Paulo com o extremo sul do país. A parte correspondente ao Estado do Rio Grande do Sul acabou sendo construída separadamente do restante do trecho (que seria chamado de linha Itararé-Uruguaí) e entregue em 1894 à Cie. Sud Ouest Brésilien e em 1907 cedida à Cie. Auxiliaire au Brésil. Em 1920, foi encampada pelo Estado, formando-se a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que, em 1969, teve as operações absorvidas pela RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima). Em meados de 1990 parte do trecho foi desativada, em 1996 a ALL (América Latina Logística) recebeu a concessão da linha, bem como de todas as outras ainda existentes no Estado. Trens de passageiros circularam até os anos 1980 pela linha (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2013).

No dia 29 de outubro, acompanhado do Sr. Frederico Zschornack, fui a Marcelino Ramos, tomando o nocturno para Paiol Grande, onde cheguei a meia noite; e encontrei o Sr. Mucio Mendes de Castro, “*amicus amatus per multos annos*”, que me levou à sua casa hospitaleira, onde me prodigalizaram, elle e sua Exma. Sra., bondosas atenções. De madrugada chegou o rev. Baptista, de Santa Maria. No dia 30 de outubro, na residência do Sr. Castro, o rev. Baptista baptizou 2 (duas) creanças, confirmei 2 candidatos, e celebrei a Santa Comunhão. No dia 31 de Outubro, na mesma casa, pregou o rev. Baptista e apresentou-me mais 2 (dois) candidatos para a imposição das mãos. Tomámos o nocturno em demanda de Santa Maria, levando impressões promissoras do futuroso trabalho em Paiol Grande e gratissimas recordações da hospitalidade fidalga do casal Castro (ACTAS DO 36º CONCILIO DA IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA, 1923).

Após esse primeiro contato, ainda segundo seu diário, transcrito na íntegra nas Atas dos Concílios da Igreja Episcopal, o bispo Kingsolving dá início a articulação para a criação de uma missão oficial da Igreja no município de Paiol Grande (Erechim).

O primeiro passo oficial foi a ordenação do “dedicado” Reverendo Alberto Blank, que recebera elogios do próprio bispo Kingsolving por ter se “esmerado” na construção da “Egreja da Ascensão de Theresópolis”, no seminário teológico, mantido pela Igreja, em Porto Alegre. A ordenação do então seminarista Alberto Blank ocorreu apenas onze dias após a visita a Paiol Grande. No ato de sua ordenação como Reverendo da Igreja Episcopal, Alberto Blank já foi designado para o trabalho em “Paiol Grande”.

Alberto Blank foi o primeiro representante oficial da Igreja Anglicana em Erechim. Foi durante a sua gerência paroquial que surgiu a ideia e a consolidação da construção da escola anglicana, fundada em 1929 e que hoje é denominada de Instituto Anglicano Barão do Rio Branco.



Figura 7 - Igreja Episcopal Anglicana na década de 1920. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição, sem data.

2.1.3 A Igreja Anglicana e a fundação de Instituições de Ensino

Após a instalação e consolidação da missão no Brasil, o Bispo Kingsolving e seus seguidores dão um passo adiante no que tange ao processo de evangelização. Iniciam-se os estudos para a implementação de escolas, demonstrando uma preocupação e um interesse peculiar para com esse importante setor de evangelização dentro da Igreja. Segundo Kickhöfel (1995, p. 131) “o problema era urgente”:

As escolas do Governo são lamentavelmente ineficientes. A falta de disciplina intelectual e moral é tão evidente que nem o clero, nem o leigo pode apoiar as escolas ao seu redor. O problema se tornou urgente e as oportunidades proporcionam à igreja a possibilidade de aprofundar sua influência na vida daqueles que lhes forem confiados (ACTAS DO 9º CONCILIO DA IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA, 1907, p. 25).

Foram utilizadas duas estratégias: a escola dominical, que atenderia a área religiosa; e as escolas paroquiais ou institucionais, na área secular. Havia razões para isso. Primeiro era educar os filhos dos membros da Igreja, para que não recebessem influência que os “afastassem dos princípios da religião cristã”. A segunda razão era “preparar os jovens de

ambos os sexos para o trabalho da igreja, especialmente para o ministério e para o ensino.” A terceira era a “evangelização”. A quarta era “formar personalidades capazes de refletir o espírito de Cristo em suas vidas profissionais” (KICKHÖFEL, 1995, p. 132).

Um ponto extremamente relevante para o empreendimento dessas missões no campo educativo, sobretudo de formação das instituições de ensino, era a preocupação com a inserção de novos sujeitos ativos na sociedade, que pudessem exercer plenamente sua cidadania e assim contribuir para a consolidação da República brasileira, que dava seus primeiros passos nas primeiras décadas do século XX. Para Guedes (2010), “a importância que a igreja atribuía à educação tinha também caráter político, ou seja, o exercício da cidadania para a plena consecução da democracia na vida nacional”.

Cuidar da educação é cuidar das fontes da democracia. Não pode haver democracia enquanto oitenta por cento da população é analfabeta. Povo analfabeto é o povo passivo que só terá governos despóticos quer pela força armada, quer pelo desprezo à soberania nacional (ESTANDARTE CRISTÃO, 1912, p. 1).

Outro argumento implícito nessa “necessidade” de construção de Instituições de ensino era a não concordância com o ensino oferecido em Instituições confessionais católicas ou até mesmo as públicas, onde, segundo Guedes (2010, p. 146): “as escolas públicas eram ineficientes e os filhos de pais evangélicos eram perseguidos nas escolas da Igreja Católica”.

A partir dessa clara intencionalidade da criação de Instituições de ensino por parte da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, sua concepção em relação ao tipo de Instituição de ensino, era de oposição às tradicionais escolas confessionais católicas. A intenção era da criação de Instituições laicas.

O papel da igreja não era retirar o homem do mundo, “mas livrá-lo do mal”. Baseada nesse conceito, a Igreja Anglicana acreditava que o papel da igreja não era propagar o evangelho exclusivamente por meio de escolas laicas, mas por meio delas era possível preservar a juventude do ateísmo e do materialismo. Era uma oposição mais defensiva do que ofensiva (GUEDES, 2010, p. 143).

A criação de instituições de ensino, por parte da Igreja Anglicana, perpassou todo o século XX, mas teve sua maior concentração na primeira metade do referido período. Foram

inúmeras instituições criadas no país, mas citaremos superficialmente algumas que se instalaram no estado do Rio Grande do Sul²¹. Destaca-se:

a) Escola Americana – a primeira escola episcopal anglicana do Brasil. Fundada por Vicente Brande em Porto Alegre, 1891, logo após a chegada dos primeiros missionários. As aulas davam destaque não só às ciências humanas, mas também aos princípios morais e religiosos cristãos. A instrução bíblica também era ofertada em todas as classes. A escola foi fechada em 1898 por falta de professores e catequistas.

b) Seminário Teológico da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – criado em 1903, em Rio Grande/RS, já esteve em São Paulo/SP e a partir de 1977 foi instalado em definitivo na cidade de Porto Alegre/RS, no bairro de Teresópolis. Tornou-se seminário nacional em 1984. Atualmente (ano de 2013) estão matriculados apenas três seminaristas.

c) Colégio Cruzeiro do Sul – localizou-se em Porto Alegre, inicialmente sob o nome de Escola Diocesana, no bairro Partenon em 1912. Em 1916 transferiu-se para o bairro Teresópolis onde passou a se denominar Colégio Cruzeiro do Sul. Foi uma das mais fortes e tradicionais instituições escolares da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Estiveram em seus bancos escolares, algumas personalidades renomadas da história rio-grandense, como o político Jair Soares e os escritores Érico Veríssimo e Josué Guimarães (GUEDES, 2010, p. 170). Inicialmente a escola diocesana fechava-se em si mesma e oferecia educação formal apenas aos membros da própria Igreja. Após alguns anos de funcionamento passou também a abrir suas portas a adeptos de outras religiões.

A filosofia da escola era preparar o jovem para a universidade. Defendia uma educação liberal, preparando os estudantes também para a vida profissional e comercial. O principal objetivo era difundir a educação, desenvolver a maturidade cristã e preparar os jovens para enfrentar os embates da vida. Considerava a disciplina e o respeito como elementos essenciais para o desenvolvimento mental e intelectual dos alunos. Dava ênfase ao princípio de que a formação moral era mais importante do que a formação intelectual. A principal preocupação do sistema educacional da escola era a cultura moral, a volta à vida interior, a formação do caráter, e não tanto a simples transmissão de conhecimentos, embora isso fosse também praticado com muita eficiência e zelo (GUEDES, 2010, p. 171).

²¹ As informações sobre as escolas anglicanas foram compiladas a partir da análise de documentos dos arquivos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, com sede em Porto Alegre/RS. Destacam-se o Estandarte Cristão (periódico de circulação interna da Igreja) e os Anais dos Concílios da Igreja. Também serviram como referência os trabalhos de KICKHÖFEL (1995) e GUEDES (2010).

d) Cidade dos Meninos – em 1946 foi um internato criado na cidade de Bagé, pelo Reverendo Antônio Guedes e, segundo Guedes (2010) contou com o apoio da Loja Maçônica Sigilo nº 14. Surgiu da doação de um terreno a quatro quilômetros da cidade, feita por Eugênio Oberst, que era maçom. Seu objetivo inicial era oferecer educação a meninos órfãos. Foram oferecidos o primário, do 1º ao 5º ano e em turno inverso eram oferecidas oficinas de carpintaria, marcenaria, olaria, a horta, a pocilga e o aviário.

e) Escola Professora Melanie Granier – centenária escola ainda em funcionamento na cidade de Bagé, foi fundada em 1911 com o nome de Escola Perseverança. Atualmente é administrada pelo Instituto Anglicano Barão do Rio Branco de Erechim. A escola surgiu fruto do trabalho da então professora, Melanie Granier, que ofereceu “às jovens de classe média e popular uma educação nos moldes da França, enfatizava o estudo do francês e das boas maneiras” (GUEDES, 2010, p. 185).

Dentre as escolas anglicanas, fundadas na primeira metade do século XX, a que conseguiu resistir ao tempo, consolidar-se e ampliar sua prestação de serviços educacionais foi o Instituto Anglicano Barão do Rio Branco de Erechim, a ponto de se tornar a maior instituição educacional anglicana da América Latina²². Opta-se para não se explicitar suas especificidades nesse momento, visto que a sua história e suas características, serão explorados no terceiro capítulo dessa dissertação.

2. 2 A Maçonaria

Dentre os tópicos ou temas desse ensaio, sem sombra de dúvida o mais controverso e não menos instigante é a maçonaria e suas possíveis articulações com o tema desta pesquisa. Encontrar elementos concretos, decisivos e persuasivos sobre a sua real imbricação com a criação e consolidação do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco de Erechim, foi a tarefa mais árdua desse trabalho.

Uma sociedade fechada, exclusiva para homens, pessoas que falam de lado e olham para o chão (parafraseando Chico Buarque em sua composição Apesar de Você), com ritos secretos e que, de seus encontros e influências, já resultaram importantes transformações na história recente da humanidade. A maçonaria, aparentemente adormecida numa sociedade contemporânea de relações cada vez mais voláteis e virtualizadas, ainda resiste em tornar

²² Segundo o site do escritório central da Comunhão Anglicana Internacional.

pública suas intenções atuais e/ou mesmo as históricas. Tentar, portanto, reconstruir uma história nesses entremeios é um desafio que se pretende enfrentar, dentro das possibilidades e contribuir para o avanço acadêmico deste debate.

Num espectro amplo, a bibliografia sobre o tema Maçonaria dá conta de questões gerais e universais. Porém, as pesquisas acadêmicas sobre o tema, sobretudo em relação à sua atuação no interior do Rio Grande do Sul principalmente na defesa da criação de escolas laicas no início do século XX ainda deixam a desejar. Talvez pelo receio da exposição de seus participantes em um universo local, de cidades pequenas, com as quais, possivelmente seus membros ainda tenham seus nomes ou de pessoas próximas a suas famílias tramados com inúmeros e decisivos fatos de uma história local, fato é que o temor à exposição ainda prevalece.

No caso brasileiro, a presença da maçonaria na historiografia acadêmica é quase inexistente enquanto objeto específico de pesquisa. À exceção de inúmeras e rápidas referências, sobretudo em dois momentos específicos da história política brasileira - a independência e a "questão religiosa" de 1872-1875 -, a maçonaria permanece anônima. Assim, no Brasil a maçonaria mantém-se ainda muito nebulosa e obscura em razão da própria marginalização a que a historiografia acadêmica a relegou, permitindo que a visão bipolarizada - oriunda, de um lado, da história escrita pelos próprios maçons e, de outro, dos seus inimigos, quase sempre católicos - se tornasse predominante (COLUSSI, 2011, p. 21).

Mesmo diante dessa complexidade, alguns historiadores conseguem finalizar trabalhos acadêmicos consistentes sobre os maçons e suas atuações na constituição histórica de determinado fato ou acontecimento, mesmo em nível da História do Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo. Mas, especificamente sobre o tema proposto, que seria a defesa de um espaço para o desenvolvimento do cientificismo em contrapartida com o ensino proposto pelas instituições católicas, na primeira metade do século XX, no norte do Rio Grande do Sul, o tema continua praticamente em aberto.

Entretanto, parte-se de questões elementares, para depois tentar-se desvelar os particulares desafios. O que é um maçom? qual a origem da maçonaria? como a maçonaria se auto-define? quais os personagens maçons mais marcantes da história? quais as grandes decisões políticas tomadas dentro das lojas maçônicas que teriam mudado a história brasileira?

A primeira noção ou concepção do termo maçom vem de *pedreiro*, o profissional construtor, sobretudo o pedreiro medieval.

Volta-se à Idade Média e analisa-se superficialmente aquele cenário que circundava o cotidiano dos habitantes do velho mundo entre os séculos V e XVI da era cristã. Com a consolidação da Igreja Católica e a descentralização político-administrativa, as relações pessoais e sociais eram determinadas pela forte influência cristã, universalmente católica no oeste da Europa. Um período de obscuridade pairava por toda a Europa, sobretudo se comparado ao esplendor vivido nas sociedades grega e romana da antiguidade, principalmente na região mais ocidental do continente. Obscuridade essa defendida pelos renascentistas que viam naquele período, uma ausência do brilhantismo artístico e cultural da antiguidade clássica.

O contraponto a essa visão renascentista, é justamente o fato que foi nesse período, entre os séculos X e XVI (Baixa Idade Média) que o mundo europeu iniciou uma grande fase de transformações. As cruzadas e o contato com o mundo oriental, árabe e muçulmano, o renascimento comercial, o renascimento urbano, o surgimento de uma classe especializada em atividades comerciais (burguesia), os movimentos de unificações, as Universidades, as corporações de ofício e as criações dos Estados Nacionais Modernos vieram para transformar totalmente o pacato mundo feudal dos primeiros séculos do medievo.

É nesse período de consolidação da Europa medieval, de crescimento demográfico, sobretudo a partir do século XI, que o poder e a força do cristianismo se propagam. Com ele, surge a necessidade e a intencionalidade da construção de grandes monumentos à religião, templos imponentes para a propagação da fé cristã. Edificam-se as grandes catedrais europeias, primeiramente ao estilo românico e depois ao estilo gótico.

As catedrais passam a ser a concretude de uma sociedade dominada pelo catolicismo e que cada vez mais está deixando o campo e as relações feudais de produção para se enraizar nas nascentes cidades. As grandes igrejas são a exemplificação da necessidade das construções fora do campo, dos mosteiros rurais, do crescimento econômico das atividades comerciais, concentradas nas áreas urbanas, que absorviam uma grande parcela da população do campo, que agora se destinava aos centros urbanos e necessitava de um grande espaço para o culto e celebrações cristãs.

A construção desses grandes edifícios, destinados ao cristianismo romano, necessitou de um amplo conhecimento técnico, de matemática e considerável destreza para os grandiosos trabalhos que se acumulavam. A catedral de Notre Dame, para exemplificar, em Paris (França) teve 182 anos de construção até que os trabalhos fossem dados como concluídos. As duas torres atingem 69 metros de altura e internamente o edifício tem 127 metros de

comprimento, 48 metros de largura e 35 metros de altura. (CATHÉDRALE NOTRE DAME DE PARIS, 2013).

É nesse contexto que surge uma mão-de-obra especializada. Os chamados pedreiros-livres, que mais tarde serão denominados de maçons. Donos de um conhecimento técnico difícil, de grande repercussão e com demanda crescente, os pedreiros-livres ou simplesmente *os maçons*, passaram a se organizar a fim de preservar os segredos de seu trabalho, para uma maior valorização e também pela preservação de seus segredos (as técnicas de construção de grandes obras em estilo românico e gótico).

A inicialização de um novo pedreiro-livre, implicava necessariamente o juramento, em ritual específico sobre determinados símbolos, e que esses segredos não seriam repassados ou compartilhados aos leigos.

A partir do Renascimento²³, da difusão das Universidades e das Revoluções científicas, é que o conhecimento "secreto" dos maçons passou a ser desvelado. Surge então uma nova fase para a maçonaria. Se os seus conhecimentos matemáticos e arquitetônicos não seriam mais segredo, a maçonaria deveria perder seu sentido de existir. Entretanto, não foi o que ocorreu.

Iniciava-se, uma segunda fase para os maçons. É a chamada maçonaria especulativa. O termo foi composto porque, diante da impossibilidade de manter a maçonaria como existira até então, houve a necessidade de ampliação dos membros da corporação, que passaram a especular sobre outros temas, sobretudo a economia, a ciência e a política.

Lentamente, o desenvolvimento das ciências, entre elas a matemática e a arquitetura, retirou da maçonaria o monopólio dos conhecimentos da arte da construção. Em princípio, parecia que a essência que mantinha inalterada a ordem maçônica se esvaziaria, isto é, a existência de um segredo. Mas, ao contrário, essa instituição conseguiria se manter modificando-se: começou a aceitar como integrante pessoas de outras profissões, os *maçons aceitos*. Além disso, a maçonaria passou a ser um espaço de especulação no sentido de debate e discussão sobre ciência e política. O conteúdo do segredo também se modificou: mantiveram-se os rituais e símbolos do juramento, mas ele passou a ser um conjunto de conhecimentos, humanistas e éticos que vão crescendo em quantidade dependendo dos graus que o maçom atinge. É *um processo de aperfeiçoamento moral do maçom* (COLUSSI, 2002, p. 5).

²³ Período de transição entre a Idade média e a Idade Moderna, geralmente delimitado entre os séculos XIII e XV, onde surgem novas concepções de homem, de vida e de sociedade, tendo como principais características o humanismo, o racionalismo, o antropocentrismo e a revalorização da cultura greco-romana. É geralmente um marco divisor entre o feudalismo e o capitalismo. Esse movimento tem destaque sobretudo no campo das artes, na filosofia e na ciência. Seus principais nomes, nessas três áreas seriam, para citar apenas os mais relevantes: Leonardo da Vinci, Michelangelo, Dante Alighieri, Nicolau Maquiavel, William Shakespeare, Miguel de Cervantes, Luis de Camões, Thomas Morus, Erasmo de Rotterdan, etc.

Os locais de reuniões também mudaram. Deixaram de se realizar em canteiros de obras inacabadas para que pudessem agora ocupar locais um tanto mais nobres, como tavernas, cervejarias e até mesmo igrejas, isso graças à entrada de outros profissionais e intelectuais à irmandade. O momento de encontro passou a ter um caráter de confraternização entre aqueles que comungavam do saber científico e suas imbricações com a vida moderna.

Contudo, é a partir do início do século XVIII que a maçonaria especulativa surge oficialmente. A data é 24 de junho de 1717. O local é surpreendente e pode estar diretamente ligado ao pressuposto dessa pesquisa: A Igreja Anglicana de São Paulo Apóstolo, em Londres. Constitui-se, a partir de então, a Grande Loja de Londres, considerada a "Loja Mãe" da maçonaria especulativa moderna.

Em 24 de junho de 1717, quatro lojas de Londres, cujos nomes derivam das tabernas onde se reuniam – O Pato e a Grelha, A Coroa, A Macieira e O copo e as Uvas – construíram uma organização unificada sob o nome de Grande Loja de Londres e elegeram um grão-mestre com autoridade sobre todos os membros da Ordem. Um ano mais tarde, foi iniciado um trabalho de recuperação de todos os escritos que interessavam à Maçonaria, sendo publicado, em 1723, o livro das *Constituições* de James Anderson que continha, ao mesmo tempo, a história lendária da instituição e seus preceitos básicos. Neste mesmo período, foi admitido um grande número de indivíduos pertencentes à alta nobreza inglesa e foram instaladas novas lojas (BARATA, 1999, p. 30).

A partir da fundação da Grande Loja de Londres, a maçonaria especulativa passou a romper fronteiras e a se multiplicar por todo o continente europeu e também em outras partes do mundo. Nascida em um momento de transição e consolidação dos ideais iluministas, a maçonaria encontrou muitos adeptos e também muita resistência.

Um local para homens de classe abastada ou intelectualmente bem instruídos, onde podiam falar abertamente, conversar muito, degustar belos banquetes, conspirar sobre os rumos da política liberal e passar o tempo. Um lazer politizado. Assim eram as reuniões maçônicas²⁴. Porém, o sossego e a harmonia das casas de encontro dos maçons, nem sempre foram bem vistos ou aceitos por parte da sociedade, especialmente a Igreja Católica.

²⁴ É desse ambiente hospitaleiro, zeloso e discreto (ou secreto) que participaram inúmeros intelectuais e líderes políticos mundiais ou brasileiros ao longo dos últimos séculos. Alguns oficialmente reconhecidos como maçons e outros, guardados os devidos segredos, ainda em processo de especulação. Seguem alguns notórios nomes, divulgados pela Editora Maçônica Brasileira em seu site: Abraham Lincoln, George Washington, Benjamin Franklin, Winston Churchill, Theodor Roosevelt, Franklin D. Roosevelt, Eça de Queiróz, William Shakespeare, Oscar Wilde, Ludwig von Beethoven, Johan Sebastian Bach, Wolfgang Amadeus Mozart, Charles Chaplin, Henry Ford, Frederico II da Prússia, Giuseppe Garibaldi, Jean Paul Marat, Johann Wolfgang Von Goethe, Simon Bolivar, Walt Disney, Harry Truman e Voltaire. Dentre os brasileiros, Barão do Rio Branco, Bento

A reforma religiosa do século XVI, enfraqueceu, sobretudo na Europa, a Igreja Romana. As novas religiões passaram a fazer frente e também servir como opções diante do antigo monopólio de pregação e adoração do cristianismo. Em consonância com a reforma, vieram os Estados Nacionais, que inicialmente pautavam seu poder no papa e na Igreja, mas com o avanço do liberalismo, esse local de conforto que se encontrava a Igreja também passou a ser questionado. Com as reformas burguesas o Estado absolutista deu espaço a novas constituições estatais, que passaram, cada vez mais a colocar o poder religioso em detrimento ao poder econômico e político. Ou seja, com o passar dos séculos o poder temporal foi perdendo seus espaços na esfera política. Em contrapartida, as discussões iniciadas nas lojas maçônicas, influenciadas pelo iluminismo e consequentemente pelo liberalismo, passaram a sair da obscuridade e tomar frente à vanguarda política, social e econômica de um novo mundo que estava se consolidando.

Notadamente essa convivência não foi pacífica. Ameaçada em seu poder, em suas concepções de mundo, de sociedade, de religião e até mesmo de educação, a Igreja Romana reagiu ao avanço da maçonaria. Em sua bula *In Eminentissimi Apostolatus Specula*, de 1738, o papa Clemente XII já declarava oficialmente aversão à maçonaria: "Por isso proibimos seriamente, e em virtude da santa obediência, a todos e a cada um dos fiéis de Jesus Cristo [...], entrar nas ditas sociedades de franco-maçons" (CRUZADOS, 2013).

A princípio, a Igreja condenava a maçonaria por tudo aquilo que nela era desconhecido e duvidoso; a tolerância religiosa e a existência do *secreto* maçônico eram uma afronta ao catolicismo, que naquele contexto se debatia com as *seitas* protestantes e com a fragilização política, advinda das vitórias liberais em diversos países. [...] A repercussão do posicionamento oficial da Igreja Católica contra a maçonaria e outras sociedades secretas de cunho abertamente político cresceu no transcorrer do século XIX. Esse acirramento se deveu, entre outras causas, à eclosão de diversos movimentos políticos na Europa e que puseram fim à predominância da Igreja em assuntos políticos; dito de outra forma, cresceu à medida que ocorria o processo de laicização dos Estados por meio das revoluções de caráter liberal. (COLUSSI, 2011, p. 31).

Estava claro. O advento da modernidade trouxe o racionalismo, o empirismo e o cientificismo ao mundo ocidental. Esses valores, direta ou indiretamente questionavam os dogmas e os poderes papais. A maçonaria por sua vez, em suas reuniões escuras e obscuras, não permitia uma clara leitura por parte daqueles que estavam à frente da Instituição Romana.

A estratégia adotada foi o confronto no campo das perseguições e sanções papais, como a referida acima. O período de maior embate entre as duas instituições ocorreu sobretudo na segunda metade do século XIX, com o avanço do ultramontanismo²⁵.

A maçonaria é segundo ela mesma (definições retiradas do site do Grande Oriente do Brasil - GOB, 2013): uma instituição filosófica, filantrópica, educativa e progressista. Ainda segundo o GOB, ela tem como princípios:

A liberdade dos indivíduos e dos grupos humanos, sejam eles instituições, raças, nações; a igualdade de direitos e obrigações dos seres e grupos sem distinguir a religião, a raça ou nacionalidade; a fraternidade de todos os homens, já que somos todos filhos do mesmo CRIADOR e, portanto, humanos e como consequência, a fraternidade entre todas as nações (2013).

O GOB, em seu site, também destaca que a maçonaria possui um lema: Ciência, Justiça e Trabalho.

“Ciência, para esclarecer os espíritos e elevá-los; Justiça, para equilibrar e enaltecer as relações humanas; e Trabalho por meio do qual os homens se dignificam e se tornam independentes economicamente. Em uma palavra, a Maçonaria trabalha para o melhoramento intelectual, moral e social da humanidade” (2013).

Ainda sobre o que pensam e como se definem os próprios maçons (dados de conhecimento público, através da rede mundial de computadores), há a definição de seus objetivos e o que a maçonaria combate: seu objetivo é a investigação da verdade, o exame da moral e a prática das virtudes. E contesta também a ignorância, a superstição, o fanatismo. Além de lutar contra o orgulho, a intemperança, o vício, a discórdia, a dominação e os privilégios (GOB, 2013).

2.2.1 A Maçonaria no Brasil

As primeiras influências maçônicas que adentraram no Brasil, sobretudo no campo das ideias e que constituíram importante suporte intelectual a movimentos que questionavam a

²⁵ Movimento que surge em meados do século XIX na França e tem por prerrogativa básica a defesa do poder do papa em matéria de fé e disciplina. Defendia também a não submissão do poder da Igreja frente ao poder dos Estados liberais que ganhavam cada vez mais força no referido período.

preservação do Pacto Colonial, estão também diretamente ligadas ao avanço do liberalismo calcado nos princípios iluministas.

Desmembrar e não perceber a ligação entre os princípios iluministas, o avanço do liberalismo e a maçonaria, seria negar a possibilidade de inter-relação entre essas concepções de mundo. Frutos de uma luta anticlerical, antiabsolutista e anticonservadora, os três movimentos, em vários momentos da história mundial, confundem-se.

Em fins do século XVIII e início do século XIX, alguns movimentos já eclodiam pelo Brasil em busca da contestação da dominação colonial portuguesa. Inconfidência Mineira (1789), Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), possuíam algumas características comuns, sobretudo o inconformismo da manutenção de um estado absolutista em Portugal, e que, com fortes amarras, mantinha a colônia brasileira atrelada ao mercantilismo conservador do início da colonização do continente americano. Os tempos eram outros. O liberalismo econômico surgia com muita força no continente europeu. O Estado Absolutista era questionado em praça pública, nos parlamentos e sem sombra de dúvida, nas Lojas.

O advento do iluminismo e sobretudo da Independência dos Estados Unidos (que teve a decisiva participação de vários líderes maçons) e da Revolução Francesa, também incendiaram as mentalidades brasileiras. Porém, como se sabe, nenhum desses movimentos logrou êxito na questão da quebra do elo político e econômico com a metrópole portuguesa.

Oficialmente, em 1800, é fundada a primeira loja maçônica no Brasil, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Sem sombra de dúvida, um dos grandes objetivos dessa e de outras lojas que foram aparecendo em território brasileiro, era a tentativa de articulação entre o liberalismo político e econômico internacional com a proclamação da Independência do Brasil. A luta não seria fácil, como não foi. Logo, em 1806 já surgia a primeira proibição para o funcionamento da maçonaria no Brasil. O panorama passa a mudar com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808. A abertura dos portos às nações amigas, trouxera consigo, uma mostra do liberalismo ao Brasil e por algum tempo, acalmara os ânimos pró-independência por aqui.

Em 1820, passada a Revolução Pernambucana de 1817 (que gerou mais uma vez a proibição de sociedades secretas, incluindo a maçonaria), o panorama político brasileiro se alterou. Surgiram grupos antagônicos e com eles diferentes posicionamentos frente ao futuro

da ex-colônia portuguesa (em 1815 o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves).

Nos anos que antecedem a Independência do Brasil (1822), e continua depois, é que a maçonaria passa de coadjuvante a destaque no cenário político brasileiro, mesmo que atrás dos bastidores. Com José Bonifácio, Gonçalves Ledo e até mesmo o próprio Pedro²⁶ (depois D. Pedro I) como maçons, a independência teve como local de discussão, sobretudo as Lojas do Grande Oriente do Brasil.

Mesmo assim, com toda essa difusão maçônica, poucas semanas após a Independência e a própria nomeação do Imperador como grão-mestre, a maçonaria viria, mais uma vez, a ser fechada e, portanto, tendo que voltar à clandestinidade.

Ainda ao longo do século XIX, o papel destacado da maçonaria em fatos políticos do Brasil, foi sobretudo em três atos além da independência. O primeiro na questão religiosa e o segundo no movimento abolicionista. Devido ao recorte temporal, deixar-se-á de analisar com mais afinco esses dois pontos, mas eles não representam a queda de braços travada entre a maçonaria e a Igreja Católica, esta, representando os setores mais conservadores da sociedade imperial brasileira. O terceiro ponto, a ser analisado com mais cuidado nesta pesquisa, é a participação da maçonaria no advento da República brasileira, já que a análise histórica da fundação do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco acontece durante o período da República Velha.

O processo político que resultou na proclamação da República em novembro de 1889 organizou-se, sobretudo, a partir de 1870 quando ocorreu a fundação do Partido Republicano. Após o surgimento do partido, as manifestações pró-república passaram a ecoar pelo país. Na maçonaria não foi diferente.

Sem sombra de dúvida, com a República, a Maçonaria conheceu importantes transformações no seu processo de institucionalização. Além do expressivo aumento do número de lojas em funcionamento, verificou-se um processo de “nacionalização” e de “federalização” do movimento maçônico. Se, durante o Império, as atividades maçônicas se concentravam, principalmente, no Rio de Janeiro, o período republicano presenciou o fortalecimento da Maçonaria, não por acaso, em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, estados que possuíam significativas representações no Congresso Nacional. (BARATA, 1999, p. 83).

²⁶ D. Pedro I foi membro do Grande Oriente do Brasil, sob o pseudônimo de Guatimosin, sendo elevado a grão-mestre em 17 de setembro de 1822.

Aparentemente a ideia da passagem da monarquia, para um regime republicano, soaria positivamente para uma organização com fundamentação iluminista e cientificista. Portanto, contaria com seu irrestrito apoio nos meandros da política brasileira. Mas não foi o que ocorreu.

Segundo Fausto (2003, p. 247), “A proclamação da República trouxe muitas transformações para a sociedade brasileira. Para a maçonaria, o federalismo republicano influenciou o aparecimento das maçonarias estaduais”. De fato, as discussões acerca do possível novo regime político brasileiro, em fins do século XIX, passaram a estremecer as não muito sólidas unanimidades dentro das lojas maçônicas. E a república não foi, em nenhum momento desse período da história brasileira, uma unanimidade entre os maçons. Dentro das lojas maçônicas conviviam irmãos monarquistas e irmãos republicanos.

Cada estado brasileiro apresentou suas particularidades quanto a essa questão do republicanismo. No caso específico do Rio Grande do Sul, objeto do recorte desta pesquisa, a divisão interna prevaleceu e culminou na criação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, em 1893.

A última fase da história da maçonaria no Rio Grande do Sul do século XIX esteve inserida no contexto da mudança do regime monárquico para o republicano. Foi nesse momento e durante a Revolução Federalista que uma parcela importante da maçonaria gaúcha rompeu relações com o poder central brasileiro, o Grande Oriente do Brasil (GOB). Portanto, a criação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, em 1893, fez parte da eclosão de um tipo particular do movimento federalista, levado para o interior da organização maçônica (COLUSSI, 2011, p. 207).

Após a consolidação da República, os primeiros anos da República Velha foram para a maçonaria, decisivos no quesito de implementação de suas ideias tão defendidas ao longo do século XIX. Uma das bandeiras mais importantes e que gerou uma grande disputa intelectual e política, foi a defesa da escola laica.

Ainda em fins do século XIX, a questão da educação já começou a ser debatida. Mas foi nas primeiras décadas do século XX que a maçonaria explicitou fortemente sua relação com essa temática, inclusive apoiando e agindo para a criação de escolas e bibliotecas:

[...] é a construção de uma ampla rede de escolas primárias e de bibliotecas que pode ser considerada o instrumento mais sólido utilizado pela Maçonaria para a divulgação das suas ideias. A criação de escolas e de aulas noturnas para os filhos dos maçons e para as camadas populares procurava fortalecer uma identificação das lojas maçônicas como herdeiros das “luzes”, libertadoras da consciência dos homens e fiéis escudeiras no combate às “Trevas”, representadas pelo fanatismo da Igreja Católica. De forma análoga, essas escolas procuravam combater a identificação da Maçonaria com a ideia do “complô”, da conspiração, que tanto a Igreja incentivou (BARATA, 1999, p. 139).

Com uma leitura crítica da realidade brasileira, boa parte dos maçons almejava a construção de um Brasil capaz de se integrar a latente modernidade do capitalismo industrial. Entretanto, um dos entraves para essa idealização era o acesso ao sistema educacional brasileiro, bem como a forte influência católica e religiosa que o mesmo sofria. Preocupada com essa situação a maçonaria passou a se articular em defesa de uma escola que ampliasse o seu acesso a outras camadas sociais e que fosse de orientação laica.

Ainda segundo Colussi (2002, p. 39), quando “não construindo escolas próprias, a maçonaria, por meio dos seus órgãos de imprensa, orientava os seus filiados a matricularem os filhos em determinadas escolas particulares. Os proprietários desses estabelecimentos, via de regra, eram homens identificados com o anticlericalismo e com as ideias liberais”.

2.3 O Positivismo

Neste tópico o trabalho pretende-se aprofundar a influência da filosofia política positivista com a sua respectiva receptividade no Rio Grande do Sul, durante o período desta análise, na criação do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco, em Erechim, a partir da década de 1920, quando chegam ao município os primeiros missionários anglicanos. A intenção é dar uma dimensão do cenário político vivenciado no Rio Grande do Sul nesse período e demonstrar que a articulação política vivida no poder e nos seus bastidores, influenciou na propagação de um novo panorama político, social, cultural e de políticas para a educação na região que está inserida a fundação da escola anglicana de Erechim. Para tanto, como fora feito nos demais subcapítulos dessa unidade, estará proposta uma reconstrução histórica, desta vez sobre a influência do positivismo no Rio Grande do Sul, especialmente durante a hegemonia do Partido Republicano Riograndense, entre os anos 1889-1930.

A filosofia positivista tem como referência Augusto Comte²⁷ em meados do século XIX, e trata-se de uma doutrina filosófica, sociológica, política e religiosa. Surge com o avanço da sociedade industrial capitalista e dos ideais iluministas, em tese para se contrapor a essas ideias ilustradas, presentes na Revolução Francesa e em todos os processos decorrentes da queda da Bastilha em 14 de julho de 1789.

As instituições do Estado Liberal, como o sufrágio universal, o sistema de partidos políticos, a divisão dos poderes do Estado, as liberdades públicas, as garantias individuais, assim como o próprio conceito de democracia, passam a ser reavaliados criticamente, procurando-se dar-lhes novos conteúdos (RIBEIRO JÚNIOR, 2010, p. 13).

Sua principal contribuição foi uma crítica à investigação histórica e social que tinha como premissa a teologia ou a metafísica, propondo uma nova teorização sobre a observação dos fenômenos sociais, embasada em pressupostos científicos a partir da análise de dados concretos, do mundo físico e material.

Diante dessa constatação, o pensador francês elabora a Lei dos Três Estados, que embasa o conhecimento filosófico, político e científico do Positivismo. Comte propõe uma nova discussão no modo de se analisar a sociedade, partindo da necessidade de se descobrir as leis que regem os fatos sociais, anulando as especulações metafísicas e concepções abstratas.

É, pois, no desenvolvimento das ciências naturais que se encontra o caminho a seguir. Pela observação e pela experimentação se irá descobrir as relações permanentes que ligam os fatos, cuja importância é básica na reforma econômica, política e social da sociedade. [...] O positivismo é, portanto, uma filosofia determinista que professa, de um lado, o experimentalismo sistemático e, de outro, considera anticientífico todo o estudo das causas finais. Assim, admite que o espírito humano é capaz de atingir verdades positivas ou da ordem experimental, mas não resolve as questões metafísicas, não verificadas pela observação e pela experiência. (RIBEIRO JÚNIOR, 2010, p. 15).

A Lei dos Três Estados de Comte é o fundamento da obra de Comte. O primeiro estado seria o mítico-teológico, onde os fenômenos são explicados através de vontades de seres sobrenaturais. A metafísico-racional, que observa os fenômenos pela abstração ou por meio de forças ocultas, caracteriza o segundo estado. O terceiro estado é o estado positivo,

²⁷Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798 -1857) foi um filósofo francês. Dentre as suas maiores contribuições está a criação da filosofia Positivista, a criação da Religião da Humanidade, a Lei dos Três Estados e a criação da Sociologia.

pelo qual os fenômenos são subordinados às leis naturais experimentalmente demonstradas. Na fase positiva, por fim, os fenômenos estabelecem relações de sucessão e semelhança. A imaginação subordina-se à observação e busca-se apenas pelo observável e concreto.

Do ponto de vista social, a concepção positivista de mundo, proposta por Comte era uma reação ao avanço do liberalismo, questionadora dos princípios individualistas, mas não se colocava contra o capitalismo. Não chega a se consolidar como uma contraposição, que almeja a alteração do *status quo* vigente, mas sim, uma orientação para a construção de uma sociedade com princípios calcados em pressupostos conservadores. Giolo ajuda a compreender esse processo, valendo-se de um posicionamento calcado no materialismo histórico:

Comte, como agente da hegemonia burguesa, quis demonstrar, contra os programas revolucionários, que é possível realizar o progresso mantendo a ordem social; e, contra as pretensões reacionárias, que é possível manter a ordem realizando o progresso. Com isso, ele negava legitimidade seja aos movimentos de esquerda, representantes do proletariado, seja aos movimentos de extrema direita, representantes da aristocracia tradicional. Para Comte, esses dois polos extremos eram igualmente responsáveis pela anarquia social (1997, p. 221).

Por isso, um de seus pilares era a defesa de uma família com ares aristocráticos, conceitualmente perfeita e com valores irretocáveis. Contribuiria para isso a necessidade também de uma religião²⁸ que sustenta no campo das ideias esse conservadorismo. Seguindo essa linha de raciocínio é que podemos justificar a máxima da ordem para se obter progresso. Uma sociedade sem valores, sem estar sustentada em princípios filosóficos concretos, não poderia evoluir.

2.3.1 O Positivismo no Brasil

Segundo o recorte temporal que a pesquisa se propõe a apresentar, que contempla todo o período da República Velha e alguns anos além, o Brasil vivia a transição do regime monárquico imperial para a República. O golpe de estado, que criava a República, fora dado em 15 de novembro de 1889 e projetava ao poder, novos agentes sociais, como uma parcela

²⁸Em 1854 Augusto Comte cria a Religião da Humanidade ou Positivismo Religioso, que procurou estabelecer as bases da espiritualidade humana, sem elementos extra-humanos ou sobrenaturais.

dos mais importantes cafeicultores do sudeste brasileiro, amparados pelas camadas médias urbanas, em franca ascensão no país.

Não é fácil estabelecer os limites que separam as categorias urbanas das camadas rurais, pois, enquanto alguns elementos urbanos provinham das camadas senhoriais, outros, assim que acumulavam pecúlio, afazendavam-se, comprando terras, convertendo-se em fazendeiros e senhores de escravos. A intensa circulação social existente dificulta a caracterização dos grupos que compunham a sociedade brasileira, mas nem por isso se pode desconhecer a existência de camadas urbanas cujo comportamento se diferencia das demais e cujos valores já não são exatamente os das camadas senhoriais. O comportamento daqueles grupos diante de problemas tais como a Abolição, a eleição direta e, finalmente, a República revela o caráter novo da sua posição (COSTA, 1999, p. 466).

Além da mudança política de regime, da monarquia para a república, o país também enfrentava outros decisivos desafios, que apresentavam importantes mudanças do ponto de vista social e econômico.

A sociedade brasileira estava, em fins do século XIX, consolidando o capitalismo como sistema econômico dominante. O avanço do liberalismo econômico, que sustentava e expandia o capitalismo financeiro mundial, chegara ao Brasil ainda em tempos monárquicos. A liberação do livre comércio com o fim do pacto colonial, o lento (mas progressivo) processo de implantação das ferrovias, a instalação de diversas instituições financeiras (sobretudo as inglesas) e o conturbado processo de abolição da escravatura, dão dimensões precisas desse caminhar em direção ao liberalismo econômico e também ao alinhamento ao capitalismo financeiro internacional, no governo de D. Pedro II (1840-1889).

Claramente, com a possível instalação da República brasileira surgiam dois projetos antagônicos: o liberal, que representava a continuidade do sistema que embasava o império e o de inspiração positivista. Nesse sentido, Rodríguez dá importantes contribuições para uma compreensão sobre o cenário e os pressupostos ideológicos que acabaram determinando a predominância do estado de ideologia positivista:

Com a chegada da república, surgiu a ideologia política de inspiração positivista, que em seus pontos fundamentais se opunha à concepção política de inspiração liberal, predominante durante o império. A ideologia política positivista baseava-se no pressuposto de que a sociedade caminhava inexoravelmente rumo à estruturação racional. Essa convicção e os meios necessários para a sua realização seriam alcançados mediante o cultivo da ciência social. Ante tal formulação, eram possíveis duas alternativas: ou empenhar-se na educação dos espíritos para que o regime positivo se instaurasse como fruto de um esclarecimento, ou simplesmente impor a organização positiva da minoria esclarecida (2007, p. 60).

Toda essa transformação suscitava a elaboração de um novo Estado. De um Estado que suplementasse a participação de novos sujeitos sociais, com novas concepções de mundo, com novos propósitos e novos papéis sociais, políticos, culturais e econômicos.

No Brasil, esse contexto possibilitou a destruição da sociedade senhorial do Império e a implantação da República, onde foram evidentes os esforços dos primeiros presidentes civis, bem como de seu círculo político-administrativo, no sentido de forjar um Estado-Nação moderno, eficaz em todas as suas múltiplas atribuições diante das novas condições históricas. As mudanças em curso alcançaram as instituições políticas, promovendo um desenvolvimento até então único, em termos da presença e da atividade do poder político do país. Da mesma forma, verificou-se a ampliação da burocracia estatal e a multiplicação dos campos de ingerência do governo. Em paralelo, a atuação do poder central voltou-se com primazia para a manipulação estabilizadora da opinião pública; o alargamento progressivo do controle centralizador sobre a massa territorial; o desenvolvimento de uma atuação beneficente e tutelar sobre os grupos urbanos, capaz de amenizar os conflitos sociais; e a ampliação e reforço das forças marítimas e terrestres (SEVCENCKO *apud* CORSETTI, 2008, p. 57).

Uma das temáticas mais discutidas e que possivelmente impediria ou retardaria esse “novo Estado brasileiro” era relação de proximidade entre o Estado e a Igreja. Na perspectiva da construção de um estado liberal, a ligação íntima entre o Estado e a Igreja era visto como um retrocesso por grande parte da ala positivista que se articulava no poder. A própria maçonaria, esmiuçada anteriormente, teve importante e decisivo papel na defesa de um estado liberal e laico, desvinculado da religião católica romana. Vê-se isso claramente na antecessora questão religiosa²⁹.

Eram períodos atribulados, que além de conterem importantes modificações econômicas, também necessitavam de novos conceitos de homem, de capital, de trabalho e até mesmo de sociedade.

[...] o Brasil transitou da monarquia para a república e buscou consolidar, em termos econômico-sociais, o sistema capitalista. Nesse contexto, para os agentes sociais envolvidos evidenciava-se uma nova realidade, já que o trânsito à modernidade, bem como a expansão dos respectivos valores que a informavam, significavam, antes de mais nada, reordenar a sociedade que estava sendo criada tendo como fundamento a igualdade e a liberdade de seus integrantes (CORSETTI, 2006, p.1).

²⁹ Enfrentamento entre Igreja Católica e a Maçonaria, ocorrido no Brasil a partir de 1870, que teve como pano de fundo a polêmica participação da religião no estado brasileiro. O Império do Brasil seguia o regime do padroado, um instrumento jurídico pelo qual a Santa Sé atribuía ao Estado a responsabilidade pela construção de templos, pela organização das irmandades, pela indicação de sacerdotes e bispos às suas respectivas jurisdições e pelo seu sustento material, numa absorção tal que os religiosos passavam a ser funcionários do Estado. Foi amenizado a partir da proclamação da República que colocou fim ao padroado e a participação da Igreja no Estado brasileiro.

Nessa linha de pensamento, de um período de substanciais mudanças na sociedade brasileira e que se refletirá também no estado do Rio Grande do Sul, é que a educação e as concepções teóricas acerca do positivismo passam a ter papel de destaque nessa pesquisa. Num contexto de construção do novo regime republicano, de industrialização, de imigração e de preocupação com a educação das massas, o positivismo encontrou terreno fértil no Brasil.

Na política brasileira, o positivismo se moldou (e ao mesmo tempo ajudou a moldar) a criação e a consolidação da república. Influenciando desde a própria proclamação até a confecção do lema da bandeira do Brasil, onde estão visíveis duas palavras que sintetizam o pensamento “positivo”: Ordem e Progresso³⁰.

O positivismo também influenciou decisivamente os rumos da nova república. Ora por rejeitar a velha ordem social, aristocrata ruralista e escravista, ora por propor a construção de uma nova ordem, pautada nos princípios modernos de progresso científico. O princípio norteador dessa nova sociedade seria a construção do fundamento da cientificidade do processo histórico de seus integrantes, sobretudo aqueles que conduziriam o processo de remodelação.

[...] a constituição da nova sociedade implicava o seu reordenamento a partir da construção de novas formas de dominação que dessem conta da problemática colocada pelos novos tempos, ou seja, a de como dominar homens livres e formalmente iguais. Isso demandou a utilização de estratégias diferenciadas de poder, com a formulação de um novo ideário que desse sustentação às práticas políticas destinadas a garantir a desigualdade. Tratava-se, assim, de um ideário que, ao mesmo tempo em que equalizava os agentes sociais, os diferenciava, por construir também o seu contrário ou sua negação (CORSETTI, 2008, p. 58).

No cerne dessa nova sociedade brasileira, o espaço social antes restrito às elites rurais, aos pensamentos conservadores e não científicos, agora dava lugar a uma sociedade em mutação, com o objetivo da criação de um projeto de modernização justificado a partir do conjunto de ideias comtianas. A ideia era a construção de uma nova consciência da realidade social, perante a nova ordem que se estabelecia. Um evidente progresso do espírito científico acompanhando ideias de desenvolvimento da ciência e tecnologia impregnava a vida intelectual brasileira. Pressupunha-se a criação de uma sociedade racional e científica, distinta da anterior. A renovação era sinônimo de ciência.

³⁰O lema **Ordem e Progresso** na bandeira do Brasil é inspirado pelo lema de Auguste Comte do positivismo: *L'amour pour principe et l'ordre pour base; Le progrès pour but* ("Amor como princípio e ordem como base; o progresso como meta").

A República (certamente mais na retórica do que na prática) era tida como o regime capaz de acertar o passo do Brasil com o mundo adiantado. Argumentava-se que a modernização dos países centrais fez-se acompanhar de significativos investimentos nos seus bem montados sistemas de ensino, que acabaram por disseminar a ciência e, dessa forma, promover e sustentar o progresso econômico-social (GIOLO, 1997, p. 309).

Nesse sentido a criação de um sistema educacional racional e científico que incorporasse as novas camadas urbanas emergentes era latente. Segundo Corsetti (1998, p. 2) “[...] Nesse contexto, a ciência, a educação e a moral se transformaram em poderosos instrumentos de controle social e veiculação ideológica, de tal forma que fosse garantida a reorientação da sociedade, neutralizando os conflitos e mantendo a estabilidade social, tudo isso em nome do ‘bem comum’”.

Especialmente a escola também teria seu papel de destaque na montagem desse sistema de transformação do ser social brasileiro. Giolo (1997, p. 310) ajuda a compreender essa estratégica posição das instituições formais de ensino como “alavancas para o desenvolvimento e como aparato privado da hegemonia”.

2. 3. 2 O Positivismo no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, os preceitos positivistas foram adotados com muita particularidade, sobretudo a partir do governo de Julio de Castilhos, declaradamente positivista. A receptividade em solo riograndense do positivismo constituiu uma experiência extremamente interessante e profunda da aplicabilidade política da filosofia criada na Europa por Comte. Rodríguez faz uma importante reflexão a esse respeito:

O castilhismo não pode ser reduzido ao comtismo, nem ser por ele explicado totalmente. Como ideologia política atuante, a concepção de Castilhos criou um modelo de governo que se perpetuou no Rio Grande do Sul por mais de três décadas, e que exerceu forte influência no contexto da República Velha e, posteriormente, revestido de algumas características peculiares que o diferenciaram do comtismo, provenientes, sem dúvida, das condições históricas do Rio Grande do Sul e do caudilhismo de Castilhos. Afinal de contas, o *Sistema de política positivista* de Comte não passava de um modelo teórico, ao passo que os castilhistas realizaram na prática um regime político (2007, p. 88).

Sua influência foi, especificamente no campo educacional, sentida desde as políticas educacionais que incentivavam a escola pública, até a organização da educação científica e

laica. Para compreendermos melhor o caso específico do Rio Grande do Sul, faz-se necessário uma pequena análise sobre o surgimento e consolidação do positivismo no estado através do Partido Republicano Riograndense (PRR).

Fundado em 1882 para confrontar-se com o partido liberal, o PRR tinha como objetivo a cooptação de membros nas camadas médias urbanas e no colonato. A principal liderança política dentro do partido foi Júlio de Castilhos, nos primeiros anos de existência da agremiação.

Júlio de Castilhos ascendeu ao poder no Rio Grande do Sul em 1891 e governou o estado por apenas alguns meses nesse primeiro mandato. Mesmo nesse curto intervalo de tempo, promulgou uma nova constituição estadual, de forte influência conceitual positivista. Para os defensores do positivismo, o único projeto para a viabilidade da república no Brasil seria aquela moldada nos preceitos da filosofia de Comte. Castilhos voltou ao poder em 1893 onde enfrentou uma dura oposição que resultou em uma guerra civil, denominada por boa parte dos historiadores de Revolução Federalista (1893-1895)³¹. Em 1903 morre, vítima de um carcinoma laringeano.

A constituição castilhista de 1891, que institucionalizou o positivismo no estado do Rio Grande do Sul, deixa evidente a necessidade, segundo os líderes do Partido Republicano Riograndense, de uma reformulação conjuntural profunda da sociedade do estado do Rio Grande do Sul. Não foi à toa que essa institucionalização forçada, através da constituição gerou o conflito armado de 1893 contra os liberais, que não compactuavam com tal institucionalização do projeto comteano.

Para Júlio de Castilhos, como para todo o pensamento positivista, a falência da sociedade liberal consistia em basear-se nas transações empíricas, fruto da procura dos interesses materiais dos indivíduos unicamente. Fazemos referência, neste ponto, a todas as críticas que Castilhos fez aos liberais gaúchos, assim como à polêmica mantida por ele na Constituinte da República. Justamente o líder gaúcho propunha ao Congresso Constituinte a instauração de um regime moralizador, baseado não na preservação de sórdidos interesses materiais, mas fundado nas virtudes republicanas. Ao perceber que sua proposta não teve nenhum efeito em nível nacional, decidiu encarnar a sua ideia no governo do Rio Grande do Sul, e conseguiu o seu propósito (RODRÍGUEZ, 2007, p. 61).

³¹ Alguns historiadores questionam o conceito de Revolução Federalista. Segundo eles, a utilização do conceito de Revolução se dá quando há alteração ou transformação do *status quo*. Fato que não teria ocorrido na guerra civil entre pica-paus e maragatos no Rio Grande do Sul em 1893-1895.

Surgia o projeto de construção de um novo homem, tanto em nível de República brasileira como também de doutrinação filosófica e política no estado do Rio Grande do Sul. A criação dessa nova sociedade, liberal, capitalista, doutrinária, pautada em alguns preceitos positivistas, passava por um questionamento e *a posteriori*, por uma reformulação do sistema educacional, nos conceitos ou pressupostos teóricos da educação em vigor no país e especialmente no estado do Rio Grande do Sul, bem como uma reestruturação de todo processo de ensino-aprendizado. Para a solução dos problemas de Estado, o Partido Republicano Riograndense propunha a modernização da sociedade como um todo, justificada a partir do conjunto de ideias positivistas.

Propunha-se a reformulação social a partir do conceito positivista de progresso que sustentava “como ingredientes a limpeza, o embelezamento das cidades, a saúde, a reprodução da vida, a educação e, em paralelo, a disciplina, a ordem, a produtividade e a lucratividade” (CORSETTI, 2008, p. 59).

Se o objetivo era a transformação social, a educação passaria a conquistar lugar de destaque nesse projeto de governo.

Havia muita clareza nas propostas de Comte quanto à urgência de reformar o homem para garantir a reorganização da sociedade. Duas dimensões deveriam ser desenvolvidas através de um processo educacional, convenientemente conduzido: a inteligência, através do ensino das ciências, e o sentimento, através da educação moral. Pela ciência, o homem poderia ser subtraído à nebulosa trama das fantasias, mitos, credences e introduzido no domínio claro da compreensão real das coisas; pela moral, o homem venceria o egoísmo e participaria da solidariedade coletiva. (GIOLO, 1997, p. 233).

A escola, para esse projeto positivista era o ponto de mutação. Era onde o indivíduo, criança ou não, receberia o conhecimento científico capaz de fazer dele um sujeito de sua própria história, capaz de construir uma nova nação, capaz de construir os preceitos básicos para o exercício da cidadania, mesmo que condicionada ao legítimo e superior ente da relação social positivista, o Estado.

[...] Se o povo estava impossibilitado de constituir-se devido à ignorância a que fora relegado, a educação devia ocupar um lugar relevante no projeto político republicano. Definido o objetivo da escola como o de “formar um povo com aptidão para governar-se e gosto pelo exercício da liberdade”, remeteu à educação a tarefa de formação da “consciência nacional”, que conduzisse os indivíduos à compreensão da necessidade de um Estado que os representasse, agindo como elemento catalisador do “ideal comum” disperso no social. Essa compreensão deveria promover a união dos indivíduos em torno do Estado, desenvolveria neles a “consciência nacional”, tornando-os aptos ao exercício político que lhes permitiria alcançar o estatuto da cidadania (CORSETTI, 2008, p. 60).

Um dos elementos balizadores dessa transformação social através da crítica à escola e ao sistema educacional vigente passava, sem sombra de dúvida, por uma valorização do cientificismo e da defesa da escola laica.

Giolo (1997) em sua tese intitulada *Estado, Igreja e Educação no RS da primeira república*, faz uma detalhada análise sobre o posicionamento do governo positivista riograndense durante a república velha e a ligação deste com a Igreja Católica. Em suma, seu posicionamento defende a tese de que o positivismo não rompeu, e em muitos casos não se opôs, à presença de instituições de ensino ligadas à iniciativa privada, especialmente às de orientação católica³².

Reservando-se a responsabilidade de desenvolver e difundir apenas o ensino primário, o poder republicano abriu espaço à iniciativa privada que haveria de tomar conta do ensino secundário e superior, sem deixar de participar também, em escala secundária, do ensino elementar e complementar. A Igreja Católica, mais do que qualquer outra entidade aproveitou essa deixa para implantar uma grande rede escolar (GIOLO, 1997, p. 312).

É nesse sentido que a história acerca da fundação da pequena escola anglicana de Erechim, em 1929, está inserida. Aparentemente constituía-se ali apenas uma turma de alunos que estariam sendo incentivados à presença em uma instituição de cunho escolar, talvez sem as próprias compreenderem o sentido de ali estarem. Porém, o que pretendemos demonstrar com esta pesquisa e esta análise, é que representava muito mais que a simples fundação de um local de ensino e aprendizagem num pequeno e aparentemente isolado município do norte do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX.

³² Como exposto pelo próprio autor em sua tese, seu recorte de estudos, não objetivava a análise de instituições de ensino privadas não católicas. Dessa forma, seu trabalho não contribuiu diretamente para a pesquisa proposta por este trabalho, que pretende contribuir para a reconstrução da fundação e consolidação de uma escola anglicana no norte do Rio Grande do Sul. Indiretamente porém seu trabalho é referência e serviu de alicerce para a compreensão das relações entre a Igreja, a educação e o governo positivista no estado do Rio Grande do Sul.

Significava primeiro uma alternativa, dentro do cenário do ensino privado do estado do Rio Grande do Sul, ao ensino ofertado nas instituições católicas. Um segundo aspecto, não menos relevante que o primeiro, era a possibilidade e o projeto de construção de uma nova identidade cultural, de um novo tipo de homem, de uma nova sociedade, ou pelo menos de uma proposta ou alternativa ao que estava presente na sociedade erechinense (e riograndense) de então, aspirados pelo grupo que então estava no poder. Na medida em que se somavam esforços políticos em defesa de um ideal de cidadão capaz de poder atuar no combate da desordem e que utilizaria do cientificismo proposto por essa nova construção (a escola em si), as mudanças sociais que o Partido Republicano Riograndense estavam liderando se efetivariam.

A ignorância do povo possibilitou aos republicanos a legitimação de sua condição de sujeito da história, a quem a posse de um tipo de saber oferecia o pressuposto fundamental para a ação. Porém, esse saber, embora ainda fosse privilégio de poucos, deveria ser oferecido a todo o povo, para que ele pudesse participar da vida política da Nação (CORSETTI, 2008, p. 60).

Uma consideração extremamente relevante, que se faz necessária neste ponto do trabalho, é quanto à implementação dessas políticas de Estado voltadas para a reforma do sistema educacional no estado do Rio Grande do Sul. Políticas educacionais essas, que entravam em zona de conflito com os interesses defendidos pela Igreja Católica, desde o período colonial brasileiro, mas que se acirraram a partir da segunda metade do século XIX, com o fim do “casamento” entre o Estado e a Igreja.

A defesa da escola laica virou projeto de estado a partir da implementação do positivismo como filosofia embasadora do estado republicano brasileiro e esteve presente, com muita força, em todo o período da primeira metade do século XX, sobretudo no Rio Grande do Sul, destacado por ser o objeto do recorte espacial desta pesquisa.

O campo educacional integrou, de forma significativa, as ações desenvolvidas pelo estado gaúcho, comandado à época, pelos dirigentes republicanos de orientação positivista. A sociedade riograndense, então, foi alvo de um processo de modernização que tinha como objetivo central a eliminação dos resquícios de um passado que deveria ser enterrado, com todas as lembranças que os arautos dos novos tempos desejavam apagar, ou seja, a monarquia, a escravidão, o clientelismo, a tradição oligárquica, a ignorância, enfim, os tempos do pré-capitalismo deveriam ser encerrados no *baú das tristes recordações*.[...] Esse processo de modernização se constituiu, no Rio Grande do Sul, na expressão da modernidade republicana. Portanto, a expansão educacional integrou esse processo que caracterizamos, em função das opções políticas que o orientam, como “conservador”, mesmo que, no contraditório das coisas, tenha apresentado elementos de avanço inegáveis (CORSETTI, 2007, p. 287 – grifos do autor).

Segundo Kirchhein (2006, p. 19), os princípios castilhistas poderiam ser sintetizados, quanto à administração da educação, dentro da inspiração positivista, em cinco características básicas: 1) Ensino leigo (harmonia com o pressuposto da laicidade); 2) Ensino livre (quanto às iniciativas de oferta de serviço); 3) Centralização da administração do ensino público (em harmonia com o comtismo, a figura do Presidente é fundamental para “guiar” o andamento da sociedade, pois é o iluminado para tal); 4) Conteúdos programáticos voltados à formação moral, cívica e científica e 5) Abolição dos privilégios acadêmicos.

No próximo subcapítulo discutiremos mais dedicadamente a histórica relação de disputa de espaços na sociedade brasileira e na efetiva constituição de políticas públicas para a educação, entre o ensino religioso confessional, representado majoritariamente pela Igreja Católica e que detivera por séculos o monopólio da oferta de educação básica no Brasil e a defesa de um ensino laico, bandeira levantada por uma parte da sociedade civil, bem como por organizações presentes nesta pesquisa, como a maçonaria e, em certa parte, pela Igreja Anglicana.

A ação do governo castilhista se voltou às escolas públicas, especialmente ao ensino primário. Já o ensino secundário e superior, estrategicamente omitido do preceito legal, ficaram na mão da iniciativa particular, em grande parte instituições confessionais. “Desta forma, instituições culturais, empresas, organizações anarco-sindicalistas, Igrejas evangélicas e especialmente a Igreja católica tiveram campo livre e mesmo apoio oficial para executar projetos de ensino em diversas modalidades de escolas nos níveis primário, médio e superior” (KIRCHHEIN *apud* RUEDELL, 2006, p. 18).

Contudo, não podemos deixar de já fazer destaque a esse embate entre os defensores positivistas da escola laica e o catolicismo.

Especialmente nas regiões coloniais, o Estado estabeleceu um processo de disputa com a Igreja Católica, no que concerne ao ensino primário. Essas regiões eram fundamentais para o projeto de desenvolvimento dos dirigentes republicanos, que não hesitaram em avançar num terreno em que a Igreja considerava sua absoluta prerrogativa. As desavenças tornavam-se mais acirradas quanto mais se expandia o ensino público. A disputa com a Igreja, no campo do ensino primário, sinalizou que o Estado não abria mão de ser o educador por excelência do trabalhador que o capitalismo necessitava para sua consolidação e pleno desenvolvimento. Não foi por outra razão que o Estado investiu de forma expressiva no ensino primário[...] (CORSETTI, 2008, p. 65).

Por parte da Igreja Católica, o avanço do caráter laico do ensino, que vinha ganhando cada vez mais força com o advento da República e reforçado pelos preceitos positivistas, representavam um prejuízo à fé cristã da maioria dos brasileiros, pois representaria um afastamento de Deus, contribuindo para o caos social. Na compreensão católica, seria inaceitável a criação de escolas sem a instrução do sagrado. Leia-se também que a interpretação de “ensino leigo” conduzia a um estreitamento com o ateísmo. Muitos representantes do catolicismo romano compreendiam que, uma vez concretizado esse princípio, Deus seria expulso das instituições de ensino (KIRCHHEIN, 2006, p. 20).

3. A INSERÇÃO DO INSTITUTO ANGLICANO BARÃO DO RIO BRANCO NA HISTÓRIA EDUCACIONAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI RIOGRANDENSE

O município de Erechim, como foi exposto no primeiro capítulo, é de colonização tardia se comparado ao restante do território riograndense. A exploração do território local só iniciou em fins do século XIX e no começo do século XX. Chegaram ao município centenas, depois milhares de imigrantes, vindos de outras regiões do estado, do país e até mesmo de outros países do mundo. Os interesses pessoais, a ocupação e distribuição das terras, a luta pelo poder, seus espaços e as relações pessoais de dominação, ideológicas, econômicas ou de qualquer natureza, passaram a ser cotidianas, numa terra que estava sendo forjada dentro de um projeto de colonização ímpar, no norte do Rio Grande do Sul.

O cenário, reconstruído nas páginas que aqui se antecedem, demonstraram um avanço mundial do capitalismo financeiro e imperialista, com movimentações de contingentes populacionais que se deslocavam, muitas vezes, atravessando imensos oceanos.

Não resta dúvida de que o curso da civilização ocidental desde os descobrimentos foi fortemente condicionado por um fator – a fronteira aberta – apresentando grandes espaços vazios a serem ocupados e atraindo, portanto, os movimentos transoceânicos de populações européias. Assim, têm-se explicado esses movimentos de população a partir dos descobrimentos e, principalmente, a partir dos fins do século XVIII pela atração dos espaços vazios, pela febre da América ou sonho da América (PINHEIRO, 2006, p. 104).

Soma-se a isso um período de modificações políticas no Brasil, sobretudo pela substituição do sistema monárquico pela república e decorrente desse fato, inúmeras transformações nas relações de poder passaram a ocorrer. Especialmente no estado do Rio Grande do Sul, a instalação de um governo de inspiração positivista, liderado por Júlio de Castilhos e posteriormente por Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, também contribuiu para a formação de um ambiente de convivência coletiva incomparável, muitas vezes com confrontação física³³, extremamente instigante e que servirá de pano de fundo para algumas das informações correlacionadas nas páginas seguintes.

³³ Como referência têm-se as duas sangrentas Revoluções de 1893 e 1923. Em suma, trata-se de conflitos armados que colocaram em choque as forças governamentais do Partido Republicano Riograndense (PRR) e as forças da oposição, contrários a hegemonia de poder dos castilhistas em 1893 e dos borgistas em 1923. Os dois conflitos geraram uma soma expressiva de mortos e feridos.

Para os positivistas do Rio Grande do Sul, a entrada do século XX, com o advento da República criava a possibilidade da inserção do Brasil num mundo mais moderno, mais avançado do que nos tempos do império. Essa modernização estava condicionada a um avanço no sistema educacional, que promoveria o avanço da ciência e conseqüentemente alavancaria o progresso econômico da nascente nação brasileira (especialmente o Rio Grande do Sul).

Atribuía-les eles (os positivistas), ainda, uma função ideológica à escola. Povo livre só assegurava sua liberdade através da instrução. Sem instrução, não havia uso equilibrado da liberdade. Sem educação não há equilíbrio nas relações sociais. Daí decorre que, para o PRR, a educação passou a ser questão prioritária. Prioritária ela seria também no tocante a um ensino técnico-científico, importante para a industrialização e para a incorporação do operariado à ordem produtiva. A educação propiciaria ensino da ciência e da moral, formaria bons homens públicos, bons industrialistas e bons operários, numa sociedade bem comportada. (DREHER, 2008, p. 70).

O acesso ao ensino no estado do Rio Grande do Sul, sobretudo durante a república velha cresceu muito com algumas políticas públicas implementadas pelos governos positivistas. Segundo o próprio Dreher (2008, p. 71), em 1920, 61,3% da população já frequentava a sala de aula, e “esses avanços só haviam sido possibilitados pelos esforços do governo estadual, mas também graças a um acordo tácito com o ensino privado”.

Ademais, no referido período ainda circulava uma discussão muito relevante para o cenário político e educacional brasileiro: a defesa da criação de escolas com instrução e orientação pública e laica em oposição à massiva presença de instituições educacionais de cunho católico romano. Esse debate também interessa muito para o desvelamento dos objetivos principais dessa pesquisa.

O movimento republicano deu à educação do povo um peso que ela não tinha possuído até então, já que, para os republicanos, a democracia se realizaria e se desenvolveria via educação popular, pois a democracia num regime monárquico, aristocrata, excludente e exclusivista, significaria liberdade. Por isso, a instrução do povo era um meio, enquanto o objetivo perseguido era a liberdade, e quem diz liberdade, diz instrução, escola, luz. Alberto Salles, o ideólogo positivista do movimento republicano, vendo a educação como um fato social, ia ainda mais longe: para ele, a escola era o instrumento privilegiado da ação revolucionária – a revolução deveria começar pela educação (MESQUIDA, 1994, p. 83).

A laicização do ensino no Brasil é uma discussão que começou a ganhar força no contexto nacional, na medida em que o movimento de intelectuais liberais crescia, contrários

aos princípios dogmáticos do ensino católico, com a forte influência dos princípios filosóficos do iluminismo (e de instituições como a maçonaria) e que estava cada vez mais presente no cenário de discussões de políticas públicas sobre educação (mesmo que ainda não houvesse um sistema educacional brasileiro no início do século XX).

A história da educação brasileira remonta essa discussão ao período inicial dos processos de ensino, aqui iniciados pelos jesuítas portugueses. A estrutura vigente na primeira metade do século XX, especialmente esta em vigor, formou-se desde os primórdios da colonização lusitana.

Os colégios jesuíticos representam a principal instituição de formação da elite colonial. A formação intelectual neles ministrada é marcada pela rigidez nas formas de pensar e de interpretar a realidade e por forte censura sobre livros. O objetivo desta educação é, sobretudo, religioso, muito embora pela inexistência de outras formas de escolarização, mesmo aqueles sem vocação acabam por frequentar tais colégios (VIEIRA, 2007, p. 36).

Após quase dois séculos em território brasileiro, os jesuítas acabam expulsos pelas reformas pombalinas do século XVIII. É quando, pela primeira vez, o poder público do estado interfere como agente responsável por alguma política educacional. O projeto de pombal demonstra concretamente o desejo de secularização da educação neste território. Seu objetivo é livrar o ensino público da influência pedagógica dos jesuítas. Meta que na prática não se concretiza com muita solidez e clareza. Apesar da expulsão dos “soldados de Deus”, a instrução pública e laica ficou só na retórica. Aulas régias independentes foram criadas em algumas regiões do Brasil, mas estas não suprimiram as lacunas deixadas pela instrução jesuítica e católica.

O quadro da educação brasileira sofre uma importante alteração quando ocorre a transferência da família real portuguesa para o Brasil, no início do século XIX. Segundo Vieira (2007, p. 43), “a obra resultante da mudança da sede do reino praticamente se limita ao Município da Corte e à Bahia, onde são criados os primeiros cursos superiores, com o objetivo de servir aos interesses imediatos dos reinóis recém-transferidos.” A preocupação principal do nascente estado brasileiro, após 1822, era, no que se refere à educação, a criação de um sistema de escolas de nível superior que deveriam formar as elites dirigentes do país.

A oferta do ensino primário, durante o império, apresentava sérios problemas. Apesar de garantido pela Constituição de 1824, como gratuito a todos os cidadãos, o ensino primário era pouco difundido, porque o acesso ao secundário não exigia o primário; era vetada a

participação de escravos (que constituíam boa parte da população do país); e os orçamentos provinciais eram insuficientes para cobrir a demanda. (PILETTI; PILETTI, 2002, p. 147).

Apesar de todos os contratempos e poucos avanços, é a partir do período monárquico que se começa a reconhecer a importância da instituição escolar no Brasil.

A partir da segunda metade do século XIX, percebe-se uma tentativa do Estado brasileiro de estabelecer um controle sobre as escolas, quando em 1874, cria-se uma comissão para inspecionar estabelecimentos públicos e privados. Era a primeira vez que o Estado se intrometia no ensino privado. A reação contrária foi imediata. Sustentava-se que o Estado não tinha nada a ver com a instrução particular. Abria-se ou fechava-se o curso que melhor conviesse à iniciativa privada. E essa, sobretudo vinha tutelada por iniciativas educacionais mantidas pela Igreja Católica.

Com o advento da República, a situação começa a se modificar, sobretudo a partir da década de 1920. Até esse período, segundo Dreher (2007, p. 70), apenas 10% da população total têm acesso à escola. Essa constitui, pois, um privilégio das elites deste país. Mesmo com as mudanças em voga, a educação e a discussão sobre o acesso ao ensino público e laico situava-se muito mais em nível de discurso do que de realidade concreta.

A república manteve a responsabilidade do governo federal para com o ensino superior. A educação primária e secundária ficava aquém de sua responsabilidade, fato que contribui para que a participação efetiva do Estado brasileiro nesses segmentos fosse apenas indireta.

A primeira Carta Magna republicana oficializa a separação entre a Igreja e o Estado e passa a garantir que nos estabelecimentos públicos, o ensino ministrado fosse laico. Esse posicionamento constitucional é o ponto inicial para uma forte discussão que reinará nos bastidores do poder no Brasil republicano, sobretudo no que tange às políticas educacionais. Passa-se a ter uma distensão entre aqueles que defendiam a laicização, a co-educação, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, e aqueles que defendiam o monopólio do direito à oferta de ensino às escolas católicas. Esses debates estiveram presentes direta ou indiretamente nas Conferências Nacionais de Educação, ocorridas na década de 1920, bem como no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

Nesse ambiente, começam a ganhar maior visibilidade duas correntes que, embora já existissem, passam a predominar no debate educacional das décadas seguintes – os católicos e os liberais. No bojo desse processo está embutido o conflito entre o público e o privado, que se explicita nos encaminhamentos em torno da formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) do país [...] (VIEIRA, 2007, p. 85).

Os Pioneiros da Escola Nova, no Manifesto de 1932, denunciam de forma radical os limites da educação no período republicano e se posicionam fortemente em defesa de uma educação laica. A partir das reformas educacionais dos anos 1930, o ensino religioso dentro das escolas públicas também passa a ter um forte e acalorado debate, opondo católicos e liberais. No trecho transcrito abaixo, vemos o primeiro bispo anglicano brasileiro (e maçom), Athalício T. Pithan, enaltecendo a suposta imparcialidade do governo e o caráter liberal da constituição varguista que passava a conceder o livre acesso dos reverendos às escolas públicas, para o ministério da educação religiosa:

Graças à nossa Constituição liberal e à imparcialidade do Govêrno, há livre acesso às escolas públicas do país, para ensinar as verdades de Cristo. Temos recebido honrosos apelos oficiais, no sentido de a Igreja cooperar na formação espiritual das novas gerações, pelo ensino religioso nas escolas. A direção dos estabelecimentos públicos não fará mais do que cumprir com as justas determinações superiores ao facilitar a nossa colaboração na instrução da juventude. Transmitimos os apelos recebidos ao clero episcopal, para que se intensifique, em cada paróquia, o ensino religioso nas escolas públicas. É uma excepcional oportunidade, que não podemos e nem devemos desprezar. Sabemos que muitos de nossos ministros já estão realizando esse trabalho. É indispensável, porém, que a obra se generalize (ACTAS DO 45º CONCÍLIO DA IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA, 1943, p. 41).

É com esse panorama (sintetizado até aqui) que quatro personagens anglicanos começam a estabelecer ligações entre si. Lucien Lee Kingsolving, imigrante norte-americano e o primeiro bispo anglicano no Brasil. Múcio Mendes de Castro, membro da Igreja Anglicana da cidade de Rio Grande (RS) desde 1903, dentista, agente ferroviário e morador de Boa Vista do Erechim desde 1916. Alberto Blank, natural do município de Pelotas, seminarista formado pelo Seminário Anglicano de Porto Alegre em 1923 e designado primeiro pároco da paróquia de Jesus Cristo. Aldo Castro, proveniente de Santa Maria, confirmado na Igreja Metodista de Passo Fundo, um dos primeiros colonizadores da vila de Boa Vista do Erechim. Quatro personagens, quatro anglicanos e dois projetos para o novo município de Erechim na terceira década do século XX: a construção de uma igreja e de uma escola anglicana.

O primeiro elemento a uni-los foi a ocupação e colonização do território erechinense. Com a implementação da ferrovia que ligaria Santa Maria/RS a São Paulo, o deslocamento de imigrantes para a Colônia Erechim tornou-se cada vez mais frequente e colaborou em muito para o crescimento do povoado. A sede de Paiol Grande (atual município de Erechim) crescia ano a ano de forma exponencial e as atividades urbanas passaram a se intensificar.

Na documentação pesquisada não há elementos que justifiquem e comprovem o objetivo da transferência do Sr. Aldo A. Castro de Santa Maria para o município. Sabe-se que o mesmo prestava serviços contábeis. Múcio Mendes de Castro, por sua vez, tem origem na cidade de Rio Grande (RS) e inicialmente exerceu função profissional na própria implementação da ferrovia que se instalara em Boa Vista do Erechim (Paiol Grande). Os dois são peças importantes nessa investigação inicial.

Segundo o Livro dos Registros da “Egreja de Jesus Christo” (p. 21) Aldo A. Castro foi confirmado na Igreja Metodista de Passo Fundo e somente mais tarde viria a se tornar anglicano, possivelmente pela não proliferação de um centro de culto metodista em Erechim, pela distância em relação ao templo do município de Passo Fundo³⁴ e pelo convívio com os anglicanos. Era comum a colaboração e a convivência conjunta entre os protestantes, sobretudo os de origem norte-americana, que não encontravam espaço nos templos católicos (por vezes também eram discriminados) e que, para estabelecerem missões de suas igrejas, escolas e pregações, ajudavam-se entre si. Nos documentos disponíveis na Igreja anglicana encontram-se passagens que confirmam inclusive a ajuda de membros não anglicanos para a execução de pequenas obras, reformas e até mesmo o empréstimo do templo para atividades de outras pequenas congregações de diferentes ordens religiosas. A convivência entre eles, aparentemente, parece ter sido respeitosa e colaborativa, sobretudo nos anos iniciais da evangelização no norte do estado e porque, possivelmente viam na sua união, uma forma de se opor e se distanciar do domínio hegemônico do catolicismo romano. Para exemplificar essa relação podemos citar o casamento do próprio Reverendo Alberto Blank, primeiro pároco e primeiro professor do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco, feito pelo bispo Kingsolving que se realizou na Igreja Metodista de Passo Fundo.

³⁴ Os dois municípios, Erechim e Passo Fundo, distam aproximadamente oitenta e cinco quilômetros.

Na Igreja Metodista de Passo Fundo, perante grande e seleta assistência, o Reverendo Bispo Dom Kingsolving, acalytado pelo Reverendo Betts, celebrou o matrimônio do Reverendo Alberto Blank com a senhora Carmelita da Rocha Mendes (ACTAS DO 27º CONCÍLIO DA IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA, out. 1925, p. 27).

Também a fim de justificar essa ligação, pode-se citar as palavras do próprio Bispo Kingsolving, em seu diário de viagem, publicado em 1921, quando de sua passagem por Passo Fundo, ficara hospedado na casa do Reverendo Metodista e até mesmo fez pregações dentro do referido templo:

No dia 7 de fevereiro cheguei ao Passo Fundo, encontrando-me na estação o Rev. Betts, ministro methodista, e o Sr. Gustavo Otto, meu parochiano d'outr'ora no Rio Grande, que me conduziu no seu auto para a casa do rev. Betts. Ahi me hospedei, muitíssimo penhorado pelas bondades que este joven par de pombinhos, rev. e mrs. Betts, me proporcionaram no seu pombal. As 8,30 hrs. preguei na Igreja Methodista do Passo Fundo, grato pela hospitalidade do seu púlpito. Na congregação encontrei não sei quantos parochianos nossos de varias parochias, que estão hoje domiciliados em Passo Fundo (ACTAS DO 27º CONCÍLIO DA IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA, out. 1925, p. 33).

A proximidade dessas duas Igrejas, a Anglicana e a Metodista, bem como de seus principais atores, também podem ter estabelecido entre elas uma aliança colaborativa para a criação de escolas. Pelo menos no que tange à perspectiva do oferecimento do ensino laico num contexto de escola confessional no Alto Uruguai riograndense. Do mesmo modo, se encontram indícios da presença maçônica dentro da Igreja Metodista, bem como ocorria dentro da Igreja Anglicana, o que pode ser um indicativo de que um processo similar ao que esse trabalho se propõe. Também poderá ter ocorrido na criação do Instituto Educacional em Passo Fundo, processo similar ao Barão do Rio Branco de Erechim. Possivelmente é um caminho que se abre para outra investigação acadêmica.

Medeiros, em sua obra *Cara ou Coroa: católicos e metodistas no Planalto Médio Gaúcho (início do século XX)*, faz uma consistente análise sobre a presença metodista, especialmente no município de Passo Fundo, no mesmo período de análise desta pesquisa que tenta contextualizar os anglicanos em Erechim. Em seu trabalho, a referida autora, levanta como pano de fundo de seu trabalho, as distensões ocorridas entre a Igreja Católica e os Metodistas no âmbito das relações políticas e das políticas educacionais, sobretudo porque, os metodistas defendiam a secularização do estado e a laicização das políticas educacionais.

Também fica explícita em sua obra a ligação entre os metodistas e a maçonaria na busca por essas almeçadas transformações na sociedade.

Em seu trabalho, Mesquida (1994) aprofunda as relações entre o metodismo e a maçonaria, dando destaque a essa ligação que “contribuiu para o transplante, a implantação e a expansão do metodismo enquanto movimento educativo no Brasil”:

A aliança entre o metodismo americano e a maçonaria pode ainda ser confirmada pela filiação de autoridades metodistas, leigas e clérigas, a esta sociedade secreta. Inúmeros bispos, educadores e pastores declaravam publicamente sua filiação à organização maçônica (MESQUIDA, 1994, p. 127).

As aproximações entre metodistas e anglicanos são muitas. A origem dos metodistas vem de dentro da própria Igreja Anglicana:

O metodismo, que surgiu pela primeira vez em meados do século XVIII, no seio da Igreja Oficial da Inglaterra, não pretendia, segundo o pensamento de seus fundadores, formar uma nova Igreja, mas apenas reavivar o espírito ascético dentro da antiga, e foi só no curso de seu desenvolvimento ulterior, principalmente com seu alastramento pela América, que se separou da Igreja Anglicana. (WEBER, 1992, p. 65).

Corroborando com essa ideia de aproximação e de colaboração entre anglicanos e metodistas, destaca-se o texto abaixo, de autoria do Bispo anglicano William M. M. Thomas, com a data de 6 de janeiro de 1934, publicado na Ata do Concílio de 1934, enviado aos metodistas:

Exmo. Snr. Presidente e demais membros desta Colenda Conferencia da Igreja Methodista Brasileira: Saudo-vos em o nome da Igreja Episcopal Brasileira, impetrando sobre vós direcção divina em todos os vossos trabalhos. Permitti-me aproveitar a occasião para expor as minhas idéias a respeito de uma situação que interessa tanto à Igreja methodista como á Episcopal. Tanto uma como outra tem mebros espalhados, os quaes difficilmente podem ser pastoreados como se requer. No meio de congregações episcopaes, onde não existem igrejas methhodistas, encontramos os vossos irmãos, crentes fervorosos, que desejam unir-se comnosco no serviço e culto do Deus Triuno. Igualmente sei que em logares onde a Igreja Methodista se acha estabelecida, e não a Episcopal, residem membros desta. Espero que dêem bom testemunho de sua fé. Almejo, irmãos, a uns e outros, a mesma e mutua consideração. Si bem que reconheço que não podemos, nem devemos, fechar a porta de nossas igrejas a pessoas que voluntaria e concenciosamente desejam, por preferênciã, alliar-se comnosco definitivamente, todavia aborreço o espírito do proselytismo, praticado por leigo ou clérigo, que vise coagir, ou mesmo influenciar, alguém a passar de uma para outra igreja. Em testemunho do que creio ser direito e aconselhável ás igrejas, no seio das quaes procuramos conhecer e servir a Deus, desejo, e pretendo recommendar ao clero da Igreja Episcopal Brasileira que, em logares onde não há igreja methodista, recebam como commungantes os membros commungantes da Igreja Methodista, concedendo-lhes as mesmas regalias, sujeitos ás mesmas condições que são outorgadas aos membros da Igreja Episcopal. Não deixarão de ser, necessariamente, methodistas. Nutro a esperança de que a Igreja Methodista proceda da mesma forma, *mutatis mutandis*, com os episcopaes que afastados de suas igrejas e pastores desejam no seu meio contribuir com o quinhão de sua fé e praticar a sua religião de oração, adoração e serviço. Deus vos guarde nas vossas deliberações. Sou, com muita estima, irmão e cooperador nas lides do Evangelho (ACTAS DO 26º CONCILIO DA IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA, 1924, p. 19).

Sua proximidade não para por aí. Percebe-se, que nas missões no interior do Rio Grande do Sul, a troca de ajudas mútuas nas pregações, cerimônias e até mesmo em construções era extremamente comum, como já foi citado. Outra similitude é o vínculo ou a aproximação entre os seus cleros e a maçonaria³⁵. Medeiros auxilia mais uma vez a compreensão nesse sentido afirmando:

[...] fica fácil entender o porquê das freqüentes ligações entre metodismo e maçonaria no Rio Grande do Sul, o que se deveu ao fato de ambos lutarem contra o mesmo problema: o ultramontanismo da Igreja Católica. Assim, não chega a surpreender encontrarmos referências à união entre maçons e metodistas ocorridas nas cidades de Passo Fundo e Alegrete. [...] também não causa espanto a presença de pastores metodistas nas lojas maçônicas de cidades do interior do estado, nem a presença de maçons como professores do quadro de alguns institutos metodistas. Tomemos como exemplo a cidade de Passo Fundo, onde alguns pastores, como J. P. Daniel, que foi reitor do Instituto Ginásial, escola methodista fundada no município, fez parte do quadro de dirigentes da loja maçônica local, a Concórdia do Sul, bem como elementos da referida loja, a saber, Antônio Xavier e Oliveira e Píndaro Annes, foram professores do mencionado instituto (2007, p. 83).

³⁵ Logo mais será explicitada a relação contundente entre o clero anglicano e a maçonaria na região do Alto Uruguai.

A relação de Múcio Mendes de Castro com a Igreja Anglicana, por sua vez, também já existia mesmo anteriormente à criação da missão em Erechim. Mucio Mendes de Castro tem origem, segundo a documentação analisada, na cidade de Rio Grande, onde já fazia parte, como delegado leigo, da Igreja Anglicana do Salvador. Porém, desde as atas dos concílios de 1912 aparece domiciliado, primeiro em Cruz Alta, depois em Passo Fundo, para finalmente se estabelecer em Erechim em 1916. Essa sua peregrinação justifica-se porque o mesmo trabalhava na construção e manutenção da ferrovia que transpassava essas localidades.

Erechim não foi um dos primeiros núcleos a receber missões anglicanas no estado. No princípio, a presença dos missionários ocorreu em Porto Alegre e região metropolitana. Depois foi se interiorizando, marcando presença em municípios da região central e sul do estado do Rio Grande do Sul. Próximos a Erechim, estavam a missão denominada *Agnus Dei*, que se localizava no oeste catarinense, próximo ao município de Piratuba³⁶ e a missão de Santa Maria, esta no lado riograndense.

O elo entre essas missões, foi mais uma vez, a construção da ferrovia, que facilitou a ligação e o deslocamento dos missionários. As missões eram fundadas seguindo o traçado dessa ferrovia. Por esse motivo, seu constante aparecimento nesse estudo justifica-se. Dreher argumenta ainda que a fundação de instituições escolares confessionais seguiam os rumos de ocupação territorial, principalmente nas áreas de imigração e seguindo os traçados das estradas de ferro:

Se observarmos a geografia do ensino privado confessional no período da República Velha, outro aspecto se evidencia. As ordens e congregações religiosas católico-romanas e os pastores e professores luteranos privilegiaram as áreas de imigração. Os protestantes de origem norte-americana privilegiaram as áreas onde estava sendo instalada a ferrovia. Por isso, os maiores esforços educacionais privados vão estar centrados na metade norte do Rio Grande do Sul (2008, p. 77).

Em seus diários de viagem, sintetizados nos relatórios anuais da Igreja Episcopal, o Bispo Kingsolving faz inúmeras referências a suas viagens a bordo do “vapor”, justamente na já citada ferrovia que interligava o interior do Rio Grande do Sul com a região sudeste do país, passando pelo oeste catarinense, onde se encontrava a missão de *Agnus Dei*. Em uma dessas viagens de retorno de uma visita feita pelo Bispo Kingsolving ao Rio de Janeiro é que a cidade de Erechim é citada pela primeira vez, no ano de 1922, tendo em vista que o trem

³⁶ Piratuba é um município do sul do Brasil, localizado no oeste do estado de Santa Catarina e que dista aproximadamente noventa quilômetros do município de Erechim/RS.

que fazia todo esse trajeto entre o oeste catarinense e a cidade de Santa Maria/RS e realizava uma parada em Boa Vista do Erechim para manutenção da locomotiva e para o embarque e desembarque de passageiros.

A partir desse primeiro contato, o Bispo Kingsolving determina-se a criar uma missão evangelizadora na nova cidade de Boa Vista do Erechim e desloca para a região, o recém formado aluno do Seminário Teológico de Porto Alegre, Alberto Blank.

O pelotense Alberto Blank, como consta na documentação analisada, foi o primeiro Reverendo anglicano da Paróquia de Jesus Cristo, em Boa Vista do Erechim. Ele possuía habilidades de construtor. Ainda no Seminário em Porto Alegre, auxiliou na construção da Igreja da Ascensão, localizada ainda hoje no bairro Teresópolis da capital riograndense. Na missão de Erechim, foi de suas mãos que surgiu o primeiro prédio do templo anglicano erechinense. Feito de madeira, foi a sede da religião de origem anglo-saxã na cidade por mais de trinta anos. Também foi, dentro da própria Igreja, que o mesmo reverendo ministrou as primeiras aulas do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco no ano de 1929. Mais tarde Blank também construiu uma casa paroquial. Os dois locais serviram de abrigo para a escola em seus primeiros anos de funcionamento.

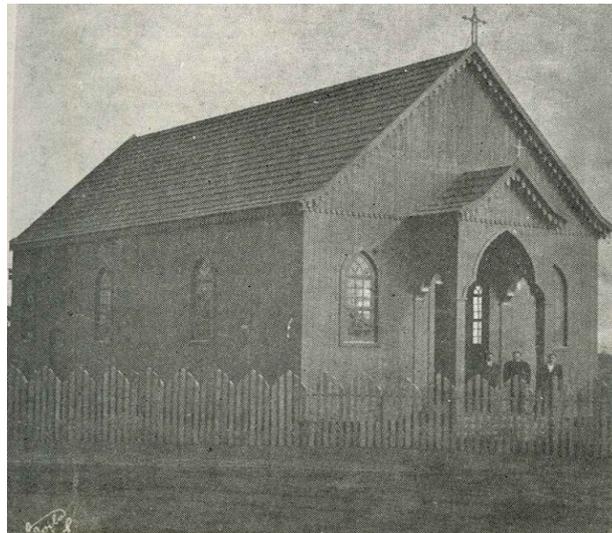


Figura 8 - Primeiro templo anglicano de Erechim, construído em 1923, onde também ocorreram as primeiras aulas da escola, atual IABRB. Na foto aparecem, em frente ao templo, o Rev. Alberto Blank, Múcio Mendes de Castro e Aldo A. Castro. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição, sem data.

Nos primeiros anos da presença anglicana no norte do estado do Rio Grande do Sul, a presença dos missionários não sensibilizava muitos adeptos. No Livro de Registros Paroquiais

da Igreja (sic) de Jesus Cristo em Boa Vista do Erechim, no qual o próprio Blank fazia as anotações, os primeiros dez anos não registraram mais do que uma média de dez novos batizados por ano. No primeiro ano de funcionamento da paróquia, apenas seis nomes foram registrados como comungantes. Nos quatro anos seguintes (1924-1927) a nova congregação religiosa continuava a registrar a adesão, em média, de apenas seis novos membros a cada período de trezentos e sessenta e cinco dias.

Diante desses modestos números é que se instaura uma importante e decisiva questão. Como uma pequena igreja, composta por menos de dez integrantes, com membros recém chegados de várias localidades, conseguiram construir seu templo num privilegiadíssimo local no centro da cidade de Erechim, disputando espaço com a catedral católica e os mais importantes prédios dos poderes municipais?

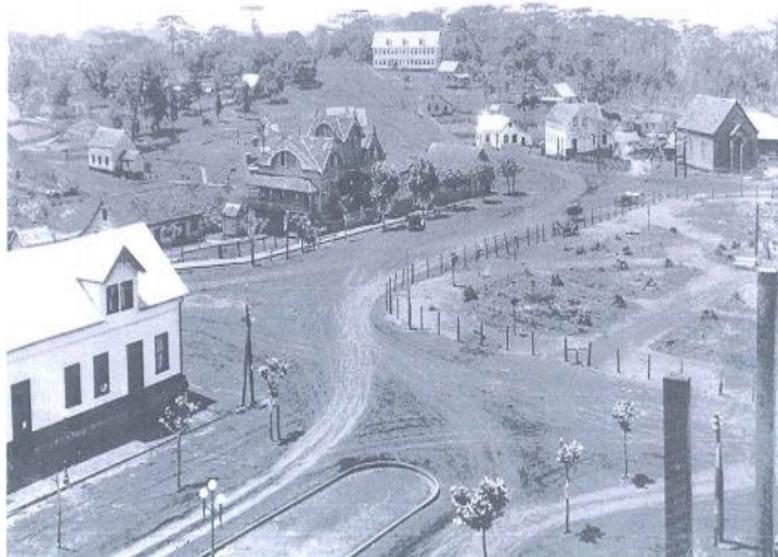


Figura 9 - Foto de Erechim. Fonte: CHIAPARINI, Enori José, et al. (2012, p. 83).

A foto acima é do centro da cidade de Erechim, nas primeiras décadas do século XX, com sua praça central sendo construída (já integrada ao moderno projeto urbanístico) e o prédio da comissão de terras no centro. No canto superior direito está o prédio do templo anglicano. O autor da foto está posicionado possivelmente em uma das torres da antiga catedral romana, que está inversamente posicionada à Igreja Episcopal Anglicana.

Segundo Illa Font (1983, p. 154), Blank escreveu: “Sentimo-nos felizes porque a Comissão de Terras nos deu, a pedido do Sr. Múcio de Castro, um lote urbano no centro da Vila Boa Vista, com uma área de 2.394 m² que fica na esquina de duas avenidas mais

transitadas”. Percebe-se nesta passagem, que o historiador Miguel Illa Font (que dá nome ao Arquivo Histórico Municipal) menciona que o terreno foi doado. É importante constar que o projeto de colonização e ocupação das terras passava pelas mãos do engenheiro Torres Gonçalves, declaradamente positivista e que certamente não colocara despreziosamente os anglicanos naquele local.

O Bispo Kingsolving, que veio consagrar o templo descreveu:

Na esquina das avenidas 15 de novembro e 7 de setembro, que formam um ângulo com a praça central Cristóvão Colombo, foi levantada a nossa Igreja e, devido à sua posição, pode ser vista de quase todos os pontos da vila. Apesar de ser toda de madeira, por falta de outro material, a Congregação erechinense se orgulha de possuir o templo mais belo e bem construído de todo o Município e que tem provocado admiração geral (ESTANDARTE CRISTÃO, 9 dez. 1924, p. 3).

A estratégica localização dos templos e escolas protestantes tinha um porquê. Não estão, portanto, a Igreja Anglicana e a escola Barão do Rio Branco, localizadas nesse estratégico local por acaso. A estratégia era quebrar o preconceito com relação ao protestantismo e habituar às elites dirigentes com a presença de outra opção religiosa, que não a religião dominante, a católica-romana. Refuta-se aqui a ideia do acaso como determinante da localização dos anglicanos em Erechim.

[...] é importante determo-nos na localização das construções escolares: estes centros de difusão da cultura situavam-se sempre em função do espaço onde habitava e circulava a classe social a ser influenciada. As escolas (e as igrejas) eram portanto, construídas nos locais onde residia a elite político-econômica e, se possível, próximas aos prédios onde o futuro político, econômico e cultural da cidade, da região e/ou do país era discutido e decidido – os prédios que sediavam os poderes executivo, legislativo e judiciário (MESQUIDA, 1994, p. 132).

Nesse mesmo sentido, a Igreja Anglicana de Santa Maria/RS também se encontra localizada de frente à Catedral Católica, no centro dessa cidade da região central do estado do Rio Grande do Sul. Curiosamente os anglicanos também denominaram seu templo de Igreja do *Mediador*, diante da Igreja da Nossa Senhora da *Medianeira* dos católicos (grifos meus).

3.1 A educação no município de Erechim

As primeiras experiências escolares no município de Erechim datam dos primeiros anos logo após a instalação da Comissão de Terras. A documentação existente e já analisada é parca e não dá conta do número exato de experiências educacionais nos primeiros anos da colonização e formação do município. Sabe-se, porém que, ocorrem iniciativas com várias finalidades e fomentos. Há registros em documentos presentes no Arquivo Histórico Municipal, de escolas fundadas pelo poder público, por empresas colonizadoras e até mesmo por particulares.

A primeira escola de Boa Vista do Erechim foi fundada em 1916, pelo professor italiano Carlos Mantovani. O professor foi o pioneiro na instrução educacional do município. O referido imigrante e professor foi um incentivador da fundação dos colégios católicos: o Colégio São José, destinado à formação das meninas e o Colégio Medianeira, destinado a formação dos meninos e de duas escolas públicas: a Escola Estadual Professor Mantovani e a Escola Estadual José Bonifácio. (CHIAPARINI, 2012, p. 209)

Os dois colégios católicos têm histórias diferentes. O primeiro a ser fundado foi o Colégio São José, no ano de 1923, pelas Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora. O Colégio funcionou, até 1942 como escola primária. Depois passou também a ofertar o Ginásial para as moças. O Colégio Marista Medianeira, por sua vez, é fundado em 1935, sob a influência do Padre Benjamin Busato³⁷ e inicia suas atividades oferecendo vagas na escola primária e no curso propedêutico. A partir de 1942 obteve a licença para ofertar o curso Ginásial, mesmo ano do Colégio São José, pois esse oferecia o curso para as meninas, enquanto que o Colégio Marista oferecia para os meninos.

Ainda sobre a reconstrução da história da educação e das instituições de ensino em Erechim há um grande trabalho por ser feito. Muito pouco foi pesquisado até aqui, e o que se tem, não foi problematizado. São dados compilados e imbuídos de explícito posicionamento unilateral e pouco analítico. É outro campo pouco explorado pelos historiadores da educação

³⁷ Sobre a história do padre Benjamim Busatto, ver Sonia Mári Cima. *Reza e política: uma combinação na história do padre Busato em Erechim* (2003). Nesse trabalho a historiadora refaz a trajetória do polêmico e influente padre de Erechim, responsável em parte pela construção da Catedral São José e personagem importante na estruturação dos dois colégios católicos do município. Entretanto, nessa obra, não há elementos que possam contribuir para a repercussão, do ponto de vista católico, da fundação da escola anglicana. No seu livro de Crônicas, que o padre Busato publicou com o pseudônimo de Chico Tasso, não faz nenhuma referência ou crítica em relação ao protestantismo em Erechim ou à Escola Paroquial Anglicana.

e que, ao ser estudado com rigor científico, contribuirá e muito, para análises mais aprofundadas desse cenário.

Uma análise sobre a reação católica frente à doação do terreno (num local estratégico e privilegiado da cidade de Erechim) e posteriormente sobre a fundação da escola primária do Reverendo Blank seria extremamente enriquecedora para essa pesquisa. Com uma visão educacional e pedagógica que, em muitos aspectos, colocava em xeque a hegemonia católica frente à formação das mentes e lideranças locais, a luta de poderes e espaços no âmago das influências, daria espaço para um aprofundamento que esse trabalho não logra fôlego para fazer. Novamente a precariedade das fontes e, nesse caso, a dificuldade de acesso ao pouco que se tem³⁸, mais uma vez, limitam a continuidade da análise. Mesmo em relação à sua repercussão na imprensa local ou regional, pouco se encontrou.

O Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font não dispõe de periódicos locais que dão conta desse trabalho. O Jornal Voz Regional (que primeiramente foi editado sob a denominação de “O Boavistense”) possui grande parte de seu arquivo preservado, mas sua fundação é posterior à chegada dos anglicanos e fundação da escola. “O Boavistense” iniciou seus trabalhos em 1929, mas após a criação da escola primária anglicana. E mesmo nos primeiros anos de existência, pouco se encontra com referência a escola ou à comunidade anglicana. Também não há registros de ataques ou contraposições de outras instituições ou personalidades.

Em relação à educação local, encontraram-se propagandas de matrículas de várias escolas. Curiosamente não constam publicidades das escolas católicas da cidade. Encontram-se propagandas do Grupo Escolar Prof. Mantovani e do Colégio Conceição e Instituto Educacional, ambos de Passo Fundo. Do Barão do Rio Branco aparecem cartazes, publicados nos jornais, informando sobre a reabertura das aulas na “Escola Paroquial do Reverendo Blank” (O BOAVISTENSE, 21 fev. 1934, p. 4).

No Estandarte Cristão, órgão da imprensa oficial anglicana, percebe-se uma intensa distensão entre católicos e protestantes, sobre os mais variados temas, merecendo destaque a luta pelo estado e educação de concepção laica. Difundia-se a ideia de que o ensino nas escolas protestantes era separado da religião, diferentemente do que ocorria nas escolas católico-romanas.

³⁸ Alguns importantes documentos estão sob a posse de indivíduos ou Instituições que não possibilitaram o acesso para o incremento desse trabalho.

Outro tema recorrente era em relação às perseguições sofridas pelos protestantes em escolas de confissão católica. O fato de não frequentarem a missa ou a catequese oficial, fazia com que eles não tivessem o mesmo desempenho acadêmico dos demais alunos. Nas escolas protestantes, por sua vez, esse fato não resultava em pontuação extra aos discentes.

“[...] falavam e ensinavam a verdade, a retidão, a justiça é que essas escolas cresciam em estima e apreço dos pais, que desejavam dar aos filhos uma educação sólida, sem as nefandas influências do confessionário” (ESTANDARTE CRISTÃO, 20 maio 1925, p. 4).

Em termos locais, mais uma vez a questão das fontes primárias (existência ou acesso) e a pouca produção de pesquisas acadêmicas acabaram limitando esse trabalho para estabelecer os reais parâmetros da receptividade católica frente à fundação e consolidação da escola e da comunidade anglicana no município de Erechim.

3.2 A educação sob a ótica dos Anglicanos

Boa parte das concepções anglicanas sobre educação e seus projetos estão presentes nos seus documentos oficiais, publicados nas Atas dos Concílios Anuais e no jornal de circulação interna da Igreja Anglicana, o Estandarte Cristão. Em nenhum dos arquivos consultados, da Diocese Sul-Occidental (Santa Maria), da Diocese Meridional (Porto Alegre) e da própria Igreja de Jesus Cristo (Erechim) foram encontrados outros documentos específicos sobre as concepções de educação ou pedagógicas que orientaram a fundação da escola primária de Erechim, que mais tarde se tornou o Instituto Anglicano Barão do Rio Branco. Infelizmente, a documentação de posse da Igreja em Erechim não é suficiente para uma análise específica dessas questões que seriam primorosas para a qualificação deste trabalho, sobretudo pelo viés da história da educação.

Portanto, opta-se neste instante pela escolha do jornal Estandarte Cristão como o documento-fonte para a fundamentação de algumas teses aqui já levantadas. Também, a partir de sua leitura crítica do jornal, far-se-á imbricações com outras fontes consultadas para a comprovação desses objetos de estudo, que abaixo serão descritos.

Eleger periódicos como objeto de estudo permite que o historiador amplie suas fontes tradicionais e, assim, tenha acesso aos dispositivos discursivos que configuram determinados campos do saber. A análise desses materiais possibilita apreender como os indivíduos produzem seu mundo social e cultural – na interseção das estratégias do impresso, que visa instaurar uma ordem desejada pela autoridade que o produziu ou permitiu sua publicação, com a apropriação feita pelos leitores: nesse espaço, percebemos as dependências que os unem e os conflitos que os separam, detectamos suas alianças e seus enfrentamentos (MENEZES, 2004, p. 402).

A primeira e primordial constatação é que se encontra, em boa parte da documentação analisada, uma preocupação e um interesse com a educação por parte dos missionários anglicanos. Aliás, há de se constatar que a recepção na chegada ao Rio Grande do Sul, dos missionários Kingsolving e Morris, em setembro de 1889, foi feita por um professor. Vicente Brande, era um “famoso gramático e diretor de um colégio misto em Porto Alegre”. Os missionários vieram também acompanhados por outro professor, que logo nomearam catequista. “Boaventura (de Souza e Oliveira) era um professor de razoável cultura geral, muito lido em Bíblia e especialmente preparado para mostrar os principais argumentos em favor da salvação pela graça e capaz de entender e explicar as conflitantes heresias romanas[...]” (KICKHÖFEL, 1995, p. 54).

Esse sentimento e ligação com a educação esteve presente desde os primórdios com o estímulo à criação de escolas e locais de fomento à cultura e acesso ao conhecimento.

Temos necessidade urgente de estabelecer em cada parochia uma escola diária. É um ponto de magnitude tal que se torna desnecessário estarmos aqui a enfileirar argumentos para demonstrá-lo. [...] Meditemos nas palavras ponderadas e sábias de Mulins, o christão eminente: “Uma denominação que descarta das suas escolas e não faz provisão para a sua própria força dirigente, inevitavelmente terá que sofrer uma derrota neste tempo em que todas as corporações religiosas estão cuidando de desenvolver e melhorar seus fundamentos educacionaes. Estamos debaixo da influencia destas normas, que sempre tendem a crescer. Quer queiramos, quer não – sentiremos o seu poder” (ESTANDARTE CRISTÃO, 20 jun. 1925, p. 2).

A preocupação e a orientação para a fundação de escolas era latente. Encontram-se vários artigos e editoriais de incentivo oficial, feitos através do órgão de imprensa oficial da Igreja, pelos Bispos ou clérigos, como demonstrado a seguir:

Ao lado de cada Igreja é preciso que surja uma escola. Dentro de cada escola, professores idôneos e crentes, que saibam dirigir o coração e a mente dos alunos para o Bem e para a Verdade, sob o influxo salutar e inspirador do espírito, que sobreleva a matéria (ESTANDARTE CRISTÃO, 30 jan. 1936, p. 2).

Outra constante orientação é para a criação de escolas que se preocupassem com a formação integral do cidadão. Vemos presente neste excerto do Estandarte Cristão, escrito pelo Reverendo Mario Olmos³⁹, publicado em 1936, intitulado “Escola – Mocidade, Futuro e Pátria”, uma preocupação e um fomento para a criação de escolas que contemplassem uma formação humana, cívica e científicista. A orientação era destinada aos professores que, em boa parte das escolas anglicanas, implementadas na primeira metade do século XX, eram os próprios reverendos anglicanos⁴⁰.

O bom educador, não se demora, por certo, em focar o estudante, qualquer que seja a idade, a decorar machinalmente – números, regras, formulas e nomes; antes se appressa em fazer-lhe conhecer a filosofia do ensino, o seu lado pratico e moral, para a conquista dum futuro prospero e feliz. [...] As escolas a que nos referimos são aquellas que ensinam as letras, desenvolvem os conhecimentos scientificos, cultivam o gosto pelas bellas artes e insuflam o espírito do trabalho perseverante e bemfazejo; são ainda, aquellas que, incrementando a polidez cívica e o mais alcandorado sentimento patriótico, não esquecem de apontar para Deus, como paradigma insuperável da vida: perfeito no saber, justo no tratar os filhos do homem, infinito no poder, longanimo e insondável no amor. [...] É de escolas bem aparelhadas, mais que de armamento bellico, que nosso povo precisa, para que o Brasil realize o que outros povos de menos possibilidades já realizaram [...] (ESTANDARTE CRISTÃO, 15 jul. 1936, p. 8-9).

A despeito da ideia de conciliabilidade entre a Ciência e a Religião, também se encontram vários editoriais no “Estandarte Cristão” que abordam o tema. Segundo essa documentação, o clero anglicano não via necessariamente os dois elementos como antagonicos.

É que o dever do homem sobre a terra é buscar, perquirir, investigar, aprofundar-se, embora só consiga fracções da verdade intellectual. [...] Ó artistas, literatos, poetas, philosophos, scientistas ensinae-nos, infundi-nos o espírito de progresso que vós tivestes em abundancia. Contae-nos daquellas vozes inspiradas e imperativas que vos diziam – para frente, para frente. Dae-nos de vosso fogo sagrado. Accendei os nossos fachos, vós os que honrastes o Criador que vos vez à Sua imagem e semelhança! (ESTANDARTE CRISTÃO, 30 nov. 1938, p. 5-6).

³⁹ Mario Olmos também foi reverendo e diretor da escola Barão do Rio Branco de Erechim.

⁴⁰ Em Erechim o Reverendo Alberto Blank foi o primeiro e o único professor, nos primeiros anos de existência, da Escola Primária.

Na formação intelectual de seu clero, a Igreja tinha disciplinas que contemplavam também essa visão. Além de Liturgia e Educação Religiosa, havia no currículo Grego, Latim, Lógica, Psicologia, Literatura, Retórica, Poética, História da Filosofia, Ética e Sociologia, Inglês, História Geral, Música, Contabilidade, Novo Testamento Grego, Homilética, Missões, Filosofia da Religião Cristã e História Eclesiástica.

Em notícia de 13 de dezembro de 1933, publicada no jornal “A Voz da Serra”⁴¹, a escola primária criada pelo Reverendo Blank em Erechim demonstra a execução dessa educação multifacetada recebida pelo seminarista em tempos de formação pela referência ao 1º Festival Cultural do futuro IABRB. Constatam na matéria jornalística exposições dos alunos de jazz, canto, poesia, teatro, solo de violino e piano.

Em 1932 o Reverendo Bernardo Bell também argumenta entre a possível conciliação entre Deus, a religião e a ciência:

A sciencia, de facto, nada tem que ver com as magnas affirmativas da religião. Deixa-as intactas. Podemos crer ainda em Deus, em Christo, no Espírito Santo, na Ressurreição, na vida eterna, etc., como pertinentes á natureza da Realidade superior ao mundo dos phenomenos. Da natureza dessa Realidade e da atitude recíproca entre o homem e Ella, não trata a sciencia. Isto, sem desconhecer as preciosas modificações que as descobertas scientificas têm efectuado em certas crenças dos christãos no que concerne á idade do orbe, á evolução do corpo humano, ás relações entre o espírito e a matéria, etc. Têm-nos salvaguardado, sem dúvida, de muito erro e superstição (ESTANDARTE CRISTÃO, 15 jan. 1932, p. 6-7).

Outro aspecto relevante da organização anglicana para com a educação é a formação de escolas dominicais⁴². Elas funcionavam concomitantemente com as escolas regulares, mas eram destinadas a outro público e possuíam outra finalidade. Enquanto a preocupação das escolas regulares era a formação de cidadãos, com a oferta de conhecimento político, filosófico, matemático, científico, as escolas dominicais eram voltadas para os adultos, onde aconteciam geralmente encontros semanais e tinham o objetivo de ofertar educação religiosa aos paroquianos. O ensino religioso, para os anglicanos, segundo as publicações do “Estandarte Cristão”, era oferecido, sobretudo nessas escolas dominicais, deixando a cargo das escolas regulares, apenas o ensino da ciência, da formação humana e da formação cidadã (por vezes também cívica).

⁴¹ Fragmento isolado desse periódico, encontrado no meio da documentação pertencente à Igreja Episcopal de Erechim.

⁴² Em Erechim a Escola Dominicana iniciou suas atividades logo após a chegada do Reverendo Alberto Blank.

Ao que é possível perceber na documentação, o Reverendo Blank, fundador da escola foi um membro ativo na comunidade local. Além de construtor da capela anglicana e fundador da escola primária, ele foi membro da diretoria do Hospital de Caridade de Erechim e atuante em vários comitês pró-causas de várias naturezas dentro do município. Na descrição abaixo, vemos o Reverendo como participante (foi eleito tesoureiro) do “Comitê Pró Estado Leigo”, que, em certa medida corrobora com uma das teses desse trabalho que sustenta que a escola anglicana, apesar de confessional, se posicionou na comunidade em prol da defesa de uma educação e de um estado de orientação laica.

Domingo ultimo reuniram-se numa das salas do Hotel Palacio, em numero regular, os partidários da liberdade de pensamento. Após terem os presentes trocado ideias a respeito da finalidade á qual todos desejavam chegar, ficou resolvido a criação de um Comitê, semelhante aos que se vem multiplicando pelo interior do Estado e que se propõem não ao ataque ao clero e ás instituições religiosas, como deturpando o significado das cousas, se quis fazer crer, mas a manutenção do desligamento completo entre a Igreja e o Estado, de accordo com a praxe firmada nos primeiros quarenta annos de Republica. Empossada a Directoria, tomou a palavra o presidente que propoz se officiasse ao Dr. Borges de Medeiros, ao Interventor Federal a Liga Rio-grandense Pró-Estado Leigo e que se telegraphasse ao Presidente da Republica. (A VOZ DA SERRA, jun. 1931, p. 4).

Na documentação analisada, também se observa uma preocupação com a oferta de educação para as mulheres. Em 1924, o “Estandarte Cristão” publicava a respeito do tema:

Há um programma completo de educação feminina, em que, ao lado do indispensável ensino theorico, sejam ministrados seguros conhecimentos práticos, que habilitem a mulher a velar criteriosamente pela educação physica, intellectual e moral dos filhos, orientando-lhes o espirito de modo a poder viver por si, no caso de faltar o apoio dos que lhe servem de arrimo. Entre as matérias do programma, figuram: educação intellectual, educação physica, educação moral, educação esthetica, educação social e educação technica e profissional (ESTANDARTE CRISTÃO, 30 set. 1924, p.2).



Figura 10 - Reverendo Alberto Blank com as alunas da escola primária, sem data. Fonte: CHIAPARINI, Enori José, et al. (2012, p. 218.).

Em Erechim, a escola Barão do Rio Branco, foi a primeira escola de iniciativa privada da cidade, a ofertar o ensino para classes mistas, compostas de homens e mulheres. Conforme citado anteriormente, as outras duas escolas católicas, Colégio São José e Colégio Marista Medianeira, ofereciam nos primeiros anos de funcionamento, respectivamente, ensino somente às meninas e aos meninos, separadamente. A primeira turma de alunos, a iniciar os estudos na Escola Barão já foi formada dessa maneira. Os seis primeiros estudantes, registrados na ata inaugural pelo próprio Reverendo Blank eram: Jasson Castro, Ouvidio Siccoli, Wilma Oestreicher, Zenitha Oliveira, Elbinha Castro e Gláucia Castro. Chama atenção a presença feminina e em classes mistas ao contrário das escolas católicas que segregavam por sexo.

Os nossos primeiros Paes diziam sempre que o ler e o escrever eram o suficiente ao homem. A educação feminina devia limitar-se exclusivamente á arte culinária. Era um grande perigo á mulher a leitura, devido ás correspondências entre os sexos. Que theoria estapafudia esta!!! (ESTANDARTE CRISTÃO, 20 ago. 1925, p. 7).

As classes mistas eram defendidas como princípio formativo e de convivência social na escolas anglicanas. A mulher instruída, culta e intelectual, com o ensino de aritmética, música, desenho, educação física, exerceria melhor seu papel de esposa e de mãe.

A convivência dos sexos em todas as idades é normal e desejável. ‘Homem e mulher Elle os creou’, e nós comettemos um grave erro, quando fazemos por suprimir a expressão social do sexo em forma de camaradagem e amisade, sobre a base de que um sexo é um perigo para o outro. [...] A educação conjuncta é um princípio são. A separação dos sexos serve só de augmentar a sua tensão e o seu desejo. [...] As relações sociaes dos sexos entre os jovens, têm naturalmente seus perigos como também sua edificação. (ESTANDARTE CRISTÃO, 10 fev. 1926, p. 5).



Figura 11 - Alberto Blank com os alunos da escola. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição, sem data.

Na documentação analisada, incluindo os livros contábeis da paróquia de Erechim, onde eram feitas as anotações referentes à escola (nos primeiros anos de funcionamento), não há registros sistemáticos da cobrança de mensalidades. Encontram-se doações, contribuições, não mensalidades. Somente a partir de 1949 é que passa a constar nos livros contábeis o recebimento de verbas provenientes do pagamento de mensalidades.

No “Estandarte Cristão”, esse é outro tema recorrente e pertinente. Percebe-se uma preocupação em relação à inserção de pessoas de camadas sociais menos favorecidas no acesso à educação. A maioria das escolas anglicanas primárias dedicava-se à alfabetização e ao acesso às “primeiras letras”.

A oferta de ensino das instituições anglicanas, ao que consta nos documentos, era destinada a dois públicos distintos: membros da elite não católica, que procurava uma alternativa de ensino frente às Instituições católicas romanas; e a alguns sujeitos históricos

provenientes de camadas sociais menos favorecidas, que encontravam nas instituições anglicanas, a possibilidade do acesso às letras e ao conhecimento.⁴³

Enquanto a Igreja voltou-se para a educação das elites, a estratégia da Maçonaria foi ampliar o número de escolas leigas voltadas para os setores populares. Tal estratégia revelava, de certa maneira, um interesse da Maçonaria em ampliar o recrutamento de seus membros nos setores populares e, conseqüentemente, discutir e se posicionar com maior clareza sobre os problemas da chamada “questão social” (BARATA, 1999, p. 142).

Em relação às teorias e práticas pedagógicas, o “Estandarte Cristão” destaca as “ideias trazidas pelos missionários americanos, como por exemplo, a co-educação, a não utilização de castigos físicos, o incentivo à educação física, o enfrentamento da questão do sexo em termos educacionais” (GUEDES, 2010, p. 233). Algumas dessas posturas demonstram uma clara influência de novas correntes pedagógicas que estavam se desenvolvendo e consolidando nos Estados Unidos da América, sobretudo no início do século passado⁴⁴. Fato que não é de se estranhar, haja vista que boa parte dos primeiros missionários era de origem norte-americana, além de que boa parte dos recursos que financiaram as primeiras missões, inclusive as educacionais, também eram provenientes daquele país. Nos documentos existentes na paróquia de Erechim, encontram-se várias doações em espécie, feitas por norte-americanos, para reformas, ampliações ou construções da Igreja e da Escola⁴⁵.

⁴³ Ver Guedes (2010, p. 211-220). A referida autora traz uma detalhada descrição sobre as inúmeras escolas anglicanas do estado do Rio Grande do Sul e à oferta de vagas destinadas a pessoas provenientes de camadas menos favorecidas. Não foram encontrados dados específicos na documentação analisada, nem no trabalho citado, que fizessem referência especificamente ao caso de Erechim.

⁴⁴ Essa pesquisa não conseguirá contribuir para o aprofundamento das análises, sobretudo do campo pedagógico, pelas limitações em relação às fontes de pesquisa. Infelizmente sobre a parte pedagógica, especificamente da escola Barão (no período em questão), foram encontradas pouquíssimas fontes. Nem atas pedagógicas, nem livros didáticos, nem boletins, nem cadernos de ex-alunos. Boa parte da perda desse material talvez seja irreversível. A própria instituição, ao longo de toda a sua existência, deu pouco valor a sua própria história, o que dificultou muito esse trabalho. Até aqui, o que se constata, é que esse é o primeiro trabalho que tenta reconstruir, mesmo que parcialmente, a história institucional da escola. Em 2006, um trabalho monográfico (NEUMANN, 2006), defendido na Universidade Regional Integrada de Erechim, debateu, mesmo que superficialmente, a presença da Igreja Episcopal Anglicana em Erechim. Sobre a origem e consolidação da escola, pouco foi produzido. Possivelmente a precariedade das fontes também se tornou um empecilho para o avanço e aprofundamento do trabalho.

⁴⁵ As influências das concepções pedagógicas norte-americanas nas experiências escolares anglicanas não são alvo desse trabalho. Entretanto, percebe-se uma importante lacuna acadêmica que contribuiria para um importante estudo do mapeamento da penetração em território nacional, de autores como John Dewey e Herbert Spencer, e suas concepções a cerca da educação protestante, sobretudo em relação à pedagogia adotada nas escolas anglicanas. Os traços da influência desses pensadores em temas como o pragmatismo pedagógico, currículo escolar e o ensino de educação física estão presentes em boa parte da documentação anglicana analisada.

Na foto abaixo, podemos observar uma aula de atividades físicas, realizada ao lado da Igreja Anglicana de Erechim, que abrigava também a escola primária administrada pelo Reverendo Alberto Blank. A prática de atividades físicas era vista como imprescindível para o desenvolvimento harmonioso do corpo, da mente e do espírito. Fazia parte do projeto de educação e formação integral do aluno. Justificava-se pelo relacionamento à saúde e à higiene, à disciplina e à ordem, e à necessidade de adaptação às práticas cidadãs de aptidão ao trabalho e de civilidade, características que estavam cada vez mais em pauta nas discussões sociais e intelectuais do referido período.

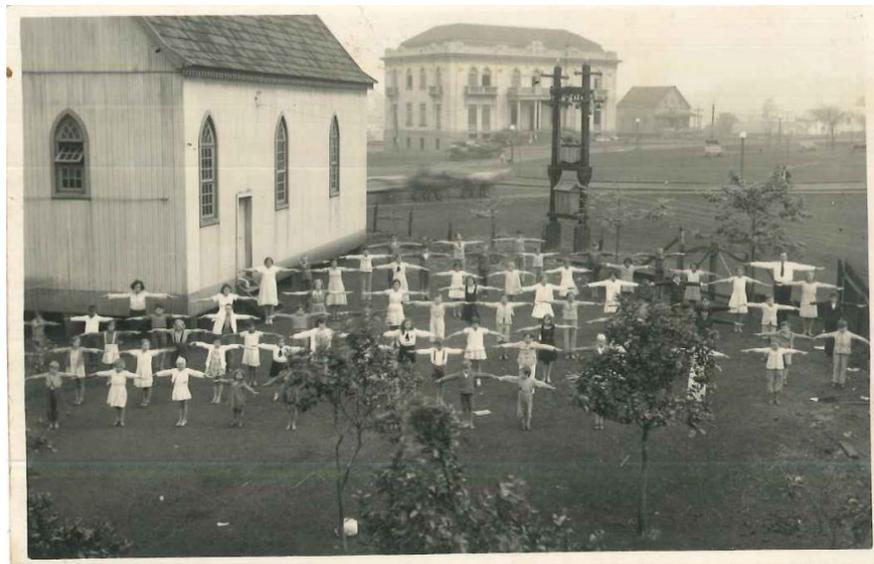


Figura 12 – Alunos da Escola Barão praticando atividades físicas no patio ao lado da Igreja Anglicana, sem data. Fonte: CHIAPARINI, Enori José, et al. (2012, p. 218).

Nesse sentido, Teive e Dallabrida contribuem com uma análise sobre a prática da Educação Física como educação para o corpo, em um estudo publicado que esmiuçou as práticas pedagógicas dos grupos escolares catarinenses presentes nas primeiras décadas do século XX:

A ginástica foi incluída no currículo dos grupos escolares como um dispositivo central para a educação física das crianças, parte da almejada educação integral. Sua escolarização foi justificada pelo seu efeito higiênico, relacionado a questões fisiológicas e de saúde e ao desenvolvimento de qualidades motoras como força, vigor, resistência, agilidade, destreza e graça, bem como pelo seu efeito moral, relacionado ao desenvolvimento de hábitos como a obediência, disciplina, perseverança, respeito às normas, ordem, etc., todos necessários a construção de um corpo apto para o trabalho, para um determinado estilo produtivo/capitalista de vida e para a defesa do território nacional (2011, p. 118).

O suposto culto ao corpo, não era bem visto por católicos e suas instituições conservadoras. Nessa perspectiva, a introdução das práticas de educação física pelo professor e Reverendo Blank, além de inovadoras, eram provocativas à prática educativa dominante no município de Erechim.

A educação física não fazia parte dos programas das escolas católicas. Na medida em que os professores não encorajavam a educação física, esta se inscrevia somente nos programas de algumas escolas particulares, para escândalo dos mais conservadores e regozijo dos “liberais” (MESQUIDA, 1994, p. 138).



Figura 13 – Alunos na aula de Educação Física. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição, sem data.

Além dessas importantes características, que demonstravam já uma linha de pensamento avançada em relação ao conservadorismo das instituições católicas, encontram-se em alguns editoriais do jornal anglicano, posicionamentos instigantes em relação à postura dos educadores anglicanos e suas respectivas práticas pedagógicas. Nessa passagem abaixo há claramente um alinhamento à pedagogia ativa (nova) com a formulação básica de Dewey⁴⁶. Esse é certamente um dos confrontos com a pedagogia tradicional:

⁴⁶ John Dewey (1859-1952), mencionado novamente aqui, foi um filósofo norte-americano que é reconhecido por ser um dos fundadores do pragmatismo, como uma corrente filosófica que teve influências sobre a construção da pedagogia ocidental contemporânea. Seu interesse por pedagogia nasceu da observação de que a escola de seu tempo continuava, em grande parte, orientada por valores tradicionais, e não havia incorporado as descobertas da psicologia, nem acompanhara os avanços políticos e sociais.

Com os novos métodos de educação progressiva, escola activa, socializante podemos ainda melhor cultivar o passado, fazer que o discípulo busque voluntariamente conhecer o trabalho, o heroísmo, os sacrifícios, a abnegação e as glórias de nossos ancestrais. Como observou alguém, ‘shola’ é recreio e a escola, em latim, era os ‘ludi’ ou ‘brincos’.[...] Não se educa sem despertar interesse, sem acordar o amor no ânimo da criança. O educador tem de ser psicólogo e um observador de qualidades distintas. Precisa corrigir os defeitos da educação do lar, ainda tão deficiente entre nós. Deve olhar para o aluno como um futuro membro da sociedade, sobre cujos ombros irá descansar o patrimônio glorioso das conquistas da civilização até hoje alcançadas através de indizíveis cansaças. Não há tarefa mais bela, mais nobre e nem mais digna que a do educador consciente. [...] Educar não significa apenas transmitir conhecimentos úteis, mas sobretudo inculcar no espírito do aluno a confiança em si mesmo (ESTANDARTE CRISTÃO, 30 jan. 1935, p.3).

A partir do início dos anos 1940, percebe-se outra política interna da Igreja Anglicana voltada para a educação: o fomento aos cursos técnicos e profissionalizantes para adultos. Essa premissa não é uma ação isolada dos educadores episcopais. Ela está ligada diretamente ao ambiente político e educacional nacional, que era sobrepujado pelo projeto governamental industrialista de Vargas. Através das reformas encabeçadas pelo Ministro Gustavo Capanema, o Estado brasileiro passa a incentivar um modelo educacional capaz de formar mão de obra qualificada para o projeto industrial nacional que surgiu. Nesse sentido, há uma proliferação de cursos técnicos no país.

As reformas concebidas por Gustavo Capanema passariam à história como as Leis Orgânicas do Ensino, porque têm tal denominação no título, acrescido da área específica a que se destinam. Embora ultrapassem no tempo a obra do Estado Novo, sob sua vigência é que são acionados decretos-leis referentes ao ensino industrial (Lei Orgânica do Ensino Industrial – Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942), secundário (Lei Orgânica do Ensino Secundário – Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942) e comercial (Lei Orgânica do Ensino Comercial – Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943) (VIEIRA, 2007, p. 99).

Nesse contexto, dentro das Instituições anglicanas, o projeto do ensino técnico-profissionalizante ganhou cada vez mais espaço. Os projetos foram os mais variados. Desde instruções para atividades domésticas, oficinas de fabricação de brinquedos, tamancos, tipografia, marcenaria, olaria, mecânica de automóveis, tecelagem, etc.

Especificamente em Erechim, no 20º aniversário da consagração da Paróquia de Jesus Cristo, registrado na Ata de nº 62, de 14 de setembro de 1944, do Livro dos Registros Paroquiais, lê-se: “Estuda-se a possibilidade de ser organizada a ‘Escola Técnica de Comércio’, que deverá funcionar sob os auspícios da Igreja Episcopal Brasileira.” Tal projeto viria a se confirmar apenas dez anos mais tarde, quando iniciaram as aulas do referido curso,

já sob a administração da mantenedora escolar, a Legião da Cruz de Erechim. Esta é uma tradição até hoje (2013) mantida na Instituição. O IABRB é referência regional em relação a cursos técnicos, onde são oferecidos os cursos de: Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Contabilidade e Técnico em Eletrônica (ênfase - Infotrônica).

Ainda merece destaque, segundo a documentação analisada, a constante preocupação e proposição dos Reverendos anglicanos na fundação de escolas rurais. Seus objetivos não ficam muito claros, mas o intuito possivelmente era a oferta de ensino técnico voltado ao campo, com a organização de hortas, produção de alimentos, criação de animais e agricultura.

Por fim, outro instigante assunto, que infelizmente a documentação também não dá conta objetivamente, é em relação a ligação entre o clero anglicano e os indígenas da região. Várias pequenas passagens, ora nas “Atas dos Concílios”, ora no “Estandarte Cristão”, encontram-se citações da tentativa de um mapeamento das áreas indígenas da região, com a preocupação e com a curiosidade dos anglicanos em tentar compreender, estudar e penetrar nesses aldeamentos.

O reverendo Alberto Blank, pároco em Erechim, ao receber do concílio ajuda financeira e um automóvel pelo bispo para viagens, assumiu o trabalho de evangelização entre os índios. Seu plano foi visitar as aldeias indígenas, receber visitas deles e colocá-los na escola. Blank foi pioneiro nesse trabalho que teve efêmera duração (KICKHÖFEL, 1995, p. 107).



Figura 14 - Reverendo Alberto Blank. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição, sem data.

A posição da Igreja não fica clara na documentação consultada e não permite uma análise mais consistente. Supõe-se aqui que houve inclusive uma ligação educacional entre

ambos. Segundo informações colhidas oralmente com os membros anglicanos dos dias de hoje, os indígenas chegaram a frequentar a Igreja e a escola de Erechim, sobretudo nos anos 1940. Faz-se necessário, porém lembrar, que tais informações não possuem rigor ou relevância científica, na medida em que foram obtidas sem os critérios mínimos de cientificidade e também não constituem objeto de apreciação metodológica desse trabalho.

Logo após a instalação da Igreja Anglicana em Erechim, em 1924, o Bispo Kingsolving, em seus diários publicados anualmente nos concílios, já solicitava a Múcio Mendes de Castro “informações sobre os toldos dos índios” (Actas do 26º Concílio Da Igreja Episcopal Brasileira, 1924, p. 19). Em 1933 o então Reverendo da paróquia de Erechim, Alberto Blank, foi nomeado “missionário geral entre os índios”. (ESTANDARTE CRISTÃO, 29 abr. 1932, p. 5). Nos relatórios dos concílios subsequentes consta que Blank “falou sobre o seu trabalho frente aos índios”. São os únicos registros oficiais. Não há especificações do que seria esse trabalho.

Kickhöfel faz alguns apontamentos desse trabalho realizado pelo reverendo Alberto Blank:

Um decreto estadual havia transformado uma grande zona setentrional do Estado do Rio Grande do Sul em monopólio brasileiro, uma espécie de reserva indígena, mas os exploradores continuavam maltratando os índios, levando-lhes os vícios da civilização. Uma caravana dirigida pelo reverendo Alberto Blank, então pároco de Erechim, percorreu em dezembro de 1930, as zonas ocupadas pelos índios nos municípios de Erechim e Palmeira. Visitaram um toldo da tribo dos coroados em Vatouro e mantiveram contatos com o cacique Domingo Candola, que forneceu importantes informações sobre a vida e necessidades de sua comunidade. Havia mais de trinta famílias, cada uma com sua roça e com grande vontade de aprender. Alguns possuíam livros escolares (1995, p. 107).

3.3 Os anglicanos, a maçonaria e Erechim

Como já descrito anteriormente, a relação entre maçonaria e anglicanismo não é recente⁴⁷. A lembrar que o primeiro encontro da maçonaria especulativa moderna ocorreu em 1717, na Igreja Anglicana de São Paulo, em Londres. Ao ser formada, a maçonaria especulativa passou a contar com boa parte dos clérigos e seguidores do anglicanismo, haja vista também, que esta era a religião dominante na Inglaterra. Portanto não é de se estranhar que boa parte do clero anglicano seja maçom. Guedes (2010, p. 131) defende a tese de que a

⁴⁷ Entretanto esse tema ainda não foi investigado quando entrelaçado ao contexto local da cidade de Erechim.

estreita relação entre as duas instituições ocorre “em virtude de os princípios maçônicos se coadunarem facilmente com o *ethos* anglicano”.

[...] ser maçom fazia e faz parte dos hábitos Anglicanos, tanto que apenas o último e o penúltimo Arcebispo de Cantuária não são maçons, havendo, segundo informações, seus antecessores pertencido à Irmandade. Este é um forte indício do porquê do pertencimento dos clérigos anglicanos e seus fiéis aos quadros da Maçonaria, e explica o porquê de se debaterem tanto a favor desta e da **Educação laica, mas não atéia**: houve a conjugação de interesses por uma educação onde houvesse a possibilidade de existir efetivamente a “liberdade de consciência e pensamento” e que não obrigasse os jovens a seguir a religião católica, sem entretanto, descurar a fé em Deus e a possibilidade de encontrá-Lo por outros caminhos e em outras denominações religiosas, e que estas pudessem ter o mesmo espaço que a Igreja Católica possuía em relação à Educação (GUEDES, 2010, p. 135 – grifos do autor).

Oficialmente, segundo Dienstbach (1993, p. 259), a maçonaria erechinense tem seu primeiro Triângulo fundado em 22 de março de 1943, denominado José Bonifácio. Em 1949 o triângulo é substituído pela fundação da Loja José Bonifácio.

No entanto a presença de maçons na cidade é anterior a essa data. Infelizmente as contribuições maçônicas para a história de Erechim, ainda não foram desvendadas. Existem muitos temas, como o próprio projeto arquitetônico do centro da cidade, inspirado nos traçados marcantes de Paris, Washinton, Buenos Aires e Belo Horizonte e demais influências políticas, sociais, culturais, arquitetônicas e simbólicas que demandariam um consistente trabalho acadêmico de investigação, com acesso a importantes fontes, para que essas articulações em torno da influência maçônica em Erechim fossem desnudadas.

É importante e decisivo constar que o primeiro bispo anglicano no Brasil, o missionário Lucien Lee Kingsolving, que articulou e arquitetou a missão de Erechim e esteve várias vezes na cidade, era maçom.

Ele não era o único. Múcio Mendes de Castro, ao ser referido pelo então Bispo Kingsolving, em seu diário de viagem no ano de 1923, aparece como “amicus amatus per multos annos”. A expressão latina é uma referência maçônica.⁴⁸

⁴⁸ “Às vezes os maçons escrevem em código, mas o fazem mais para observar um juramento que para guardar segredo” (MACNULTY, 2012, p. 266). Essa pesquisa não teve acesso à documentação maçônica da cidade de Rio Grande (RS), de onde Múcio Mendes de Castro era proveniente e possivelmente foi iniciado.

A maçonaria é uma organização fraterna secular, tradicionalmente franqueada somente aos homens. Propaga os princípios morais e busca promover a prática do amor fraterno e da atividade caritativa [...]. Embora não seja uma religião, a Ordem pode ser considerada uma ‘companheira filosófica da religião’. Essa ideia está implícita na definição da Maçonaria – tirada da leitura do primeiro grau – como ‘um peculiar sistema moral, velado por alegorias e ilustrado por símbolos’ (MACNULTY, 2012, p. 9).

Em 1934, o Reverendo Anglicano Virginio Pereira compôs o hino da escola paroquial de Erechim. Ele foi o autor do livro *A Influência da Maçonaria na Independência do Brasil* e era maçom (GUEDES, 2010, p. 452). O hino traz nos primeiros versos uma alusiva referência à “aurora da ciência”, também contribuindo para a reafirmação de uma das teses desse trabalho que imbrica a escola anglicana à maçonaria e ao fomento do ensino das premissas científicas:

Irrompem sublimes folgores
D’aurora brilhante da ciência
 Que inundam de vida e d’amores
 Quem luta com gram persistência
 [...]
 Lutemos com fêrvido anelo
 De encontro as misérias do atrazo
 Tornemos o mundo mais belo
 Fazendo da escola um parnazo
 (PEREIRA, 1934 – grifo meu).

Ainda sobre o hino da escola, encontra-se uma adaptação do primeiro verso do Hino da Proclamação da República⁴⁹ presente na última estrofe. Esta menção traz a tona o sentimento republicano de seu autor, que busca referência numa música de domínio público, de confirmação e construção de uma identidade do novo sistema político brasileiro, publicada ainda em fins do século XIX. É importante lembrar que na construção desse Estado republicano brasileiro, a laicidade era tema frequente e amplamente defendido pela maçonaria e pelos anglicanos. Na canção oficial brasileira consta: *Seja um pálio de luz desdobrado*. No hino composto por Pereira:

Guardemos com zelo e cuidado
 Na luta fragosa da vida
Qual pálio de luz desdobrado
 O ensino da Escola querida
 (1934 – grifo meu).

⁴⁹ O hino da Proclamação da República foi composto por Medeiros de Albuquerque, musicado por Leopoldo Miguez e publicado no diário oficial em janeiro de 1890.

Nesse sentido, pode-se fazer uma adequação dos preceitos utilizados por Teive e Dallabrida, que analisaram a função social dos hinos nos grupos escolares catarinenses no Brasil das primeiras décadas do século XX:

Nas primeiras décadas do regime republicano, momento de reconstrução do imaginário nacional, os grupos escolares passaram a ser enaltecidos também por meio da elaboração e execução de seus respectivos hinos. [...] Os hinos dos grupos escolares procuravam construir identidades institucionais, exaltar o Brasil republicano e dar distinção às escolas da república nas suas respectivas cidades, o que muito concorriam para a construção do patriotismo (2011, p. 151).

Outro importante personagem que confirma a estreita ligação entre os anglicanos e a maçonaria foi o Reverendo Octacílio Moreira da Costa. Como citado anteriormente, a Loja José Bonifácio foi regularizada em 1943. Seu primeiro diretor, ou na linguagem maçônica, venerável, foi o mesmo Octacílio Moreira da Costa (DIENSTBACH, 1993, p. 259). Nesse ano, o reverendo acumulava também o cargo de pároco e diretor da escola anglicana.

O mesmo reverendo no ano de 1945 registra três donativos, nos meses de agosto, setembro e novembro da maçonaria para a Igreja Episcopal, no livro caixa da paróquia. Não há registro oficial encontrado que justifique tal donativo. As especulações dão conta de que seria um pagamento pela utilização do templo anglicano para as realizações das sessões maçônicas. A inauguração oficial da Loja José Bonifácio teria ocorrido no templo da paróquia de Jesus Cristo, em prédio que hoje está anexo ao Instituto Anglicano Barão do Rio Branco.

25

Deve	CAIXA	Mex de
Agosto 1º	Saldo em café	227,40
	Emprestimos	
	Remo. Bispo Thomaz (old)	2.000,00
	União da H. Episcopal (cont)	60,00
		2.060,00
5	Despesas	
	Nominico	16,30
	Contas Guezes	
	Emilio Guezes	20,00
	Antonio Cidade	100,00
	Rio Vilas	20,00
		140,00
	Donativos	
	Loja Maçonica	100,00
6	Barão do Rio Branco	10,00
6	Antonio Cidade	100,00
7	Aluno Rio	20,00
	Despesas	
9	Quarta-feira	2,10
18	Nominico	7,60
18	Quarta-feira	1,30
19	Nominico	7,00
	a Vilas	5,70
23	Quarta-feira	3,50
26	Nominico	2,10
	ilms	0,00

Figura 15 - Livro Caixa da Paróquia de Cristo, 1945, p. 25. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição.

A ligação entre a maçonaria e a manutenção de escolas não foi exclusividade da escola Barão do Rio Branco. O “Estandarte Cristão” também registrou as interlocuções entre o Reverendo Antônio Guedes e o Bispo Athalício Pithan (ambos maçons) para a fundação de uma escola na cidade de Pinheiro Machado/RS

Preparado o programa das atividades, tivemos nesta mesma tarde uma concorrida reunião na Loja Maçonica Luz e Ordem, onde manifestamos a S. Revma. o desejo e a necessidade de uma escola secundária entre nós. Após as considerações e ponderações de S. Revma., foi encerrada a reunião com a promessa formal da criação da escola, ficando assim ultimada a iniciativa da Maçonaria que se prontificou a fornecer o prédio e amparo que se fizesse preciso. [...] A 15 de março de 1945, o Rev. Guedes, cercado por grande número de amigos e as mais altas autoridades desta cidade, pronunciava, à frente do prédio da Loja Maçonica Luz e Ordem desta cidade, o discurso inaugural do Instituto de Ensino São João Evangelista (ESTANDARTE CRISTÃO, 01 set. 1945, p. 11).

Outro elemento fundamental para o estabelecimento do elo definitivo entre a maçonaria e o Instituto Anglicano Barão do Rio Branco, dentro do recorte temporal estabelecido por este trabalho, foi a fundação da Legião da Cruz⁵⁰ de Erechim, mantenedora que assumiu o controle da escola a partir de 1953.

⁵⁰ A Legião da Cruz é uma reestruturação da Sociedade Filhos da Luz (cujo nome também remete à maçonaria), que foi reeditada em meados de 1935, e que desde o início do século XX aparece no Estandarte Cristão ligada à

Em sua ata de fundação, que data do dia 17 de julho de 1953, o primeiro presidente eleito da Legião da Cruz, foi o senhor Heitor Dumoncel Pitthan. É nessa ata inicial, que se oficializa o lema da escola: “Deus e Trabalho”, definem-se o verde e o branco como as cores oficiais da escola e onde fica estabelecido o símbolo que até hoje identifica o Instituto Anglicano Barão do Rio Branco. Um livro aberto, com uma tocha ao centro, à direita uma lamparina e à esquerda uma flor de lis.



Figura 16 – Brasão da Escola. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição.

Os quatro elementos presentes nesse símbolo criado pela Legião da Cruz de Erechim há mais de 50 anos, são maçônicos e ajudaram a compor a identidade coletiva de todos os sujeitos que tiveram suas histórias entrelaçadas com a Instituição Barão do Rio Branco. O presidente, que assina a ata de criação da mantenedora e que estabelece o símbolo acima como o brasão em 1953, Heitor Dumoncel Pitthan também foi um dos ícones da maçonaria gaúcha. Pitthan foi membro atuante do GORGS, onde atingiu o grau máximo (33º) na hierarquia própria dos maçons. Foi diretor do Instituto Histórico da Maçonaria Riograndense, participou de várias iniciativas maçônicas e fundou inúmeras lojas pelo estado do Rio Grande do Sul.

A maçonaria possui um compêndio simbólico. Entre os símbolos mais conhecidos e reconhecidos pelos não iniciados estão: o compasso, o esquadro, o malho, o cinzel, a letra “G” e o olho que tudo vê. Entretanto a simbologia maçônica é muito mais vasta. No símbolo criado para representar o IABRB, os quatro elementos tem significado próprio.

O livro aberto, que ampara os demais elementos, é o livro da lei. Ao ingressar na maçonaria, todo homem presta um juramento. Tal juramento é realizado sob um livro

promoção de atividades culturais e literárias, ideais comuns à irmandade maçônica. A nota de criação dessa Instituição é assinada por cinco anglicanos. Os cinco eram maçons. (GUEDES, 2010, p. 255)

sagrado, geralmente alguma escritura antiga como a Bíblia, o Torá ou o Alcorão. Isso ocorre porque, para ingressar na maçonaria é necessário que se acredite em um Deus, independente da religião, que os maçons vão denominar de o Grande Arquiteto do Universo. No caso específico do símbolo da escola, simboliza a presença de Deus. (MACNULTY, 2012)

A tocha (ou a luz) simboliza o sol e o conhecimento. Ao alcançar certo grau de conhecimento dentro da maçonaria, um iniciado é dito como iluminado. Algumas das várias teorias conspiratórias que envolvem a maçonaria sustentam a ideia de que o presente dado pelos franceses aos norte-americanos, em decorrência do aniversário da declaração de independência dos Estados Unidos da América, não segura uma tocha na mão direita por acaso. A tocha pode também fazer referência ao fogo, como fonte de energia, como fonte da vida e da força geratriz (FIGUEIREDO, 2008, p. 159).

A flor de lis também é um símbolo maçônico. Seu significado é de candura e esperança. A lamparina por sua vez, simboliza a luz do aprendizado (DA CAMINO, 2001, p. 176).

Juntos, portanto, os quatro símbolos que representam a escola e ajudam a construir sua identidade representam: a presença de Deus, o conhecimento, a esperança e o aprendizado.

Dentro dessa perspectiva simbólica, pode-se conjecturar a respeito do primeiro templo anglicano, construído inteiramente pelo próprio Blank (ver foto abaixo). Ao fundo e no alto vê-se representada uma rosa dos ventos tendo em contorno uma rosa. Dentro dela percebe-se a existência de outra rosa. Abaixo e no centro do altar observa-se uma cruz ornamentada com muitas rosas.



Figura 17 - Vista interna da Igreja Anglicana construída por Alberto Blank. Fonte: Imagem retirada de arquivos da própria instituição, sem data.

A rosa dos ventos estilizada é utilizada como símbolo da comunidade anglicana. Na maçonaria, a rosa dos ventos é utilizada como instrumento de orientação que dará caminhos retos aos seus iniciados, orientando-lhes para serem construtores sociais, e que com os conhecimentos adquiridos, jamais se desviarão do Norte traçado: da busca da verdade; do exemplo à sociedade por sua conduta; e de sua atuação para a realização da “justiça social e para o “progresso da humanidade”. Em algumas lojas maçônicas também faz parte da simbologia interna do templo (SGEC, 2013).

A cruz ornamentada com rosas, também tem sua representação dentro da maçonaria. Figueiredo faz apontamentos nesse sentido:

Misticamente (a rosa) simboliza a iniciação, adquirida pela perseverança e sofrimentos; para os maçons é o emblema da perfeição adquirida. [...] No 18º grau do Rito Escocês e no 7º Rito Moderno ou Francês se usa o símbolo da Rosa unida à Cruz; a primeira comporta a tripla conotação de Amor, Segredo e Fragrância, e a segunda, o triplo significado de Auto-sacrifício, Imortalidade e Santidade. Ambos estes emblemas, tomados em conjunto, como sempre o estão no binômio Rosa-Cruz, indicam o Amor pelo Auto-sacrifício, o Segredo da Imortalidade e a doce Fragrância de uma vida santa (2008, p. 433).

Outra alusão que deve ser feita nesse trabalho em relação às imbricações entre a maçonaria, a Igreja Anglicana e o Instituto Anglicano Barão do Rio Branco, fazem referência ao próprio nome da escola. José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, como já fora referenciado anteriormente, foi um importante diplomata brasileiro e

personagem da história política nacional, sobretudo em fins do século XIX e início do século XX. Além de destacada carreira na diplomacia, Paranhos também foi professor do colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde lecionou a disciplina de História. Outro papel de destaque daquele que empresta seu nome à escola, foi seu envolvimento com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), de onde foi presidente entre 1907 a 1912⁵¹. O Barão do Rio Branco foi, como demonstrado, um importante personagem da história brasileira, e teve também grande destaque dentro da Maçonaria⁵². Assim como muitas outras informações apresentadas neste trabalho, o nome dado à Escola Paroquial criada pelo Reverendo Blank, também é um elo entre a Igreja Anglicana e os maçons.

Uma das constatações dessa aproximação entre o anglicanismo e a maçonaria é a convergência entre a teologia anglicana e a visão de mundo da maçonaria no período a que se destina esse estudo. Ambas viam na oferta do ensino laico uma possibilidade da continuidade do processo de aperfeiçoamento humano. Sem um avanço nesse campo, que desse suporte ao incremento intelectual das elites (e conseqüentemente ao conjunto da população), o projeto de desenvolvimento social, cultural e religioso no Brasil, emperraria.

Sustenta-se, portanto, que a maçonaria, tornava-se um centro de difusão de ideias liberais, republicanas, científicas e laicas, que contribuiu para a expansão e consolidação dos ideais educacionais do protestantismo no sul do Brasil, especialmente no que tange, principalmente, à Igreja Anglicana, objeto de estudo deste.

Um dos objetivos da expansão educacional que a maçonaria fomentava, mesmo dentro de instituições confessionais, como é o caso do Barão do Rio Branco de Erechim, representava o avanço à modernidade e ao progresso, elementos representativos de uma sociedade mais evoluída, desejo comum entre maçons e anglicanos. Essa parceria também estava solidificada na ideia de representar uma reação à pedagogia rígida e conservadora das escolas católicas.

Estas iniciativas demonstram claramente que, para a Maçonaria, a universalização do ensino primário laico era o principal remédio para combater os adversários do progresso, os partidários da ignorância, do fanatismo e da intolerância, ou seja, era o melhor meio de realizar sua “alta política” (BARATA, 1999, p. 139).

⁵¹ O IHGB teve vários e importantes papéis ao longo de sua história, e um deles também esteve ligado com a educação. Por muitos anos o Instituto foi responsável pelo fomento ao ensino da história nacional nos estabelecimentos públicos de ensino.

⁵² Assim como seu pai, o Visconde de Rio Branco, que também foi maçom e grão-mestre da maçonaria brasileira.

Para os maçons brasileiros, a manutenção de escolas era mais uma tarefa importante no sentido de elevar a busca pelo aprimoramento intelectual de todos, para que a civilização humana pudesse continuar no seu constante processo de evolução, calcado nos princípios científicos, iluminados pela luz do conhecimento. Nesse sentido a maçonaria passava a disputar o espaço da formação intelectual da população brasileira, especialmente na região do município de Erechim, no período deste estudo, fomentando um modelo diferenciado de ensino, dentro do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco.

O Reverendo anglicano Alberto Blank, construtor do primeiro templo anglicano de Erechim, idealizador da Escola Paroquial, que mais tarde deu origem ao IABRB, primeiro professor e diretor da mesma, também era maçom.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma Instituição educacional. A maior Instituição educacional da América Latina de uma congregação religiosa secular, presente em todos os continentes do planeta. Uma escola que está presente há mais de oito décadas em uma das maiores cidades do norte do estado do Rio Grande do Sul, prestando serviços educacionais, nos mais variados campos do ensino. Milhares de pessoas que têm ou tiveram suas vidas vinculadas ao Instituto Anglicano Barão do Rio Branco. Diante de inúmeras escolas criadas pelos anglicanos no estado, foi uma das poucas que logrou êxito.

Essa mesma Instituição tem muita história. Muitas histórias. Histórias até então silenciadas. Sabe-se que a construção de uma identidade subjetiva ou coletiva também passa pela reconstrução do passado e suas ressignificações para o presente.

Guedes, em sua tese de doutoramento, que aprofunda e estabelece contundentes vínculos entre o Anglicanismo e a Maçonaria, no campo da história da educação riograndense, declara não ter provas suficientes a respeito do desenvolvimento do IABRB e nem de suas relações históricas com a maçonaria (GUEDES, 2010, p. 350). Seu trabalho completo também faz poucas referências à história da escola anglicana erechinense.

Nessa perspectiva, o presente trabalho teve a pretensão de contribuir para a reconstrução de parte dessa história. Não se fez aqui um trabalho que almejasse dar conta da totalidade da reconstrução histórica da Instituição. Na realidade, a proposta foi muito mais circunscrita. Primeiramente o recorte temporal do trabalho, já deixou clara e intencionalmente, muita informação de fora. Quando se optou pela delimitação da análise dos primeiros anos da colonização anglicana e também dos primeiros anos da fundação da escola paroquial, administrada pelo Reverendo Alberto Blank, privilegiou-se a motivação e os interesses dos anglicanos no estabelecimento dessa missão religiosa/educacional. Notou-se que desde a chegada do Reverendo Blank, sob orientação do Bispo Kingsolving, houve uma clara intencionalidade da criação de uma escola primária. E foi, a partir desse momento, que se percebeu a atuação de outras forças além dos anglicanos e de seu clero.

No primeiro capítulo desta dissertação procurou-se analisar alguns traços da ocupação dos territórios e espaços do Alto Uruguai, especialmente da cidade de Erechim, pelos imigrantes provenientes de várias partes do país e do mundo. Entendeu-se que, o processo de colonização, ocupação e distribuição de terras dessa região ocorre num contexto em que se dá

a vinda dos primeiros missionários anglicanos, que viram no estabelecimento de uma missão religiosa e posteriormente educacional, uma oportunidade de expansão de seu raio de atuação. Nesse sentido, a importância da ferrovia (e da reconstrução de sua história, especialmente do projeto do tronco norte) serviu para referenciar boa parte da atmosfera que trouxe os missionários para Erechim. Confirmou-se, também, com esse trabalho a tese defendida por alguns autores (DREHER, 2008 e MESQUIDA, 1994), que os missionários protestantes de origem norte-americana, estabeleciam suas missões seguindo os trilhos do vapor, na perspectiva de que os mesmos dariam sustentação a projetos de desenvolvimento de regiões distantes ou até então isoladas. Viam nisso a possibilidade de um deslocamento mais eficiente de seu clero, bem como a possibilidade de prosperidade econômica que o trem traria às localidades beneficiadas com esse estratégico meio de transporte.

Portanto, entendeu-se que seria necessária e justificada a presença da história da ferrovia na região da escola Barão do Rio Branco, porque esse processo foi decisivo para a chegada dos primeiros anglicanos, bem como do estabelecimento, por decisão do Bispo Kingsolving, que fazia frequentes viagens de trem pela região, em missão a Erechim. Além da história dos anglicanos, a própria história do município se confunde com a história dos trilhos que cruzam seu território.

Outro elemento que chama a atenção até nossos dias, na configuração urbana da cidade de Erechim, é o seu incomum projeto de distribuição das vias, que obedeceu a um planejamento urbanístico especial e teve como modelo importantes cidades mundiais. Nesse sentido é que se começou a pensar nas possíveis ligações entre o anglicanismo, a maçonaria e o positivismo.

Percebeu-se também que na importante distribuição dos espaços físicos, ao redor da praça central, onde se estabeleceram os principais poderes municipais, ganhou espaço, uma pequena comunidade religiosa anglicana, que registrava nos primeiros anos de funcionamento um média de apenas seis novos comungantes por ano, o que demonstrava, numericamente, seu poder limitado frente à igreja católica romana, amplamente hegemônica na cidade e que dispôs do mesmo espaço cedido aos anglicanos, porém em lado oposto na praça central. Essa indagação perpassou os primeiros questionamentos frente ao poder de influências políticas anglicanas.

Desvendou-se parte desse questionamento na medida em que se fez a revisão bibliográfica no segundo capítulo, em que se reconstruiu a história do anglicanismo, desde sua controversa versão de fundação na Inglaterra, até a sua vinda ao Brasil e ao Rio Grande do

Sul, por obra de alguns missionários norte-americanos, ainda em fins do século XIX. Também se constatou que o anglicanismo no Brasil, desde a sua penetração em território nacional, esteve enraizado a um forte projeto de propagação do ideal de um novo homem, fruto das concepções liberais de boa parte de seu clero e que seria possível mediante a criação de uma rede de escolas dominicais (destinadas ao ensino da teologia) e de escolas regulares (destinadas a formação humana e intelectual dos membros da sociedade em que as instituições foram criadas).

Esses princípios que perpassavam uma nova concepção de homem, de sociedade e de mundo, estavam presentes também dentro de outra importante e forte instituição, a maçonaria. A análise da história da maçonaria e o entendimento de seus princípios e concepções, fez-se necessário porque, com a análise bibliográfica, constatou-se que as duas instituições compartilhavam inúmeras associações. Desde a fundação da maçonaria moderna (ou especulativa) que aconteceu dentro de um templo anglicano inglês em 1717, passando por princípios filosóficos que aproximam o *ethos* anglicano e o *ethos* maçônico e concluindo com a constatação de que boa parte dos projetos anglicanos foram sustentados ou estimulados diretamente pela maçonaria⁵³.

Essa atmosfera de colaboração entre a maçonaria e os anglicanos passou a se fortalecer nas primeiras décadas do século XX, na mesma proporção que se inseria um forte debate no Brasil, a respeito da educação laica. Para essas instituições, o avanço que o Estado brasileiro necessitava fazer, era parte de um projeto de um novo conceito de homem e de cidadão, que, de certa forma, também encontrava campo fértil na filosofia de governo dos positivistas, no estado do Rio Grande do Sul.

Apesar de parecer, num primeiro momento contraditório, levantou-se a tese⁵⁴ de que o positivismo via na escola um agente de transformação ideológica capaz de inserir a discussão da necessidade do ensino da ciência, indispensável para a formação de bons homens públicos, comprometidos com o avanço tecnológico-industrial. Nesse sentido, o governo estadual riograndense, estabeleceu um informal acordo com o ensino privado, que foi capaz de contribuir, com suas escolas, para o incremento desse projeto. O positivismo propiciou a abertura do ensino às doutrinas protestantes, na medida em que sua ideologia estimulava a

⁵³ Isso sem contar que boa parte do clero anglicano é maçom, incluindo a grande maioria dos reverendos que já foram Bispos da Cantuária (o maior cargo mundial da Igreja Anglicana).

⁵⁴ Essa discussão se fez de forma superficial e ainda precisa de uma análise mais profunda, que pode ser feita a partir de outras pesquisas. Percebe-se que existem vários trabalhos acerca das relações do positivismo com a educação ou com o catolicismo, mas com a ação dos protestantes, especialmente os de origem norte-americana, ainda há poucos estudos.

liberdade espiritual. Tendo essa prerrogativa é que se fez uma análise e uma busca de um aprofundamento sobre a filosofia positivista implementada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão do Partido Republicano Riograndense (PRR), que governou durante toda a República Velha. Foi justamente nesse período, entre 1889 e 1930 que houve a chegada do clero anglicano ao estado e uma forte expansão das missões educacionais, por boa parte do território riograndense.

O terceiro e derradeiro capítulo ficou com a missão de unir todos esses elementos em torno da escola anglicana em Erechim. O primeiro elemento aglutinador discutido foi o debate sobre a laicização do ensino, que transcorria nos principais centros do país e gerava calorosos debates. Percebeu-se que esse tema, foi o principal elo entre as forças políticas, sociais e religiosas que trabalharam no intuito de criar um espaço alternativo na sociedade erechinense, para fazer frente aos espaços educativos católicos e de sua pedagogia conservadora.

Nessa linha, procurou-se reconstruir o ambiente vivido pelos anglicanos, através dos diários de viagens do Bispo Kingsolving, publicados nas Atas dos Concílios da Igreja, bem como editoriais ou reportagens do clero anglicano publicados no “Estandarte Cristão”.

Com essa reconstrução, observou-se, entre tantos aspectos, uma estreita relação de cooperação dos anglicanos com os metodistas, protestantes de origem norte-americana assim como os anglicanos. Também fizeram sólidos acordos com a maçonaria para a inserção em alguns ambientes dominados pelo catolicismo, em especial, o objeto desse trabalho, o campo da educação.

Para a maçonaria, a educação primária era uma forma de elevar o país, de difundir as “luzes” e o conhecimento científico. Para os protestantes, era uma forma de penetração na sociedade, como alternativa ao conservador ensino católico que, em muitos momentos, não cedia espaço para novas concepções de ensino, de educação e de formação humana.

Explorando o “Estandarte Cristão” e os documentos da própria Instituição escolar anglicana em Erechim, percebeu-se que a proposta implementada pelas mãos do Reverendo Alberto Blank, trazia elementos pedagógicos que contrastavam com a pedagogia tradicional. Um desses elementos foi a introdução das aulas práticas de educação física sendo pioneiras na região e vistas como fundamentais na harmonia entre o corpo, a mente e o espírito. Essa opção justificava-se pela civilidade, disciplina e higiene. A coeducação foi pioneira nas escolas particulares do município. Desde a primeira turma da escola, percebeu-se essa preocupação do convívio entre meninos e meninas no mesmo espaço educativo. Da mesma

forma, outros temas também tiveram espaço na pesquisa, como a não execução de castigos físicos, o ensino profissionalizante, o acesso a alunos provenientes de camadas menos favorecidas e até mesmo a presença de uma missão educativa ofertada aos indígenas da região, tendo em vista que o Reverendo Blank foi nomeado Missionário Geral entre os indígenas.

Por fim, a dissertação trouxe elementos comprobatórios e inéditos da relação entre a escola anglicana Barão do Rio Branco e a maçonaria. A primeira constatação é que boa parte dos missionários que articularam a vinda da missão oficial anglicana para Erechim, já eram maçons. Depois o próprio Bispo Kingsolving e o Reverendo Blank, também eram membros dessa organização.

No decorrer da análise, levantou-se documentação necessária para comprovar o envolvimento de boa parte do clero anglicano com a maçonaria e igualmente com o projeto escolar de Erechim. Verificou-se que o primeiro hino da escola, composto pelo Reverendo Virginio Pereira, que era maçom, já faz trazia referenciais maçônicos. Outro elemento estudado foi a vinculação direta e clara entre o Reverendo Octacílio Moreira da Costa e a maçonaria local. Octacílio era o pároco, o diretor da escola e foi o fundador e o primeiro venerável da primeira loja maçônica de Erechim, a Loja José Bonifácio (ainda em funcionamento – 2013). Foi durante a sua gestão que a escola e a paróquia receberam doações financeiras provenientes da loja maçônica, comprovadas através dos livros contábeis dos anglicanos.

Ademais, a ligação derradeira entre a maçonaria e o Instituto Anglicano Barão do Rio Branco, foi a ata de criação da Legião da Cruz de Erechim. Além do primeiro presidente ter sido um baluarte da maçonaria riograndense, Heitor Dumoncel Pitthan, foi nessa ata que se oficializou a presença da simbologia maçônica no brasão da escola. A presença de Deus, o conhecimento, a esperança e o aprendizado, estão visualmente postos como elementos que identificam e unem todos os alunos, pais, professores e a comunidade escolar, há cerca de sessenta anos.

Por fim, a própria escolha do nome da escola, para Instituto Anglicano Barão do Rio Branco, em homenagem a outro ícone da maçonaria nacional, acaba por corroborar com a estreita ligação entre a fundação da escola, sua manutenção e a maçonaria.

Entre os limites encontrados por esse trabalho, o maior foi em relação às fontes, sua existência e acesso. A primeira restrição veio internamente, com a documentação da escola.

Não que o acesso tenha sido negado, muito pelo contrário. O problema foi outro, a existência ou a escassez de documentação acabou limitando o trabalho. Pretendia-se aprofundar a análise do ponto de vista pedagógico, das práticas educativas implementadas ao longo das duas décadas e meia do recorte temporal, mas não foram encontradas fontes capazes de dar conta desse estudo. Não há hoje (2013), nas dependências da escola, projetos pedagógicos, atas específicas dos trabalhos realizados pelos professores e alunos, boletins ou quaisquer outros elementos nesse sentido, além do que foi utilizado nesse trabalho. Devido a essa restrição, buscou-se compensar essa lacuna com a imprensa episcopal, através do “Estandarte Cristão”, bem como com as “Atas dos Concílios da Igreja Episcopal”, fazendo aí uma análise do discurso presente nos editoriais do clero anglicano.

Em relação à imprensa local, o Arquivo Histórico Municipal, não possui periódicos de circulação local do referido período de análise. Teve-se acesso a apenas um jornal de circulação local, “O Boavistense”, que tem sua coleção completa encontrada nos arquivos do jornal “A voz regional”. Entretanto, ao analisá-lo, pouco se encontrou sobre a presença anglicana, sua escola ou suas influências. Nem mesmo foram encontrados editoriais católicos contestando ou se opondo à crescente influência da escola paroquial anglicana.

Quanto à maçonaria e seus arquivos, foram feitos vários contatos para se ter acesso a algum tipo de documentação para análise. Todos os contatos foram infrutíferos, mesmo que a ligação entre o anglicanismo e a maçonaria já não seja tema inédito dentro da historiografia. Mesmo em nível local, o possível nascimento da Loja José Bonifácio ter ocorrido dentro do templo anglicano, não facilitou o contato. Sendo assim, infelizmente deixou-se de enriquecer o trabalho com mais informações, que até poderiam mudar o rumo das análises.

Entretanto, mesmo com as limitações, ficou claro que os interesses entre o anglicanismo e a maçonaria se interligaram e estabeleceram um consenso mínimo, para a criação de uma escola com princípios e práticas educativas diferentes das oferecidas pelas escolas católicas. As similitudes inter-institucionais criaram um projeto com coeducação, incentivo a práticas físicas, sem castigos corporais, com acesso de alunos de camadas menos abastadas e com formação também voltada para o mercado profissional.

Este trabalho, não teve, em nenhum momento, a pretensão de esgotar as discussões levantadas. Muito pelo contrário. Uma de suas pretensões é servir de propulsor para que outros trabalhos possam se somar a esse no intuito de interpretar e analisar a história das instituições educacionais brasileiras, especialmente aquelas localizadas fora dos grandes centros urbanos. Percebe-se que ainda existem imensas lacunas na história regional do Alto

Uruguai que precisam ser exploradas pelos pesquisadores. Em relação à história da educação regional, os desafios são ainda maiores. Tem-se um vasto campo ainda inexplorado e que poderá suscitar trabalhos interessantíssimos, quando, por exemplo, forem resgatadas as histórias de construção das escolas católicas do município de Erechim. Aí levanta-se a hipótese de que, talvez algumas teses desse trabalho, sejam refutadas ou simplesmente confirmadas.

Em relação à maçonaria erechinense, outros tantos trabalhos podem surgir para investigar até que ponto as “coincidências” levantadas aqui se confirmam, como o traçado urbano diferenciado, os nomes de praças, de ruas, instituições de ensino, etc. Isso sem citar a esfera pública, os entremeios do poder que possivelmente podem ajudar a desvelar boa parte da história regional.

Quanto ao próprio Instituto Anglicano Barão do Rio Branco, há muito a se fazer para analisar sua história. O que houve com a escola a partir da criação de sua mantenedora? Qual a medida da influência maçônica a partir do momento que se oficializam o nome, o lema, o hino, as cores e o brasão da escola? Essa influência permanece viva? Qual o posicionamento frente ao manifesto dos educadores em 1959? Como a escola e a maçonaria reagiram ao advento da ditadura militar brasileira? Como ocorreu o processo de expansão que transformou a escola Barão na maior instituição educacional anglicana da América Latina? Como explicar o sucesso da escola Barão em detrimento ao fracasso, de praticamente todos os outros projetos educativos anglicanos no estado do Rio Grande do Sul?

Essas e outras tantas perguntas mais, deixam a certeza de que o trabalho de reconstrução da história dessa importante instituição escolar não termina aqui. Muito pelo contrário, a análise e os questionamentos têm a pretensão de provocar o meio acadêmico a visitar esse tema extremamente instigante.

REFERÊNCIAS

- A VOZ DA SERRA, Fundação de um Comité Pró Estado Leigo. Erechim, 1931.
- ACTAS DOS CONCÍLIOS DA IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA. Porto Alegre: Imprensa Episcopal, 1905-1954.
- AMADO, Janaína. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos A da (Coord.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990, p. 7-15.
- AMARAL, Giana Lange. O Templário, Jornal Maçônico Pelotense: uma visão sobre a Maçonaria, o Positivismo e a Educação nos primeiros anos do século XX. *Revista da ASPHE*, Pelotas, n. 7, p. 5-19, abril/2000.
- ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BARROS, José D' Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- BEATRICI, Rodrigo Ferronato. *Educação, política e colonização. Processos Pedagógicos não formais na região Alto Uruguai/RS no início do século XX*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.
- BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Meritos, 2007. v. 3 t. 2.
- BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 25-38.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- CALVANI, Carlos Eduardo B. Anglicanismo no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 36-47, set./nov. 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique, et. al. *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. v.8.
- CASSOL, Ernesto (Coord.). *Histórico de Erechim*. Berthier: Passo Fundo, 1979.
- CATHÉDRALE NOTRE DAME DE PARIS. Disponível em: <<http://www.notredamedeparis.fr>>. Acesso em: 13 maio 2013

CHIAPARINI, Enori José, et al. *Erechim: Retratos do Passado, Memórias do Presente*. Erechim: Graffoluz, 2012.

CIMA, Sonia Mári. *Reza e política: uma combinação na história do padre Busato em Erechim*. Passo Fundo: UPF, 2003.

CLIC ERECHIM. *Vista aérea do centro de Erechim*. Disponível em: <<http://www.clicerechim.com.br>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

COLUSSI, Eliane Lucia. A Maçonaria Gaúcha e a defesa do ensino laico na República Velha. *Revista da ASPHE*, Pelotas, n. 7, p. 59 - 73, abr. 2000.

_____. *A Maçonaria Brasileira no século XIX*. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. 4. ed. Passo Fundo: Editora UPF, 2011.

CORREIO ERECHINENSE. *Vista aérea do ponto central do município de Erechim*. Disponível em: <<http://www.correioerechinense.com>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

CORSETTI, Berenice. Controle e Ufanismo – A escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930). *Revista ASPHE*, Pelotas, n. 4, p. 57-75, set. 1998.

_____. O pensamento social e educacional no Rio Grande do Sul da primeira república. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4, 2006, Goiás, *Anais...* Goiás: SBHE. 2006. p. 1-10.

_____. A educação construindo o cidadão. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Meritos, 2007. v. 3 t. 2.

_____. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889-1930) *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 31, p. 55-69, jul./dez. 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CRUZADOS de Maria. Disponível em: <<http://cruzadosmaria.blogspot.com.br>>. Acesso em 27 ago. 2013.

DA CAMINO, Rizzardo. *Dicionário Maçônico*. São Paulo: Madras, 2001.

D'ELIA JUNIOR, Raymundo. *Maçonaria, simbolismo e tradição*. São Paulo: Madras, 2011.

DELAZERI, Jaci José. *Erechim, no coração do Mercosul*. Erechim: Edelbra, 1999.

DIÁRIO DA MANHÃ. *Infográfico da Praça da Bandeira*. Disponível em: <<http://www.diariodamanha.com>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

DIENSTBACH, Carlos. *A Maçonaria Gaúcha: História da Maçonaria e das Lojas do Rio Grande do Sul*. Londrina: A trolha, 1993, v. 2.

DREHER, Martin N. *Breve história do ensino privado gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

EDITORA MAÇÔNICA BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.lojamaconica.org.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

ESCRITÓRIO CENTRAL DA COMUNHÃO ANGLICANA INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://cuac.anglicancommunion.org/institutions/index.cfm>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br>>. Acesso em: 16 abril 2013.

ESTANDARTE CRISTÃO. Porto Alegre: Imprensa Episcopal. 1900 - 1954.

FACCIONI, Bianca. *Os irmãos maristas em Passo Fundo: O Gymnasio Nossa Senhora da Conceição (1996-1947)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. *Dicionário de Maçonaria: seus mistérios, seus ritos, sua filosofia, sua história*. 15. ed. São Paulo: Editora Pensamento, 2008.

FONSECA, Thais Nívia de Lima; FONSECA, Cynthia Greive Veiga (Org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GARCEZ, Neusa Cidade. *Marcos do colonizador: o “Castelinho” e a Casa*. Erechim: Edifapes, 2008.

GATTI JR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 3-24.

GHIRALDELLI Jr. *História da Educação Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GIOLO, Jaime. *Estado, Igreja e Educação no RS na primeira República*. 1997. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GOB, Grande Oriente do Brasil. Disponível em: <<http://www.gob.org.br>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

GRITTI, Isabel Rosa. Os Judeus. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Meritos, 2007. v. 3 t. 1.

GUEDES, Berenice Lagos. *História da educação no Rio Grande do Sul, Maçonaria e Igreja Anglicana: algumas imbricações, contradições e paradoxos (1901/1970)*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

- HEINSFELD, Adelar. As ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Meritos, 2007. v. 3 t. 1.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos, o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- IBALDO, Dirceu Falcão. *História do Anglicanismo*. São Mateus: Opção Editora, 2012.
- IEAB, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Disponível em: <<http://www.ieab.org.br/site/pt/historia/historia-do-anglicanismo>>. Acesso em: 03 fev. 2013.
- ILLA FONT, Juarez Miguel. *Serra do Erechim: tempos heroicos*. Erechim: Carraro, 1983.
- JUK, Pedro. *Exegese simbólica para o Aprendiz Maçom*. Londrina: A trolha, 2007.
- KICKHÖFEL, Oswaldo. *Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*. Porto Alegre: Metrópole, 1995.
- KIRCHHEIN, Augusto Frederico. O Castilhismo e o Campo Religioso Gaúcho: um olhar focando a área do ensino. *Revista Sacrilogens*, Juiz de Fora, v. 3, n.1, p 1 - 31, 2006.
- KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.
- LIVRO CAIXA DA PARÓQUIA DE CRISTO. Erechim, 1944 – 1950.
- MACNULTY, W. Kirk. *A Maçonaria: símbolos, segredos, significado*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MEDEIROS, Márcia Maria de. *Cara ou Coroa: católicos e metodistas no Planalto Médio gaúcho (início do século XX)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007.
- MENEZES, Maria Cristina (Org.). *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.
- NEUMANN, Elisa Vieira de Aguiar. *A Igreja Episcopal Anglicana em Erechim*. 2006. Monografia (Curso de História) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade Regional Integrada, Erechim, 2006.
- O BOAVISTENSE. Erechim, 1929 - 1934.
- OLIVEIRA, Marçal Lopes de. *Dados biográficos do clero da Igreja Episcopal do Brasil*. Porto Alegre: IEB, 1988.
- PEREIRA, Virgínio. *Hino da Escola Paroquial da Igreja Episcopal*. Erechim, 1934.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. *História da Educação*. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, et al. *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 8. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006, v. 9.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. *Revista História: debates e tendências*, Passo Fundo, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.

RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é positivismo*. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. O castilhismo e as outras ideologias. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Meritos, 2007. v. 3 t. 1.

SGEC do GOB, Secretaria Geral de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil. Disponível em: <<http://sgec.gob.org.br>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. *A escola da república: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. *Política educacional no Brasil*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1992.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. *Mapa do estado do Rio Grande do Sul com a marcação da localização do município de Erechim*. Disponível em: <<http://wikipedia.org>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

Ficha Catalográfica

D778c Drey, Vinicius

Cruz, esquadro, compasso e quadro-negro: uma história do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco – Erechim (1929-1953) / Vinicius Drey. – 2013.

111 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2013.

Orientação: Prof. Dr. Telmo Marcon.

1. História da educação. 2. Anglicanismo. 3. Maçonaria. 4. Escola Laica. 5. Instituto Anglicano Barão do Rio Branco. 6. Políticas de educação. I. Marcon, Telmo, orient. II. Universidade de Passo Fundo. III. Título.

CDU: 37.01(816.5)(091)

Bibliotecária Responsável
Janaína Cruz Alvariz CRB 10/2239